

CHRYSYTIAN WILSON PEREIRA

**“DERRUBADA A BASTILHA DO SÉCULO XX”: O COLAPSO
DO COMUNISMO ENTRE NARRATIVAS DA MÍDIA IMPRESSA
BRASILEIRA, A FABRICAÇÃO DO ACONTECIMENTO
HISTÓRICO E A TEMPORALIZAÇÃO DA POLÍTICA (1989-
1991)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Estado de Santa Catarina,
como requisito parcial e último para obtenção
do grau de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Rossato

FLORIANÓPOLIS/SC

2015

P436d

Pereira, Chrystian Wilson

"Derrubada a bastilha do século XX": o colapso do comunismo entre narrativas da mídia impressa brasileira, a fabricação do acontecimento histórico e a temporalização da política (1989-1991) / Chrystian Wilson Pereira. - 2015.

195 p. ; 21 cm

Orientadora: Luciana Rossato

Bibliografia: p. 186-195

Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2015.

1. Comunismo - Brasil. 2. Liberalismo. 3. Cultura política - Brasil. 4. Mídia impressa. I. Rossato, Luciana. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UDESC

CHRYSTIAN WILSON PEREIRA

“DERRUBADA A BASTILHA DO SÉCULO XX”: O COLAPSO DO COMUNISMO ENTRE NARRATIVAS DA MÍDIA IMPRESSA BRASILEIRA, A FABRICAÇÃO DO ACONTECIMENTO HISTÓRICO E A TEMPORALIZAÇÃO DA POLÍTICA (1989-1991)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial e último para obtenção do grau de Mestre em História.

Banca Examinadora

Orientadora: _____
Prof. Dra. Luciana Rossato
UDESC

Membro: _____
Prof. Dr. Estevão de Rezende Martins
UNB

Membro: _____
Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
UDESC

Florianópolis, 09 de Outubro de 2015

AGRADECIMENTOS

Consciente da dimensão coletiva que constitui um trabalho intelectual, construído em vários caminhos e encontros, movido também por afetos, perfaço meus particulares agradecimentos. Agradeço, primeiramente, as instituições que, custeadas pelos contribuintes brasileiros, permitiram-me completar este empreendimento. Ao Programa de Pós-Graduação em História sediado na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), pela possibilidade de cursar o Mestrado. À Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC), pela bolsa concedida nos dois anos de estudo. Agradeço a cada cidadão que contribui diariamente para a educação pública e de qualidade.

À minha família, minha maior gratificação. Pelo carinho em horas difíceis tanto quanto em momentos de alegria, pelo incentivo aos meus estudos. À minha querida mãe, Mirna Cristiane Paim, minha eterna gratidão, pela importância sem tamanho na minha vida, por seu meu alicerce. À Michela Paim, tia e professora, pelo encorajamento, por me instigar a seguir o caminho da educação. Agradeço aos tios Carlos Paim Filho e Miriane Paim e ao meu avô Carlos Paim, tão presentes, por todo o carinho. Ao meu pai Ison Lopes, mesmo a uma distância tão grande, pela compreensão, especialmente na reta final deste trabalho.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para este trabalho. Especialmente à minha orientadora Luciana Rossato pela supervisão competente, pelo diálogo aberto, pela compreensão em todos os momentos. À professora Maria Teresa Santos Cunha que, desde a graduação, representa um lugar insubstituível na minha formação acadêmica, com seus conselhos, sua sabedoria, seu bom-humor. Agradeço, ainda, ao professor Reinaldo Lohn pelas inúmeras e valiosas discussões acerca de meu tema de investigação, em sua disciplina no curso de Mestrado, no exame de qualificação, no grupo de pesquisa.

Aos demais professores do PPGH/UDESC, por ajudarem a enriquecer o desenvolvimento da dissertação. E ao professor Estevão de Rezende, por aceitar gentilmente a compor a banca de defesa e contribuir para o enriquecimento deste trabalho.

Agradeço à Ana Karenina Francio e à Teresinha de Aguiar, extensão da minha família, amigas de toda a vida. Ao Bruno Fidelis, companheiro de todas as horas, por ler e ouvir minhas divagações, respondendo-as sempre de modo apaixonado. Naira Luiz e Lucas Scheidt, amigos leais, sempre prontos para tudo. Bruna Viana, por compartilhar a experiência (louca) do mestrado comigo. Ao Valdir Mattos e ao Tino Scotti, sempre com um sorriso no rosto, encarando a vida com bom humor. À Priscila de Andrade, pelo carinho sem tamanho. Aos sumidos, mas sempre lembrados, Raphael Knabben e Déborah Bruno. E aos queridos Ramsés Chevalier e Luis Henrique.

Agradeço, ainda, às equipes da Escola de Educação Básica Altino Flores e do Centro Municipal Interativo Floresta, pelos diálogos e as amizades. E aos meus alunos e alunas, que sempre alegam meus dias.

RESUMO

Ao final da década de 1980, um colapso dos regimes comunistas era anunciado mundialmente. Narrativas dedicadas à crise da tradição política socialista, com grande protagonismo exercido pelos meios de comunicação de massa, remetiam ao enfraquecimento de um outrora poderoso movimento revolucionário de massas e à trajetória histórica dos sistemas de poder de inspiração soviética inaugurados em 1917. Este estudo tem como desafio historiográfico compreender/explicar a dimensão política da fabricação do colapso dos regimes comunistas como acontecimento por produções midiáticas brasileiras, em um momento no qual se manifestaram temores, esperanças, euforias, leituras retrospectivas, prospecções e questões filosóficas que, em último grau, constituem um domínio subjetivo do universo político. Dedicou-se, para isso, às produções escritas de dois relevantes veículos impressos que circulavam em um Brasil pós-ditatorial: a revista *Veja* e o *Jornal do Brasil*. O estudo ressalta a tríplice relação existente entre a produção privilegiada dos acontecimentos pelas mídias contemporâneas, a configuração da experiência temporal por meio de narrativas históricas escritas fora do âmbito da historiografia profissional e os traços políticos manifestados produzidas por/nestes universos narrativos. Um problema central estrutura os interesses da pesquisa: como foi agenciada uma temporalização de concepções e ideais acerca da política, em um momento de crise das experiências até então estabelecidas nas relações internacionais? Entre os elementos centrais da investigação, destacam-se a mobilização triunfalista de uma mitologia política associada ao liberalismo, a

espetacularização empreendida pelas mídias na fabricação presentista do acontecimento histórico, a ênfase a um rápido desmonte do poder totalitário estatal associado aos regimes comunistas, o destaque atribuído às manifestações populares espontâneas e a crença nas virtudes inovadoras e regenerativas do mercado.

Palavras-chave: Comunismo. Acontecimento Histórico. Mídia Impressa. Cultura Política. Liberalismo.

ABSTRACT

At the end of the 1980s, the collapse of communist regimes was announced around the world. Narratives dedicated to the crisis of the socialist political tradition, with a great role played by the mass media, referred to the weakening of a once mighty revolutionary mass movement and the historical trajectory of the Soviet-inspired power systems inaugurated in 1917. This study intends to understand and explain the political dimension of the collapse of communist regimes as portrayed by Brazilian media productions, at a time in which it expressed fears, hopes, euphoria, retrospective readings, and prospecting and philosophical questions that, in the last degree, are a subjective realm of the political universe. To achieve this, this study analyzes the written productions of two relevant print media, which circulated in Brazil after the end of the military dictatorship in Brazil: *Revista Veja* and *Jornal do Brasil*. The study highlights the triple relationship between the prime production of events by contemporary media, setting the temporal experience through historical narratives written outside the scope of professional historiography and political traits manifested produced by these narrative universes. The research is structured with the focus on an issue: how was a temporalization of ideas and ideals about politics requested during a crisis of the international relations established until then? Among the central elements of the investigation, the main highlights are the triumphalist mobilization of political mythology associated with liberalism, the spectacle undertaken by the media in presentist manufacture of historic events, the emphasis at a rapid dismantling of the state totalitarian power associated with communist

regimes, the significance attributed to spontaneous demonstrations, and the belief in innovative and regenerative virtues of the market.

Keywords: Communism. Historic Event. Press Media. Political Culture. Liberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - EUFORIAS DE UM ANTICOMUNISMO E MANIFESTAÇÕES DO PENSAMENTO LIBERAL EM TEMPOS DE "VENTOS LIBERTÁRIOS"	34
1.1 A REVISTA VEJA ENTRE O ATAQUE AO PLANEJAMENTO SOCIALISTA E UMA MORAL ANTIESTATIZANTE: DIMENSÕES DA LIBERDADE INDIVIDUAL E DO MERCADO	41
1.2 O <i>JORNAL DO BRASIL</i> ENTRE REPRESENTAÇÕES DO PODER TOTALITÁRIO E O ELOGIO LIBERAL DA VARIEDADE	70
1.3 ASSIMETRIAS ANUNCIADAS ENTRE LIBERALISMO E COMUNISMO: A ATUAÇÃO DAS MÍDIAS E OS DOMÍNIOS DA POLÍTICA NAS PRESCRIÇÕES DA PALAVRA ESCRITA	90
CAPÍTULO 2 - DA DERRUBADA DA "BASTILHA DO SÉCULO XX" AO ESFACELAMENTO DO IMPÉRIO SOVIÉTICO: A FABRICAÇÃO DO COLAPSO DO COMUNISMO COMO UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO	97
2.1 ENTRE A INFLEXÃO PESSIMISTA DA DEMOCRACIA CHINESA NO MASSACRE DA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL E A DERRUBADA FESTIVA DO MURO DE BERLIM: SINTOMAS FACTUAIS DE UMA CRISE (JUNHO A NOVEMBRO DE 1989)	103
2.2 O "ADEUS AO COMUNISMO" E A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA NA ABERTURA DA DÉCADA DE 1990: PERMANÊNCIAS COMO DESAFIOS, TRANSFORMAÇÕES COMO IMPERATIVOS	119

2.3 O COLAPSO DO IMPÉRIO SOVIÉTICO EM 1991 E O FIM ANTECIPADO DE UM SÉCULO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE MARCOS TEMPORAIS, O ESPETÁCULO HISTÓRICO-DRAMÁTICO E A POLÍTICA 131

CAPÍTULO 3 - A TRADIÇÃO SOCIALISTA EM (RE)AVALIAÇÃO: A QUALIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TEMPORAL E A NARRATIVA HISTÓRICA DAS MÍDIAS 139

3.1 A CRÔNICA HISTÓRICA DO COMUNISMO ENTRE O FUTURO PRESENTE DAS MULTIDÕES REVOLUCIONÁRIAS E O PASSADO PRESENTE DITATORIAL DO STALINISMO 147

3.2 SOCIALISMOS RENOVADOS, DESAFIOS DE UM AMBIENTE PÓS-COMUNISTA E HISTÓRIAS DE UMA ORTODOXIA ESPARTANA 160

3.3 TEMPORALIZAÇÕES PRODUZIDAS PELAS MÍDIAS E SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE GRANDE CIRCULAÇÃO 173

CONSIDERAÇÕES FINAIS 180

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 187

INTRODUÇÃO

Ele continuará lá, certamente. É bom que continue, pois a memória humana necessita ser permanentemente refrescada para se recordar dos erros que cometeu ao longo da História. Das ruínas gregas aos muros medievais com seteiras estreitas às generosas janelas renascentistas, passando pela Linha Maginot com que os franceses pensaram que se isolavam do nazismo antes da Segunda Grande Guerra, os monumentos à irracionalidade humana provam que a História pode ter acabado na concepção de Fukuyama, mas a capacidade humana de voltar a cometer os erros nos lugares menos civilizados do mundo, não. O objetivo 'funcional' do Muro de Berlim ou o significado tático das Murallas da China podem ter sido arquivados nos anais europeus e orientais, mas a capacidade das lideranças para inventar novos muros e novas formas de bloqueios estão longe da universalidade.¹

O Muro de Berlim permaneceria de pé, ao menos em sua qualidade simbólica: despido finalmente de sua "finalidade prática", teria a função de lembrar. Seria ele, de maneira pressentida (ou desejada), capaz de evocar, quando necessário, as "barbáries de toda a humanidade". A imagem do Muro em queda no final dos anos 1980 se reuniria, ao menos na compreensão do comentarista, aos funcionais monumentos que, por vezes, remetem às experiências tirânicas da História;

¹ SPINOLA, Noenio. Brasil e o fim da história. *Jornal do Brasil*, p. 09, 13 de novembro de 1989.

aqueles que lembram os momentos nos quais se notabilizam os desacertos políticos, a irracionalidade humana, a intolerância. Por bem ou por mal, a barbárie, esta qualidade distinta da ação humana no mundo, deveria sempre figurar no campo da recordação, integrando a incorporação de passados catastróficos à consciência do cotidiano. Entre os notáveis erros, destacava-se a opressão substantiva exercida pelo regime comunista alemão-oriental (e demais ditaduras totalitárias montadas sob o estigma do "socialismo real") e as fronteiras ideológicas, físicas, sociais da Europa e do mundo, erguidas desde o final da Segunda Grande Guerra, sob o temor constante de uma conflito nuclear.

Separando populações de uma (outra) mesma nação, maior símbolo entre dois sistemas que pareciam, até pouco tempo, inconciliáveis, a destruição daquele doloroso corte no espaço físico europeu e mundial aparecia, como esperado, no rol das memoráveis experiências que permitiam apreciar e reputar os erros cometidos por antepassados, à espera e ao desejo de futuro(s) que pudesse(m) se opor frontalmente a indesejáveis atuações do ser humano. A queda do muro de Berlim aparecia, por um lado, como um marco temporal de dimensão pedagógica, moralizante, capaz de impulsionar o espírito crítico e a cautela: alertaria para a capacidade de correção de erros políticos e para a possibilidade de construção de novos mundos, novas sociedades, em que pudessem ser afastadas as manifestações da banalização da violência. Remeteria, afinal, a ideais genéricos concebidos pela união social, pela convivência pacífica ou, ainda, como pudera ser observado na grande imprensa brasileira daquele momento, pelo valor supremo atribuído à liberdade.

Ao final da década de 1980, estas fronteiras políticas estavam em fugaz desmantelamento,

acompanhando o colapso das experiências de um "comunismo histórico" que, desde o marco fundador de Outubro de 1917, construíra-se, sob as asas do mito soviético e em uma dupla dimensão, "de movimento revolucionário com tendência universalista e de sistema de poder" (GROPPO, 2008, p. 115), marcado pelo controle dos Partidos Comunistas na vida social, pela destituição da propriedade privada, pela estatização dos meios de produção, inspirando sonhos, mitificando tanto heróis quanto monstros, acirrando as disputas constitutivas da política mundial. No último ano da década de 1980, a derrubada do "monstro de concreto" por cidadãos da então República Democrática Alemã e as crises sucessivas no mundo comunista eram instantaneamente designadas como marcos temporais sem precedentes, descritas como acontecimentos que se repetem apenas uma vez a cada década, quiçá uma vez no século. Estes marcos temporais se qualificavam de modo complexo, de modo a congregar, simultaneamente, dimensões temporais e políticas dispersas na consciência humana, e que se sistematizavam em virtude das valorações atribuídas e construídas junto àqueles acontecimentos: euforias, grandes expectativas, frustrações, planejamentos, exercícios retrospectivos, prospecções.

Um problema historiográfico (e filosófico) estrutura os interesses de nossa pesquisa: como foi agenciada, de diferentes formas, a temporalização de concepções e ideais acerca do universo político neste momento? Os meios de comunicação contribuíram para uma compreensão inicial do processo de desmantelamento dos regimes comunistas do Leste Europeu e da União Soviética. Pois, ao produzirem uma preliminar seleção de testemunhos e presidirem uma primeira escrita de tais eventos, utilizaram-se de artifícios narrativos para

significá-los, sobretudo, por uma inscrição na duração. A pesquisa que iremos discutir neste trabalho concentrou-se nos acontecimentos que tomaram conta das páginas da imprensa entre 1989 e 1991, anos que ficaram consagrados pela historiografia como do colapso final dos regimes comunistas euro-soviéticos.

A investigação historiográfica que se segue investe seus esforços de análise na compreensão de pensamentos que atravessaram a vivência de um colapso dos regimes comunistas. Analisamos as narrativas produzidas por veículos da mídia impressa significativos do Brasil, o *Jornal do Brasil* e a revista *Veja*. Ressaltaremos, aqui, a relevância do processo de crise e desmantelamento dos regimes comunistas e o enfraquecimento da tradição socialista para a transformação das relações internacionais e as redefinições do poder e da vida pública no mundo contemporâneo. E ainda: como parte da imprensa atuou na explicação e na compreensão destes eventos de importância e alcance mundiais. O estudo ressalta, para isso, a tríplice relação entre a produção dos acontecimentos pelas mídias contemporâneas, a configuração da experiência temporal por narrativas históricas produzidas fora do âmbito da historiografia profissional e, finalmente, a dimensão fundamentalmente política destes universos narrativos.

Cada presente, como vimos, agrega tanto argumentações narrativas quanto crenças e ideais políticos. Longe de se distanciarem, a temporalidade (que conduz a uma narratividade do tempo histórico, a uma qualificação da consciência humana da própria experiência temporal) e a política (como *locus* de gestão da sociedade, da persuasão, da busca pelo e o exercício do poder) complementam-se mutuamente. Desta maneira, a consciência histórica, entendida como a

"suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, possibilitando orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo" (RUSEN, 2009, p. 57), é capaz de examinar e, ao mesmo tempo, ser substancialmente qualificada pelas experiências políticas no mundo social. Estaríamos nos referindo, portanto, a uma temporalização política (ou uma politização do tempo histórico) que se pode considerar uma dimensão fundante de narrativas históricas produzidas para um grande público, pelos meios de comunicação de massa, sensíveis ao imaginário dos seus receptores e às expectativas de lucros (materiais e simbólicos) atribuídos à espetacularização dos fatos. A política é travada e exercida nas imediações da palavra escrita, nas representações das divisões do mundo social e de suas divisões, na batalha entre diferentes convicções. Estudar historicamente as mídias é, sobretudo, atender para as condições mais subjetivas, espetaculares, imaginárias, persuasivas da política. Se a ciência histórica outrora prestou maior atenção à epopeia dos grandes personagens políticos ou às crônicas dos Estados Nacionais, a historiografia atual perpassa condições mais complexas e renovadas da vida pública, associadas, entre outros às subjetividades e aos comportamentos políticos e aos novos sujeitos do campo político (tais como os meios de comunicação e a imprensa escrita).

Daniel Aarão Reis Filho (2002, p. 163) explica que o socialismo contemporâneo, desde que se estruturou como uma teoria da História, desdobrou-se em adaptações, releituras e redefinições diversas durante o século XX, não tão correspondentes às elaborações teóricas oitocentistas (sobretudo aquelas elaboradas por Karl Marx, conhecidas por "socialismo científico" ou

“comunismo”). Para este historiador, o termo “socialismo realmente existente”, como uma expressão tautológica, mas com bastante notoriedade, passou a designar os regimes ao redor do mundo que, de alguma forma, baseavam-se em referenciais socialistas (2002, p. 163). O “socialismo realmente existente” (e que, aqui, chamaremos de regimes comunistas), instalado como um sistema de poder primeiramente na Rússia revolucionária e inspirado nas reflexões sobre o socialismo científico e a tradição marxista-leninista, faz parte de uma série de propostas que integram a tradição socialista moderna.

Ao final do século XX, o comunismo de matriz soviética sofria um desmoronamento que Robin Blackburn (1993, p. 107) dizia comprometer a própria ideia de socialismo, “arrastando consigo a possibilidade de reforma do comunismo, e em nada beneficiando o trotskismo, a social-democracia ou qualquer corrente socialista”. Ao final da década de 1980 (e, em boa parte, durante o início da década de 1990), frisava-se de forma vigorosa o colapso do comunismo de órbita soviética, introduzida pelo bolchevismo. Contudo, a despeito de não haver uma unidade constitutiva dos projetos socialistas, a própria tradição socialista como um todo sofria um verdadeiro revés, arrastando em sua esteira até mesmo as propostas alternativas, “sugerindo a imagem de uma grande árvore que arrasta em sua queda as vizinhas, pela profunda ramificação de suas raízes” (REIS FILHO, 1993, p. 74).

Após o grande trunfo na crise de 1929, a vitória sobre o nazismo na Segunda Guerra Mundial e o aumento de sua influência sobre o Leste europeu e os outros regimes comunistas formados durante e após a guerra na região, além das altas taxas de desenvolvimento econômico apresentadas pelo país

quase que de forma crescente desde o início da tomada dos bolcheviques, a União Soviética apresentava sinais de uma crise já no final da década de 1970, que se manifestavam na estagnação econômica, no relativo atraso tecnológico comparativamente à revolução científico-tecnológica que se iniciava no Ocidente, na corrupção generalizada no aparato estatal, na baixa qualidade de seus produtos e serviços. No lugar de abundância e da justiça esperadas, evidenciava-se “a negação do pluralismo” (REIS FILHO, 2002, p. 187), altos níveis de violência e repressão, desigualdades gritantes perfazendo um regime marcado pelo imobilismo, diante das pressões agressivas do mundo capitalista na fase final da Guerra Fria.

Em 1985, Mikhail Gorbachev assume a liderança da URSS, lançando as políticas reformistas da *Glasnost* (transparência) e da *Perestroika* (reestruturação). Para Paulo Vizentini (2010), estas reformas se traduziriam em uma democratização política baseada na descentralização administrativa, além da criação de um setor mercantil e associação ao capital estrangeiro, objetivando eficiência econômica e superação dos problemas enfrentados pelo país. Na prática, ocorria uma profunda transformação da economia soviética que apontava para uma direção capitalista, e não para uma reforma do sistema socialista.

Os efeitos da *Perestroika* e a derrocada dos regimes comunistas no Leste europeu a partir da segunda metade da década de 1980 contribuíram para que muitas das interpretações acerca do futuro do socialismo soviético fossem guiadas por um “triumfalismo ocidental e capitalista” (SEGRILLO, 2010, p. 79), enquanto os movimentos internacionais de esquerda passavam por sucessivas derrotas, diante da perplexidade causada por aquelas ocorrências. A crise

iniciada na Europa oriental culminou com a desintegração da União Soviética. Iniciara uma nova era, na qual envelheciam e se apagavam as acomodações estratégicas sob as quais se desenhava o mapa do mundo até 1989, quando caiu o Muro de Berlim, símbolo maior do mundo bipolarizado. Eric Hobsbawm (2009, p. 484) analisou o fato de que, com o desmantelamento da União Soviética e dos regimes comunista de seus satélites no Leste da Europa, a experiência do “socialismo realmente existente” chegaria ao fim. Pois, mesmo onde os regimes comunistas sobreviveriam (como na China, na Coreia do Norte e em Cuba), a ideia original de uma economia única, centralmente controlada e estatalmente planejada, baseada em um Estado coletivizado ou em uma economia de propriedade coletiva “praticamente operando sem mercado” seria abandonada.

Para o filósofo italiano Norberto Bobbio (1993, p. 19), a catástrofe do comunismo histórico, promessa de emancipação dos pobres e oprimidos, explicava-se também pelo fracasso de uma revolução inspirada por uma ideologia que postulava a transformação radical (e frequentemente violenta) da sociedade. Chamava, em 1989, o processo de desmantelamento do “socialismo real” de um “reverso de uma utopia” (a maior utopia política da história da humanidade, com força material e espiritual sem precedentes), transformada no seu perfeito oposto. Um oposto antidemocrático, antilibertário, antiemancipatório. Estariam vencidos, naquele momento, tanto os regimes quanto as ideologias praticadas por homens e mulheres de todo o mundo, durante décadas. Regimes e ideologias fracassados, podia-se dizer, mas ressaltava Bobbio: os problemas permaneciam, ao menos para uma parte do mundo, chamada de subdesenvolvida: a pobreza, a fome de

justiça, a infelicidade. Neste momento, como veremos, eram discutidas com vigor, nos espaços midiáticos, as formas e os métodos possíveis para acabar com tais problemas, de tal maneira que culturas políticas se manifestavam, nas páginas da imprensa brasileira, apontando suas convicções, respondendo aos desafios que aquelas múltiplas crises impunham.

Destacava-se, sobretudo, o corpo ideológico do liberalismo, praticamente onipresente na mídia brasileira (ao menos dos veículos aqui analisados). Estas vertentes do liberalismo por vezes eram consubstanciados em acirradas críticas antissocialistas (e que não admitiam nenhuma alternativa ao capitalismo liberal, apagando mesmo os socialismos democráticos e/ou reformistas), por vezes fixadas na crítica à ortodoxia e ao dogmatismo distintivos do comunismo histórico, tentando apropriar ideias do repertório socialista, dando-lhes um tom liberal.

Defendemos que os problemas suscitados por estes conjuntos de narrativas veiculadas pela mídia brasileira conformam-se como objeto legítimo de um campo de reflexões que se convencionou chamar "História do Tempo Presente". Modalidade historiográfica que fez serem repensadas as distâncias outrora radicalmente repousadas entre passado e presente, procurando os vários graus de significação do tempo histórico, produzidos em diversos níveis, por distintos atores sociais. Em jogo, portanto, as relações entre o vivido e suas articulações narrativas; a dimensão da memória e do esquecimento; a importância do testemunho; eventos cuja temporalidade está, por assim dizer, "em aberto", em disputa, significativos pelos problemas que colocam em relação ao presente.

A História do Tempo Presente, especialmente na versão acadêmica instituída pela historiografia

profissional francesa, emerge e se distingue como campo de estudos no final do século XX, especialmente a partir da década de 1970. É certo que o presente sempre se colocou como um crescente e incômodo problema aos historiadores, mas o esforço de definição do campo de uma "história do presente" foi colocado frequentemente em suspeição, muitas vezes considerada como um produto cientificamente não legítimo, por sua suposta proximidade com o trabalho jornalístico. Para François Dosse (2003, p. 173), a História do Tempo Presente é uma modalidade diferenciada da disciplina que permite a emergência de um novo paradigma, que se procura na ruptura de um tempo único e linear, "tornando plurais os modos de racionalidade". Temos como uma das profícuas propriedades do estudo do presente um mergulho do pesquisador no intento de compreender temporalidades não terminadas. Análises que cercam, portanto, o inacabado, admitindo a presença de uma não contemporaneidade no contemporâneo.

Marieta Ferreira (2000) adverte que a emergência de uma História do Tempo Presente foi possível graças ao abalo de antigas resistências que afastavam o presente do campo da história profissional, desde a profissionalização da disciplina no século XIX. Isto se deveu, em parte, às inquietações, convulsões sociais e turbulências que tomaram conta do século XX em diferentes regiões, demandando reflexões consistentes acerca destes eventos e de suas marcas perenes, seus desdobramentos, seus traumas e lembranças. Tal afastamento radical do presente também se prestava como uma estratégia de banimento dos amadores em relação aos estudos de história: para escrever a história de períodos mais recuados, eram necessárias competências eruditas muito específicas, o que garantia

o monopólio do nascente saber histórico profissional aos especialistas. Tratava-se de um esforço importante para efetivar-se a profissionalização do campo, pois os novos historiadores não poderiam exercer o monopólio do estudo da história contemporânea, campo onde se aventuravam inúmeros amadores.

As renovações na pesquisa histórica propostas e praticadas por historiadores (como a Escola dos Annales ou os estudos marxistas) durante boa parte do século XX não configuraram um reconhecimento do presente como campo consistentemente investigável. Por longo tempo ainda, o distanciamento temporal com o objeto era percebido como garantia para a preservação do historiador das paixões políticas atuais, mesmo se reconhecendo a impossibilidade de total isenção e neutralidade por parte dos pesquisadores. Períodos recuados continuaram a receber maior atenção, especialmente o medieval e o moderno. Considerava-se o século XX como um objeto de estudo problemático, uma vez que, sem o recuo no tempo, constituía-se uma dificuldade de apreciar os efeitos dos fenômenos a longo prazo.

Analisa a historiadora Marieta Ferreira (2000) que pouco foi feito, durante boa parte do século passado, no sentido de explorar a História Contemporânea: a história do século XX prosseguia sendo realizada, na maioria das vezes, sem historiadores. A história profissional, por outro lado, desvalorizava as ações individuais e o uso de relatos pessoais, testemunhos e histórias de vida, condenando a sua subjetividade e, em especial a dificuldade de obter-se relatos fidedignos, dada a distorção destas falas e o fato de estas expressarem uma visão particular; incapaz, acreditava-se, de ser generalizada (FERREIRA, 2000, p. 7). Foi preciso que uma série de certezas erigidas por historiadores em

relação ao estudo dos fenômenos sociais, ao uso de fontes e à própria noção de temporalidade fossem questionadas para que uma História do Tempo Presente, da qual esta dissertação de mestrado é tributária, emergisse com força e consistência.

Podemos situar a História do Presente como uma modalidade analítica que se conforma, na seara dos temas do contemporâneo, como uma fala tomada de um lugar singular (científico, acadêmico, profissional) dentre uma pluralidade de discursos acerca de eventos ou processos que suscitam problemas significativos para atores sociais contemporâneos ou carências de orientação frente às demandas do presente. Parte dos esforços realizados neste novo campo de estudos remete ao Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), criado em 1978 e associado, na França, ao Centro Nacional de Pesquisa Científica, como forma de agremiar e institucionalizar pesquisas marcadas pela preocupação com o presente e, em especial, pela afinidade às demandas a respeito de questões relacionadas à memória. Para François Hartog (2006, p. 262), estes pesquisadores se acharam postos sob as questões da atualidade judiciária relativas aos grandes crimes da humanidade no século XX, caracterizados por se inscreverem na "temporalidade inédita do imprescritível". Jean-Pierre Rioux (1999) chegou a afirmar que a História do Tempo Presente emergiu devido muito mais a uma impaciência social do que a um imperativo historiográfico.

O historiador brasileiro Carlos Fico (2012, p. 44) analisa que "a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, não terminou". Como consequência, esta modalidade

historiográfica teria como condição fundamental de sua prática intelectual a coexistência de sujeitos que vivenciaram os acontecimentos e processos analisados, e podem ora se insurgir contra as interpretações dos historiadores, ora serem de grande valia para a construção do conhecimento histórico, sob a forma de testemunhas

As narrativas produzidas pela imprensa permitem ser interpretadas, sob a perspectiva da História do Tempo Presente, à luz de uma necessária "desmitificação" de suas possíveis intenções de trazer uma visão imparcial e plural dos acontecimentos, limitando-se a descrever os fatos. Tais discursos se deram como possibilidades narrativas, produzidas politicamente, com intenção também de prescrever ações e interpretações: trataremos fundamentalmente de compreender as temporalidades produzidas, mobilizadas e disputadas em um determinado presente, no modo como este presente foi representado por veículos da grande imprensa, movidos por paixões, euforias, intenções que também correspondem a uma dimensão privilegiada (e subjetiva) da política.

Investigar os acontecimentos que correspondem ao dismantelamento dos regimes comunistas, de grande importância para a construção do mundo contemporâneo, também requer notar-se um passado próximo, cujas disputas por significação ainda se encontram em aberto para diversos grupos e atores. Logo, constatamos a existência de inúmeras testemunhas, inclusive os próprios profissionais que cobriram tais eventos, os quais podem contestar a análise que aqui será empreendida. Esta é justamente uma das prerrogativas da História do Tempo Presente: aqui se conformam muitos de seus riscos e potencialidades.

Testemunhos e arquiteturas narrativas, entre os quais poderemos colocar os próprios textos da imprensa, anteriormente encarados como manifestações de subjetividades indesejadas, singularidades ou distorções que impossibilitavam a constituição de uma "fidedignidade", podem ser analisados como atos de fala intencional ou tramas do vivido; investigáveis pois constituem ensaios de significação pessoal e coletiva, portadores de paixões e desejos de grande valia para historiadores. Lugar privilegiado a própria História do Tempo Presente, pois, de reflexão a respeito dos mecanismos subjetivos da política, dos desejos e expectativas lançados e construídos por grupos e indivíduos ao mundo social.

Defendemos, aqui, que as percepções difundidas pelos veículos brasileiros sobre os acontecimentos que marcaram a crise da tradição política socialista contemporânea e, em especial, o colapso da URSS e dos regimes comunistas europeus entre 1989 e 1991, portam indícios de culturas políticas que encontraram, durante esta "crise do socialismo real" e a institucionalização de um novo regime político no Brasil, *locus* privilegiado em um jornal e uma revista semanal da grande imprensa para se manifestarem. A noção de "cultura política", na acepção que tomamos neste trabalho, permite o reconhecimento de um conjunto de sentimentos, sensibilidades, valores morais, compreendidos em uma "dimensão subjetiva dos comportamentos políticos" (CARNEIRO; KUSHNIR, 1999).

Costuma-se atribuir a noção contemporânea de "cultura política" aos debates das ciências sociais norte-americanas nos anos 1960, muito influenciados por pesquisas do campo da psicologia. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 17) ressalta que uma das

preocupações em tal contexto era o fortalecimento do campo das democracias liberais na disputa com o bloco socialista. Partia-se do princípio que as sociedades ocidentais, sobretudo os EUA, eram democracias sólidas e estáveis. Estava implícita uma hierarquia valorativa, sendo atribuída uma “superioridade” ao sistema político norte-americano.

“Cultura política”, portanto, remetia a uma orientação subjetiva em relação a um determinado sistema político (CARNEIRO; KUSHNIR, 1999). À medida que, no interior da historiografia, o estudo do político sofria uma profunda renovação durante as décadas de 1980 e 1990, o conceito passou a ser apropriado por historiadores. As críticas estabelecidas pelos historiadores ao modelo anterior se concentravam especialmente em suas implicações etnocêntricas – pela suposta superioridade da “cultura política cívica” – e no entendimento de que o modelo utilizado era excessivamente generalista ao atribuir a toda uma nação as mesmas características de uma única cultura política (MOTTA, 2009, p. 20).

Privilegia-se, com isso, um olhar sobre a pluralidade de culturas políticas que podem se manifestar em um mesmo espaço nacional ou mesmo no campo internacional. Pode-se compreender a cultura política como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.” (MOTTA, 2009, p. 21). Parte-se do pressuposto de que os discursos jornalísticos constituem um conjunto privilegiado de difusão de projetos, crenças compartilhadas, leituras do mundo social e interpretações de passado e de desejos

de futuro, que se constituem como manifestações, pela palavra escrita, de valores concernentes à coletividade e às ações políticas. Nas publicações das mídias, em especial, “desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais” dos grupos sociais associados a tais publicações (MOTTA, 2009, p. 24). Este fenômeno será densamente analisado nas discussões que aqui seguem.

O esforço investigativo empreendido nessa dissertação toma a imprensa escrita em um duplo estatuto de análise: simultaneamente objetos de investigação e fontes documentais. Tânia Regina da Luca (2008) nos lembra que a emergência da História do Tempo Presente trouxe a possibilidade de rompimento com a exclusividade de uma seara explorada até então apenas por jornalistas e sociólogos, consagrando o “retorno” da História Política (vítima de um grande ostracismo durante boa parte do século XX) e reflexões metodológicas acerca de novas abordagens da mobilização de periódicos para a escrita da História. A relação entre a imprensa e os domínios da pesquisa histórica passaria, primordialmente, pela busca das convicções e de explicações para os comportamentos políticos. Superava-se, sobretudo, o uso instrumental que “tomava os periódicos como meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer pelo pesquisador” (LUCA, 2008, p. 115); a utilização da imprensa como fonte confirmadora de análises apoiadas em outras documentações.

Visualizamos a mídia impressa em um campo de forças e intencionalidades (editoriais, jornalísticas, mercadológicas, sempre historicamente localizáveis) que correspondem a interesses de agentes sociais que se lançam de estratégias diversas para propagarem uma visão de mundo, em uma “constante batalha pela

conquista de corações e mentes” (CAPELATO, 1988, p. 13). Estes valores e normas se configuram como “bens simbólicos que têm dimensão de diagnóstico e prognóstico” (LUCA, 2006, p. 318). Consideramos, portanto, a dimensão política da mídia, percebida na atuação dos componentes da imprensa como atores dos processos sócio-históricos. Portanto, ganham atenção, nesta investigação, a análise dos discursos: o modo como a imprensa selecionou, ordenou, estruturou, tentou persuadir e convencer, narrando de uma determinada forma aquilo que se elegeu como digno de chegar ao público. Concebemos, sobremaneira, a intencionalidade das mídias: os efeitos políticos que possivelmente puderam construir, associada à sua dupla função de instância produtora dos acontecimentos contemporâneos e testemunho de um determinado presente vivido.

A escolha dos veículos impressos investigados neste trabalho pode parecer inusitada. Escolhemos periódicos distintos em formato, trajetória editorial e abordagem, de maneira a perceber, principalmente, os traços comuns que unem as narrativas produzidas em torno do mesmo tema, além de, quando necessário, as diferenças que se estabelecem entre eles. *Jornal do Brasil* era um famoso centenário, diário, em pleno declínio comercial, buscando novos meios de convencer seus públicos, utilizando-se de sua notória marca e trajetória na história republicana para angariar maiores receitas, para ampliar seu público. De caráter mais heterogêneo, apresentando diversos formatos de texto, seções e autores convidados, o periódico diário apresenta edições menos sintéticas, provisórias por serem crônicas diárias do cotidiano brasileiro e mundial. *Veja* era significativamente diferente: um periódico mais recente, lançado no final da década de 1960, e que

encontrava, naquele momento, o auge de seu sucesso comercial e editorial. Semanal, *Veja* era uma revista de caráter mais homogêneo, apresentando edições mais sintéticas e que se distinguiam pela linha editorial unívoca, apresentando temas, autores e abordagens bastante semelhantes ao decorrer das semanas.

As publicações da imprensa brasileira aparecem, neste trabalho, como um campo tanto de manifestações do pensamento que respondem a carências de orientação em relação às matrizes da mudança temporal, conformando-se como narrativas históricas (RÚSEN, 2001; 2009). As narrativas produzidas pelos meios de comunicação, pensamos, não são apenas relatos ou descrições: mas prescrições, predições, análises que acionam todo um campo de especulação simbólica e dadas formas de organização narrativa do cotidiano. Ou seja, realizam a enunciação possível de um presente em sua espessura temporal; operam na seleção de elementos a serem anunciados e enfatizados. Bem como na constituição de seus sucessíveis apagamentos, que remetem, ainda, à dialética entre lembrar/esquecer e a construção de uma memória histórica constantemente acionada (e ela mesmo em parte constituída) pelos meios de comunicação de massa. São perspectivas que pretendiam impor, convencer, tomar como verdadeiros enunciados, notícias, comentários que manifestavam concepções acerca das divisões sociais (relações privilegiadas entre indivíduos, e os domínios da economia, da sociedade e do Estado), conjugando uma "rede de crenças", valores, concepções do político. Para isso, recorriam à qualificação temporal, de forma a adensar os significados dos argumentos lançados.

Nas próximas páginas, seguirão três capítulos para aprofundar o problema apresentado. Na primeira

parte do trabalho, analisamos a mobilização da matriz político-filosófica liberal nos domínios da palavra escrita manifestados pela imprensa escrita neste momento em que se deflagrava, de maneira simultânea, uma crise dos regimes comunistas e uma nova configuração política do Brasil Contemporâneo, marcado pelos debates em torno da institucionalidade democrática e da mobilização da sociedade em torno dos problemas socioeconômicos que afligiam a população. Para isso, foram analisados textos editoriais dos dois periódicos citados, de maneira a produzirmos uma reflexão acerca do papel social dos meios de comunicação e das "trocias linguísticas" dos quais participavam, ao mobilizar prescrições, ideários, visões de mundo que pretendiam convencer, persuadir, angariar. Investigamos motivações e valores políticos lançados pelos atores das mídias, a despeito do recorrente mito que reforça a existência de uma neutralidade/isenção jornalística, e que se manifestam nestes universos discursivos.

O segundo capítulo aborda as construções narrativas do acontecimento histórico pelas mídias contemporâneas, de maneira a analisar a escrita de uma "história imediata" que se comporta como uma função social basilar dos meios de comunicação no tempo presente. Serão analisadas as narrativas produzidas pelos veículos escolhidos sobre o processo conhecido como "crise do socialismo real", objetivando investigar que acontecimentos foram destacados, entre 1989 e 1991. Destacamos, sobretudo, a produção de tessituras narrativas que se configuram como narrativas históricas realizadas fora do campo da historiografia profissional. A relação que pretendemos demonstrar e aprofundar é, sobretudo, aquela que se estabelece entre a narrativa como configuradora da experiência temporal humana (RICOEUR, 2010; RÜSEN, 2001, 2009), as virtualidades

emocionais e espetaculares da construção do acontecimento (NORA, 1979) e a dimensão política destas narrativas acontecimentais.

O terceiro capítulo, finalmente, traz à tona a relação fundamental que a mídia estabelece com a cultura histórica, indicando de que forma as carências de orientação histórica de um momento no qual se anunciava um enfraquecimento sem precedentes da tradição socialista contemporânea são respondidas, por meio de uma temporalização da política, nas páginas dos meios de comunicação analisados. Investigamos, sobretudo neste capítulo, os modos como as transformações extremamente significativas do espaço político mundial foram respondidas na tessitura narrativa das coberturas acontecimentais encontradas em suas páginas, nas reportagens, nas palavras utilizadas, nas metáforas que então lançavam mão. No que se aproximavam e no que se afastavam as diferentes maneiras de configurar a experiência temporal, na produção de narrativas históricas tornadas públicas pelos meios de comunicação, em um momento de crise das referências estabelecidas no mundo político? Defenderemos a ideia de que estas narrativas visibilizadas pelos *mass media* se conformam como produtos da consciência histórica. Enfrentaremos o desafio de discutir a natureza singular do pensamento histórico que se apresentava nas narrações sintéticas operadas pelos meios de comunicação.

Ao leitor, poderá parecer, ao longo da leitura efetuada deste trabalho, que os subtemas impostos à organização dos capítulos são cíclicos, ou mesmo prolixos. Há uma dimensão de interdependência dos argumentos produzidos: não há necessidade de que se leia o trabalho na sequência apresentada. Cada capítulo tem um subtema específico no qual se concentra, mas

que se relacionam e se complementam mutuamente ao grande problema ensaiado pela dissertação. Tal organização é intencional, de maneira a atribuir caráter orgânico ao trabalho. No entanto, é possível especificar um subproblema a cada parte do trabalho. O primeiro capítulo se concentra na mobilização de culturas políticas em um momento fundamental da história contemporânea mundial. O segundo, nas dimensões espetaculares do acontecimento histórico midiático. E o terceiro, por último, produz uma análise das tessituras narrativas constituídas pelos meios de comunicação como respostas às inquietações da experiência política vivida naquele momento pelas sociedades contemporâneas (especialmente a brasileira).

CAPÍTULO 1 - EUFORIAS DE UM ANTICOMUNISMO E MANIFESTAÇÕES DO PENSAMENTO LIBERAL EM TEMPOS DE "VENTOS LIBERTÁRIOS"

Ao final da década de 1980, o rápido (e, em grande parte, inesperado) colapso anunciado dos regimes comunistas na União Soviética e no Leste Europeu impulsionava uma profusa mobilização da opinião pública mundial. Aquele mesmo momento, coincidia, no Brasil, com as tensões que se acirravam em virtude do regime político pós-ditatorial e da construção dos marcos institucionais da então recente agenda democrática. As intensas mobilizações da sociedade brasileira se condensariam, em especial, na promulgação de uma nova Carta Magna em 1988 e, no ano seguinte, na realização das esperadas eleições presidenciais diretas. Nos últimos meses daquele mesmo ano de 1989, desmoronava o muro de Berlim, emblema máximo da polarização ideológica característica do sistema de relações internacionais que havia marcado a segunda metade do século XX.

Sucedia-se um momento no qual, contemporaneamente aos prenúncios e sintomas de uma grave desestabilização no mundo comunista de inspiração soviética, justapunham-se um esgotamento do modelo desenvolvimentista de Estado e uma severa recessão na economia nacional assinalada, especialmente, pela hiperinflação e pela dívida pública. Como era de se esperar, fixava-se uma ocasião privilegiada para se anunciarem e entrarem em disputa representações, imagens, pareceres acerca dos mecanismos que faziam funcionar a economia e a política. Perguntava-se: como atrair investimentos para o país, combater a pobreza e os abismos sociais, reabilitar

o consumo e o crescimento, travar uma batalha contra o desemprego, combater a corrupção no aparato estatal? Adquiriam centralidade, em espaços da mídia nacional e das campanhas eleitorais, especulações sobre quais seriam os mecanismos mais eficazes a serem adotados na política econômica. A grande mídia do país se tornaria um privilegiado canal de visibilidade e disputa de mensagens que, canalizando determinadas expectativas para o Brasil e o mundo naquele momento, conjugariam dadas formas de orientação e percepção das relações sociais.

O noticiário internacional da imprensa brasileira destacava a grave crise de legitimidade enfrentada pelo modelo de socialismo de Estado, quando, na virada daquelas décadas, o “aparente monólito desagregaria numa velocidade de carro desgovernado em ladeira íngreme” (REIS FILHO, 1993, p. 74). Os eventos ocorreriam em um verdadeiro efeito-dominó. Em 1989, protestos populares se sucediam dos grandes centros da Polônia e da Hungria às ruas das cidades da República Popular da China. Manifestações por melhores condições materiais de vida e reivindicações pretensamente democráticas (por pluralismo partidário, eleições diretas, liberdade de imprensa) intensificavam-se. Ao final daquele mesmo ano, a destruição do antes intransponível e temível muro que separava a antiga nação alemã pela ação da população comandada pelo regime comunista acompanhava a flexibilização e a destruição das cada vez mais obsoletas fronteiras da Cortina de Ferro. Na cúpula dos regimes comunistas, discutia-se, já há algum tempo, a adoção de mecanismos de liberalização e abertura ao capital estrangeiro, resultando na concreta transformação de economias estatalmente planejadas e baseadas no comando central em economias de mercado.

Apresentados como grandes acontecimentos daquele adiantado “final do século” por *Veja*, a revista semanal de maior circulação e tiragem em território nacional não deixava de ressaltar que, resguardando-se as condições históricas e geopolíticas singulares que distinguiam sociedades da América Latina e do Leste Europeu ou mesmo da distante Ásia Oriental, “ventos libertários” sopravam por todo o mundo naquele singular momento da história da humanidade, com força e consistência suficientes para fazerem ser derrubados regimes políticos autoritários anacrônicos, verdadeiras velharias históricas que permaneciam de pé graças às suas "sobrevidas".

À direita e à esquerda, no Chile de Pinochet ou na Polônia de Jaruzelski, as pessoas querem controlar seus destinos, aproveitam pequenas brechas e vão às ruas pela liberdade. Conseguem um pouco e logo extravasam os limites colocados pelos governos que querem as transições graduais. Há, é certo, crises, recuos súbitos e ditaduras renitentes. Há o Panamá de Manuel Noriega, a África do Sul do apartheid e a Cuba de Fidel Castro. Mas, nos tempos formidáveis que vivemos, esses regimes são considerados velharias, não inspiram os sonhos de ninguém. Mas, no geral, às vésperas do bicentenário da Revolução Francesa, que transformou a liberdade num direito legal, a humanidade como um todo caminha no sentido da democracia. Nos países em que a liberdade existe, como o Brasil, cabe prezá-la acima de tudo - acima das

mazelas econômicas e dos desmandos administrativos.²

"Tempos formidáveis", bradava o editorial da revista *Veja* em maio de 1989, quando protestos na China, em geral manifestações marcadas pela presença massiva de estudantes (e também trabalhadores), acabaram por varrer as grandes cidades do país. Pouco antes de as tropas do Exército Popular, com brutal repressão, varrerem o movimento, tais levantes populares, reivindicadores de garantias intencionalmente democráticas (em geral associadas ao funcionamento de regimes representativos, do tipo ocidental) e da abertura de um regime político marcado pelo comando centralizado do Partido Comunista, motivavam grande euforia em torno do "avanço democrático", manifestada nas páginas de *Veja* e de grande parte da imprensa mundial naquele momento.

As manifestações, seguia a revista na descrição do evento, aconteciam pacificamente, com centenas de milhares de estudantes ocupando a Praça da Paz Celestial, encravada no coração de Pequim, para pleitear "algo que cabe numa palavra só: liberdade". Liberdade, na análise difundida pelo periódico, negada pelo regime maoísta "totalitário" aos chineses nos últimos 40 anos. Os "tempos formidáveis", no entanto, não se sucediam apenas na imensa nação da Ásia Oriental. No Chile, a população havia dito "não" à continuidade do governo do ditador Augusto Pinochet, através de um plebiscito, em meio ao processo de desmantelamento do regime militar. Na União Soviética, seguia *Veja*, a *glasnost* se ampliava, e 158 candidatos do Partido Comunista eram sumariamente derrotados.

² "Vento libertário em Berlim". Carta ao leitor. Revista *Veja*, 13 de dezembro de 1989, 14 de maio de 1989. (Acervo Digital Online/*Veja*)

Opondo-se às mais variadas tradições autoritárias da política mundial, os "ventos liberalizantes" de dimensão mundial do final da década de 1980 pareciam demonstrar, nas narrativas que apresentaremos aqui, a superioridade dos regimes políticos democráticos: representativos, pluralistas, nos quais imperariam a lei e a concorrência de ideais e expressões. Mas não só tal configuração político-institucional parecia mais adequada: mostrava uma supremacia inestimável o valor da liberdade e da autonomia humana na configuração da vida social. Um dado ideal de liberdade que, como podemos perceber nos editoriais assinalados, vinculava-se à capacidade imanente dos indivíduos de controlar seus destinos, de construir suas próprias vidas, de fazerem "inspirar seus sonhos".

Perguntamos, na discussão que aqui se segue: em um momento no qual se combinavam disputas por projetos para um "Brasil democrático", dentro de novos marcos político-institucionais, e a desestabilização do mundo comunista (como veremos mais tarde, assinalada, especialmente por críticos do socialismo, como uma morte anunciada da própria tradição socialista contemporânea), por quais razões o valor da "democracia", autocentrado a uma concepção ideológica de "liberdade", poderia aparecer com tanto vigor nas páginas da grande imprensa brasileira, atravessando editoriais e noticiários domésticos e internacionais, diários e semanais? Os atores sociais envolvidos na produção de periódicos da grande imprensa brasileira tiveram espaço privilegiado na grande mídia impressa para a manifestação de seus temores e euforias em relação às relações políticas mundiais, em um campo de expectativas politicamente moralizantes que, entende-se, particularizava-se pela mobilização de uma matriz filosófica de teor liberal, a respeito tanto da reforma do

Estado e da economia no Brasil, quanto à crítica em torno dos ideários socialistas. Um dado ideal de democracia que, intimamente relacionado aos pressupostos axiológicos do liberalismo, seria associado à prescrição de existência de um livre mercado.

Entendemos, no intuito de responder ao problema historiográfico lançado, que as mídias atuam continuamente no campo das disputas por significações do mundo social, especialmente em momentos nos quais se deflagram grandes rupturas e mudanças percebidas na vida em sociedade. Seus veículos estão sempre a perseguir a (re)conquista cotidiana do reconhecimento e da eficácia das imagens, dos preceitos, das leituras, das predições que evocam e, muitas vezes, intencionam fazer convencer que são de importância universal. A despeito da mítica recorrente de uma "isenção jornalística", reforçada pela autoenunciação constante dos veículos acerca de seu comprometimento com a objetividade informativa (associada aos padrões editoriais de um jornalismo profissional contemporâneo), os meios de comunicação de massa, em particular da imprensa escrita analisada neste estudo, fazem compartilhar, pela difusão da palavra, crenças e valores comuns que correspondem a conjuntos de expectativas de atores sociopolíticos de um determinado presente.

Nas interações comunicacionais instalam-se tanto a construção de consensos em relação às necessidades de rupturas de elementos do universo social e político quanto a afirmação de permanências que contribuem para a fixação de preceitos e normas, a reafirmação de divisões hierárquicas e a manutenção de diferenças. Entende-se, portanto, as mídias, e em especial a imprensa escrita, como manifestações privilegiadas do poder simbólico, pois produzem e suscitam classificações, caracterizações, nomeações, uma vez

que "se constituem enquanto poder reconhecido de impor certa visão das divisões do mundo social" (BOURDIEU, 1996, p. 87). São analisadas, para tal propósito, cartas aos leitores apresentadas pela revista *Veja* e textos opinativos (não necessariamente editoriais) apresentados nas páginas do *Jornal do Brasil*, entre os anos de 1989 e 1991, nas quais se evidenciam opções ideológicas hegemônicas dos veículos e determinados padrões de análise política das situações históricas vivenciadas na virada das décadas de 1980 e 1990.

As narrativas produzidas pelos meios de comunicação, pensamos, não são apenas relatos ou descrições, a despeito de se comportarem muitas vezes como enunciados técnicos e neutros em relação ao mundo, mas, sobretudo, prescrições e predições que fazem ser acionados campos de especulação simbólica na vida pública. A imprensa tomada como objeto pela análise histórica que se segue, apresentava, portanto, dadas formas de organização narrativa e política do cotidiano. Conjugando, para isso, "redes de crenças" que intentavam interpretar (e projetar) problemas sociais e demandas críticas tanto de um Brasil pós-ditatorial quanto de um mundo no qual as relações internacionais, as configurações do cenário econômico e os exercícios do poder político seriam redefinidos, com o impacto da crise do mundo socialista.

Sabe-se que, através destes textos, os veículos se esforçavam para "impor universalmente, mediante um discurso inteiramente marcado pela simplicidade e pela transparência do bom senso, o sentimento de evidência e necessidade que este mundo lhes impõe" (BOURDIEU, 1996, p. 121). Na interação com os leitores, esperavam convencer, situando-se entre jogos de representações capazes de mobilizar interesses, convencer, persuadir. E também de interferir nas

compreensões de seus leitores e espectadores, ensejando escolhas e gestos, demarcando lugares nos seus cotidianos, mobilizando subjetividades, afetos, inquietações, subordinações. Compreender as estratégias de construção (e de persuasão, de tentativa de convencimento) desses objetos discursivos é uma operação fundamental na pesquisa histórica com impressos: desmontar o texto jornalístico para interpretar os modos de fabricação dos fatos vendidos como "consensuais" e coerentes; desconstruir os efeitos de verdade que os objetos comunicacionais escritos intentam produzir e fixar; questionar os mitos de "isenção" ou de "espaço de pluralismo" associados ao jornalismo profissional contemporâneo.

É necessário interpretar a palavra escrita como uma possibilidade discursiva no tempo em que foi produzida, tentando associá-la tanto a uma dada rede (factual e conjuntural) de circunstâncias que puderam engendrar-la e permiti-la lutar por certa legitimidade para interferir nas divisões do mundo social, quanto às possíveis escolhas políticas, ideológicas e simbólicas dos atores sociais que a manifestavam, na medida em que a mobilização destas matrizes filosóficas presidia construções simbólicas de uma realidade.

1.1 A REVISTA VEJA ENTRE O ATAQUE AO PLANEJAMENTO SOCIALISTA E UMA MORAL ANTIESTATIZANTE: DIMENSÕES DA LIBERDADE INDIVIDUAL E DO MERCADO

Contra os três candidatos das últimas eleições - Jânio Quadros, Adhemar de Barros e o general Henrique Lott -, há agora 22 nomes na disputa. Todas as correntes de opinião existentes no país

estão representadas nesses candidatos. Eles podem falar o que quiserem e têm, através do horário gratuito e da cobertura da imprensa, meios de sobra para fazer com que suas propostas cheguem aos eleitores. É balela, também, afirmar que os presidenciáveis não têm programas de governo. Afora os candidatos folclóricos, os outros têm ideias e caminhos diferentes para fazer o Brasil progredir [...]. O país vive hoje um dos seus melhores momentos políticos: o da democracia plena, do livre debate acerca das alternativas para o futuro e da disputa do voto popular.³

A revista *Veja* reportava-se, durante todo o ano de 1989, como uma privilegiada mediadora do processo eleitoral que, segundo constava, encerrava um "período extraordinário" da história do país. Afinal, durante toda a campanha, suas páginas teriam sido um espaço de exposição dos principais candidatos do país. Seus jornalistas haviam trabalhado para informar aos leitores quem eram os candidatos, como agiam, o que pensavam e o que pretendiam fazer caso fossem eleitos para o cargo mais importante do país, sem que isso significasse, pelo menos nos discursos emitidos pela revista, uma tomada de posição. Com isso, exerciam o papel legítimo do qual eram incumbidos pela sociedade: compunham meios pelos quais as propostas chegavam aos leitores, constituindo os enlacs da batalha eleitoral como objetos legítimos de notícia.

Tratava-se de uma cobertura inteiramente inédita para o veículo. *Veja* foi lançada, afinal, em 1968, tendo convivido com o período mais intenso da censura na ditadura militar em seus primeiros anos de existência, e

³ "Uma ótima etapa da política brasileira". Carta ao leitor. Revista *Veja*, 11 de outubro de 1989. (Acervo Digital Online/*Veja*).

jamais havia tido a oportunidade de realizar a cobertura de eleições presidenciais diretas no país. Para o cientista político Fernando Lattman-Weltman (1996, p. 17), as eleições gerais daquele ano, marcadas por rearranjos da política nacional advindas do desmonte do aparelho ditatorial, desenvolveram o primeiro grande teste de uma autêntica "democracia de massa midiaticizada", que no Brasil havia se manifestado pelo processo crescente de extensão dos direitos políticos a parcelas cada vez maiores da população e por sua crescente incorporação ao universo dos bens simbólicos produzidos pela indústria cultural desenvolvida "à sombra do regime militar e das transformações por ele induzidas" (idem, p. 17). Não era inesperado, portanto, que o periódico exaltasse o acontecimento, anunciando-se no exercício de um papel fundamental para a consolidação da democracia: momento de um livre debate acerca das alternativas para o futuro e da disputa do voto popular, incentivado pela existência de uma mídia "autônoma, isenta e socialmente responsável", função pela qual *Veja* pretendia-se como veículo de comunicação competente também em intervir na agenda política nacional.

Veja emergiu como um ousado projeto da Editora Abril, então em processo de consolidação como a maior editora da América Latina, sendo um dos primeiros grupos a criar, no Brasil, "o modelo de empresa de edição e de grupo de comunicação" (PEREIRA, 2009, 47). Vendendo-se como uma revista semanal de informação geral, em contraponto à segmentação editorial que se observava à época, foi lançada em setembro de 1968. Seu primeiro número, tendo vendido cerca de 650 mil exemplares (PORTELA, 2009, p. 12), foi antecedido por uma enorme campanha de publicidade, ocupando páginas de periódicos que circulavam pelas capitais do Brasil. O sucesso alcançado

com o primeiro número, no entanto, mostrou-se efêmero. Durante o final da década de 1960 e o início da década de 1970, o grupo Abril viu as vendas da revista caírem bruscamente, de maneira que a empresa acumulava prejuízos em decorrência da não aceitação de boa parte do público, que estranhava os grandes textos do periódico, acostumado com o "formato grande e as fotos coloridas" de outras revistas de variedade da imprensa nacional deste momento (PORTELA, 2009, p. 13). Mesmo os jornalistas haviam se decepcionado com as edições iniciais de *Veja*.

No entanto, *Veja*, como se sabe, não veio a consolidar-se como um fracasso. À revelia de seus primeiros anos de existência, em 1981, já alcançava novamente a venda de 500 mil exemplares. Daniella Villalta (2002) lembra que, para reverter a recepção negativa da revista no mercado, a Editora Abril montou uma complexa operação, de dimensão empresarial e publicitária, para que *Veja* se tornasse um sucesso editorial. Já no início dos anos 1970, o periódico, amparado em concepções técnicas e mercadológicas dos modelos de revista de informação de padrão internacional (como *Times* e *Newsweek*), optou por angariar a crescente parcela de receptores dentro dos setores médios da sociedade brasileira, respondendo as aspirações deste público no contexto da organização capitalista da cultura no país e no projeto de modernização que se consolidava naquele momento.

Para isso, produziram-se pesadas campanhas publicitárias para que o público se identificasse com a proposta da revista. *Veja* passou a ser anunciada como um meio eficaz para que o leitor moderno pudesse saber, de maneira rápida, o que acontecia nas fronteiras da ciência, da economia, da tecnologia, da arte, da educação, do desenvolvimento, do esporte, no Brasil e

no mundo inteiro. *Veja* possibilitaria com que os setores médios, desta forma, estivessem antenados e informados das rápidas transformações, agitações políticas e reviravoltas comportamentais que marcavam aqueles anos. Esta representação, de uma revista de sínteses gerais e modernas feita para um leitor moderno, teve grande receptividade entre consumidores brasileiros que tinham acesso ascendente ao mercado de bens simbólicos e à cultura de massas, transfigurando-se em uma profícua estratégia de promoção e divulgação.

Em 1991, *Veja* se tornaria a primeira revista a ultrapassar um milhão de exemplares em uma só edição, confirmando o êxito da Editora Abril em suas campanhas de publicidade. No final dos anos 1990, era a terceira mais vendida e a maior revista de informação do mundo fora dos Estados Unidos, consolidando-se na condição de revista de maior circulação nacional. Para Mateus Henrique de Faria Pereira (2009), foram as revistas *Realidade* (surgida em 1966) e, principalmente, *Veja*, as responsáveis por dar um perfil jornalístico à Editora. Esta última, em especial, cumpriria a função de apresentar informações úteis, rápidas, sintéticas e de perfil analítico, tentando cobrir um amplo leque de assuntos considerados "de interesse geral". Propunha-se a informar de tudo um pouco, interpretando a grande contingência de acontecimentos que marcava a segunda metade do século XX. Voltava-se a leitores e leitoras de todo o território nacional, acompanhando os novos hábitos observados em um momento de modernização econômica e consolidação de uma indústria cultural de massas no Brasil, em especial para as classes médias, que comporiam o principal público-alvo do novo periódico.

Paradoxalmente, no entanto, a expansão de um periódico semanal em toda a extensão do país ajudava a

cumprir uma função política fundamental nas estratégias de modernização do regime autoritário (que, por vezes, usou de seus métodos de censura na própria edição da revista), uma vez que contribuiria para o processo de expansão da comunicação no país. Sabe-se que os agentes da ditadura fizeram uso da propaganda política utilizando-se justamente de técnicas modernas da comunicação de massa. Alzira Alves de Abreu (2005, p. 54) chama a atenção para o fato de a mídia ter sofrido forte intervenção dos militares durante o período autoritário, que adotavam uma política deliberada de modernização do setor: ao lado da censura, fixava-se uma estratégia "ligada à ideologia da segurança nacional". Contemporaneamente à emergência de *Veja* como um ousado projeto editorial, deram-se a consolidação das redes televisivas no país e a implantação dos serviços de telecomunicações em todo o território nacional. O processo de modernização do sistema nacional de informações, financiado em grande parte pelo regime militar, tinha o objetivo político de integrar o país e diminuir os profundos abismos existentes entre as regiões e os diferentes grupos da população.

A nova revista semanal beneficiou-se com esta expansão dos serviços de comunicação no país, e foi ganhando força e garantindo espaço "permanente nas bancas de jornais e na preferência da classe média brasileira, que a elegeu como o arauto da intelectualidade no país" (VILLALTA, 2002, p. 12). Trazendo uma nova perspectiva de observação e análise dos fatos, a interpretação, ainda uma novidade no jornalismo brasileiro, *Veja* era impressa em máquinas estrangeiras e conforme modelos estrangeiros de impressão e estrutura editorial, tornando-se sinônimo de modernidade para este perfil de leitores (VILLALTA,

2002, p. 13). Na década de 1970, foram montados eficientes esquemas de distribuição para garantir que a revista chegasse aos seus potenciais leitores, de modo a tornar o novo modelo de informação jornalística acessível em todas as regiões do país, dos centros urbanos mais modernizados às cidades do interior. A implantação, em 1972, de uma operação de assinaturas, contribuiu, fortemente, para assegurar o sucesso de *Veja*.

Visualizamos a revista *Veja*, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, como a revista semanal de maior vendagem do Brasil, com competência autorizada o suficiente para ratificar, por meio das "cartas aos leitores" veiculadas neste momento (nome dado aos editoriais das edições), o quanto o exercício informativo, mas também interpretativo e investigativo da revista, estaria contribuindo para a consolidação de uma ordem democrática, livre e socialmente justa no país. A revista produzia um nexos entre o momento pós-ditatorial vivido naquele momento, a introdução de um capitalismo justo, racionalizado e elogioso à livre iniciativa no Brasil e no mundo (em virtude dos processos de globalização) e o papel do próprio veículo em fiscalizar as ações do governo, autopromulgando a função de representar os anseios da sociedade civil.

Pressupomos que a mídia impressa não impõe verticalmente visões de mundo nem determina completamente os programas de percepção do universo político ao seu público. A determinação de seus efeitos políticos é mais complexa, uma vez que interfere no campo das compreensões e das disputas de visões das divisões sociais, justamente nos campos de tensão onde se perfaz uma "economia de trocas linguísticas" (BOURDIEU, 1996). Não basta, portanto, que as falas emitidas pelas autoridades jornalísticas sejam

compreendidas: é preciso que sejam cotidianamente reconhecidas por suas habilidades particulares e pelas competências que manejam; pela reprodução contínua dos poderes de que estão investidas. A manutenção do poder simbólico é também produto da própria fabricação discursiva, uma vez que a eficácia simbólica das palavras, tal como nas páginas de *Veja*, é produzida "apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede" (BOURDIEU, 1996. p. 95). *Veja* referenciava-se, em seus próprios editoriais, como autoridade simbólica para interferir na agenda política nacional, ratificando seu compromisso com a democracia, aqui entendida nos termos do funcionamento de um pluralismo de propostas.

No entanto, *Veja* interferiria consistentemente na vida pública do país, visibilizando uma série de prioridades em detrimento de outras, construindo uma agenda de reformas e reestruturações no campo de uma "economia política". Embora estas prioridades passassem fundamentalmente pelo crivo ideológico, particularizada por particulares representações de mundo, *Veja* se autopromulgava como compromissada com o desenvolvimento do país e as virtudes da "liberdade política e econômica": valores que se aproximariam muito mais da ética e da racionalidade técnica do que da ideologia e do campo da persuasão, ainda que a palavra escrita veiculada pelo periódico se movesse por fundamentos axiológicos e pressupostos fundamentais próprios da cultura política do liberalismo.

VEJA considera que não será com estatização, com cerceamento à livre iniciativa, com o incremento de conflitos

entre capital e trabalho, com restrições aos investimentos, com o isolamento do mundo desenvolvido e com o nivelamento por baixo que o país irá melhorar. A revista defende desde a sua fundação, e reafirma nesta véspera de eleição, que o caminho para melhorar as condições de vida dos brasileiros é o da liberdade política e econômica, com o Estado se limitando a atuar na área da infraestrutura econômica e social e servindo como catalisador e redistribuidor dos frutos do desenvolvimento.⁴

Havia, para *Veja*, pouca liberdade econômica no país. "Liberdade econômica", isto é, pensada nos termos do funcionamento de um mercado em uma economia complexa e pluralista, com grande peso da iniciativa privada em sua diversificação, marcada pela busca da eficiência produtiva, a livre concorrência em seus setores e a liberdade de consumo. Contrapondo-se, evidentemente, a organizações dirigistas ou a mecanismos econômicos baseados no comando, exatamente aqueles nos quais haviam se fundamentado os sistemas planejados então em grave crise no mundo socialista. Enunciavam-se, pela revista, as ações necessárias a serem empreendidas para contornar a crise econômica que se arrastava pelo país, na medida em que se diagnosticava a situação caótica da economia nacional como sinal maior do esgotamento do "Estado-padrão" em promover o desenvolvimento.

Não à toa, o programa defendido por *Veja* em seu editorial, atentando para os riscos da estatização e dos obstáculos à livre iniciativa, propondo, para tal, o alinhamento ao cenário internacional e a abertura aos

⁴ "Democracia avançada e miséria social". Carta ao leitor. Revista *Veja*, 13 de dezembro de 1989 (Acervo Digital Online/*Veja*).

investimentos estrangeiros, difundia-se em um momento no qual eram redesenhados os campos da economia internacional, com grandes críticas dos países desenvolvidos e, especialmente, dos Estados Unidos, às estratégias político-econômicas voltadas para dentro (tais como a industrialização por substituição de importações) que as teorias do nacional-desenvolvimentismo tinham defendido pelo menos até a década de 1970.

Para *Veja*, em um país no qual vigorava um "apartheid social" em que 70% da população trabalhava mal, comia pouco e morava em condições precárias⁵, apenas aumentando a liberdade econômica no país poderiam ser atacados eficientemente os problemas relativos à injustiça social, ao abismo que atingia os centros do país, ao aprofundamento da miséria e da fome entre milhões de brasileiros. Teoricamente, a resolução destas questões sociais consistiria na condição de prestarem-se como resultados futuros da alocação racional e eficiente dos recursos por parte dos agentes do mercado, de maneira que o Estado deveria intervir apenas como "catalisador e redistribuidor" dos frutos do desenvolvimento.

Para o historiador Eric Hobsbawm (2009), estudioso das questões envolvendo política e economia mundiais no século XX, a situação de países do então Terceiro Mundo (África, Ásia Ocidental e, enfim, América Latina, incluindo-se o Brasil), com a crise econômica mundial iniciada com os choques do petróleo, fomentaria uma "severa depressão": a maioria das pessoas se tornaria mais pobre na década de 1980. Em muitos lugares, incluindo o Brasil, haveria o reaparecimento ou

⁵ "Democracia avançada e miséria social". Carta ao leitor. Revista *Veja*, 13 de dezembro de 1989 (Acervo Digital Online/*Veja*).

o crescimento de muitos miseráveis sem teto nas ruas, acompanhando-se o aumento da desigualdade social e econômica. Os problemas se seguiam: pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade. Em muitos lugares, pouco se sabia, no entanto, sobre o que se fazer em relação aos caprichos de uma economia mundial cada vez mais globalizada (e também a cada ano mais instável). Nestas condições, o credo neoliberal angariou cada vez mais adeptos, ao se consagrar como uma poderosa plataforma ideológica de "reação teórica e política veemente contra "o Estado intervencionista e de bem-estar" (ANDERSON, 1995, p. 9). Preparado as bases para um capitalismo que se pretendia livre, a estabilidade monetária passou a ser prescrita como a meta suprema de qualquer governo, no qual seriam necessárias reformas fiscais para incentivar a liberdade dos agentes econômicos e sua organização competitiva, desde que fosse vedado o uso aberto da força ou da imposição governamental.

O grande instrumento para equilibrar as economias mundiais até os anos 1970, "a política de governo, coordenada nacional ou internacionalmente, não funcionava mais" (HOBBSAWM, 2009, p. 400). A defesa da liberdade econômica nas páginas de *Veja* não aparece, portanto, deslocada destas condições que configuraram uma intensa "globalização ideológica" (ARRIGHI, 2007), liderada pelos países do capitalismo avançado e por atores do mercado financeiro. Eram tempos nos quais se afirmava a hegemonia do ideário neoliberal no mundo: é necessário lembrar que Fernando Collor de Mello venceria o pleito de 1989 justamente propondo estratégias favoráveis ao capital e voltadas para fora, destacando a importância da estabilidade macroeconômica e a necessidade de privatização de empresas públicas e "liberalização do comércio exterior

e da movimentação de capitais" (ARRIGHI, 2007, p. 2). Era propriamente este programa que *Veja* defendia, no editorial lançado às vésperas do segundo turno daquelas eleições, movendo-se por uma moral antiestatal e uma defesa entendida como das liberdades econômicas.

Com uma inflação de milhares por cento ao ano, entretanto, não há o que discutir: neste momento é o poder público, e só ele, que pode ou não tirar o monstro da sala, para que depois se possa começar a pensar numa arrumação melhor. A inflação brasileira, e todo o seu séquito de consequências perversas, não irá embora porque o governo baixou uma proibição de se aumentar preços ou tirou zeros da moeda - seis ao todo, em menos de três anos. Ela só deixará de fazer parte da vida do país quando quem quiser ganhar a vida aumentando os preços e preferindo repassar custos a aumentar sua eficiência for punido pelo mercado, na forma de prejuízos - algo impossível de se verificar enquanto o governo continuar aviltando diariamente o valor do dinheiro com emissões, gastando o que não tem e concentrando a maioria dos recursos nacionais na manutenção de sua máquina falida.⁶

Os problemas do país a serem prioritariamente resolvidos estariam no campo da economia: na virada da década de 1980, as questões relativas à política econômica no país dominavam os editoriais da revista *Veja*. Em janeiro de 1989, em meio à recorrente guerra contra a hiperinflação e a edição de sucessivos planos

⁶ Carta ao leitor. Revista *Veja*, 25 de janeiro de 1989 (Acervo Digital Online/*Veja*)

econômicos pelo governo Sarney, a revista indicava uma prescrição, ou ainda, uma predição: a inflação só deixaria de fazer parte do cotidiano da sociedade na medida em que o governo deixasse de insistir em controlar os preços (congelando-os, por exemplo) e abandonasse o esforço para concentrar os recursos nacionais "na manutenção de sua máquina falida". Logradas as tentativas de aumentar os mecanismos de intervencionismo estatal para combater o fantasma inflacionário, o mercado, com sua tendência em coordenar de maneira "relativamente automática as ações econômicas" (BRESSER PEREIRA, 2009, p. 7), teria maior capacidade de punir, por meio de sua autorregulação, a ineficiência dos agentes econômicos.

O governo brasileiro, proibindo arbitrariamente o aumento de preços, apenas reforçava sua inabilidade em coordenar as complexas ações da economia nacional. Para os diversos agentes econômicos, contudo, também era lançada a expectativa de que sobrevivessem apenas aqueles que aumentassem sua eficiência em cenários de livre concorrência, usando racionalmente seus recursos e buscando técnicas inovadoras para melhorar a produção, ajustando os preços mediante o equilíbrio entre a oferta e a procura.

A perspectiva fortemente ideologizada destas prescrições generalizadas para uma reforma macroeconômica se manifestava, com mais ênfase, quando a revista desqualificava a "máquina falida" da administração pública do país. O Estado brasileiro, inchado e ineficiente, com sua tendência aos "desmandos administrativos"⁷ e ao excesso de intervencionismo, concentrava recursos e riquezas que

⁷ "Vento libertário em Berlim". Carta ao leitor. Revista Veja, 14 de maio de 1989 (Acervo Digital Online/Veja).

não sabia administrar para promover o bem-estar da sociedade que o sustentava. O nó da "questão brasileira", reafirmava a revista, era encontrar uma combinação de medidas suficiente para "conseguir obter o aumento da receita e o corte das despesas estatais"⁸. Ao tentar promover, como protagonista, o desenvolvimento da sociedade civil e da economia, a máquina pública revertia-se no seu perfeito oposto: expunham-se, no momento em que fracassavam diversas edições de planos econômicos, as evidências do esgotado modelo de Estado desenvolvimentista como entrave à liberdade dos agentes individuais e econômicos. Medidas coercitivas, senão atrasadas, constituíam-se legislações excessivamente protecionistas, controles e congelamentos de preços, proteções alfandegárias, regulamentações excessivas ao setor empresarial e produtivo, concentração de empresas estratégicas no aparato estatal, restrições ao investimento estrangeiro direto e à competição.

A ação do Estado, no entanto, seria altamente desejável, revelava *Veja*, enquanto se limitasse a "atuar na área da infraestrutura econômica e social"⁹. Era reconhecida, com isso, a necessidade de que o poder público criasse e aperfeiçoasse mecanismos que avalizassem a redistribuição de renda. No entanto, para isso, seria imprescindível garantir a estabilidade financeira e um crescimento "autossustentado", pilares de uma sólida política econômica. A mensagem estava clara: sem resolver os problemas da pouca abertura do país ao mercado internacional, o problema da hiperinflação e o déficit da dívida pública, questões que

⁸ "O país está farto de pacotes". Carta ao leitor. Revista *Veja*, 10 de janeiro de 1990 (Acervo Digital Online/*Veja*).

⁹ "Democracia avançada e miséria social". Carta ao leitor. Revista *Veja*, 13 de dezembro de 1989 (Acervo Digital Online/*Veja*).

passavam pela histórica e insistente prática do Estado em interferir insistentemente na economia, não haveria desenvolvimento do país ou melhoria das condições de vida da população. Desenvolvimento e eficiência, portanto, estavam organicamente interligados nas expectativas lançadas ao futuro do país por *Veja*. Os papéis do Estado e do mercado, para o leitor que se deparava com editoriais da maior revista de circulação nacional, estariam definidos. Estado, é preciso ressaltar, devidamente reformado, segundo os padrões liberalizantes e propagados como tendências internacionais naquele momento.

Já em novembro de 1990, ao tecer um elogio às medidas liberalizantes colocadas em prática pelo governo eleito de Fernando Collor de Mello, *Veja* advertiria aos empresários que seria preciso trabalhar sem o amparo do Estado e as muletas da roleta financeira. Afinal, o livre mercado implicaria "competição, risco, busca permanente da excelência e racionalização da produção"¹⁰. Os empresários e demais agentes econômicos deveriam aprender a lidar com a dinâmica instável dos mercados livres, constitutiva da própria existência de liberdade econômica.

A moral antiestatizante que se manifestava nas notícias e nos editoriais de *Veja* no Brasil do final dos anos 1980 era potencializada à medida em que se manifestava um esgotamento de um padrão de acumulação capitalista centrado no Estado desenvolvimentista e "baseado numa aliança político-social que tinha nas frações estatal, privada nacional e estrangeira do capital monopolista seu eixo de sustentação." (MACIEL, 2011, p. 100). Por meio do

¹⁰ "Uma ilusão que acabou em filas". Carta ao leitor, Revista *Veja*. 14 de março de 1990 (Acervo Digital Online/Revista *Veja*).

nacional-desenvolvimentismo, o Estado havia se constituído, pelo menos desde a Era Vargas, como o agente que planejava e subsidiava o capital nacional, regulando e induzindo o crescimento econômico. Para o historiador David Maciel (2011), o nacional-desenvolvimentismo era marcado pela existência de um Estado autocrático e burguês fortemente intervencionista que acomodava, ao mesmo tempo, os diversos interesses das frações burguesas no seu interior.

O processo de redemocratização no Brasil, desenrolado de modo lento e gradual pelas classes dominantes, impossibilitou a retomada do desenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, reforçou a perspectiva de um desenvolvimento capitalista dependente e pouco distributivo. Para isso, contribuiu o fato de que, em vários Estados ao redor do mundo, a partir da década de 1970, a situação fiscal dos governos entrou em uma aporia: como conciliar os gastos elevados das máquinas públicas (com gastos sociais e empresas estatais, só a título de exemplo) e crescimentos mais lentos (marcados pelo choque do petróleo e os episódios da crise internacional)? O esgotamento do modelo do "milagre econômico" da ditadura militar resultou em uma grave crise de dívida pública, externa e interna. A economia, como se sabe, ficou marcada por uma crescente inflação que chegou ao fim dos anos 1980 batendo recordes atrás de recordes, com índices que superavam os 1000% ao ano.

Maciel (2011, p. 176) explica que a institucionalidade democrática originada do processo de transição criou um ambiente político favorável à construção de uma nova hegemonia burguesa, neoliberal, associada ao capital internacionalizado. Desta maneira, os marcos do projeto, inicialmente articulado pelo regime militar, de uma reforma na autocracia

burguesa não foram superados, apesar da intensa mobilização das classes subalternas e dos riscos da agudização dos conflitos sociais do país. Embora o desenvolvimentismo de Estado não tenha sido atualizado, a transição política ratificou uma reforma "pelo alto", na qual uma democratização conservadora equalizou as contradições sociais, reestruturando o modo de acumulação capitalista e a organização política das elites no país. Aprofundaram-se, assim, a dependência externa e a crise fiscal do Estado, transformadas em verdadeiros alimentos para uma financeirização da economia brasileira. O endividamento público, com isso, converteu-se no "verdadeiro lastro da acumulação capitalista privada" (MACIEL, 2011, p. 184).

A despeito das crises econômicas, a autocracia burguesa reformou-se com a adesão ao credo neoliberal e às prescrições da globalização ideológica, afastando outras formas de institucionalidade pretensamente antiautocráticas (como o então projeto democrático-popular de viés nacionalista do Partido dos Trabalhadores, derrotado no segundo turno das eleições de 1989 em virtude da união das elites em torno do projeto neoliberal do candidato Fernando Collor de Mello). O sistema eleitoral e os domínios do Estado continuaram, a despeito dos novos canais de representação popular, submetidos às oligarquias e aos diferentes graus do poder econômico: algo que dificultou, inclusive, a aplicação dos direitos políticos e sociais conquistados na nova Constituição, os quais padeceriam sob os males da não-regulamentação e da aplicabilidade parcial.

O cientista social Francisco Fonseca (2003; 2006) discutiu o papel ideológico da grande imprensa brasileira no embate entre a "agenda ultraliberal" e as doutrinas intervencionistas (e adeptos de correntes distintas, mas

correlacionadas, tais como ideias keynesianas, socialdemocratas ou, em especial, nacional-desenvolvimentistas, todas alvo de um ataque sistemático pela imprensa). Com isso, atentamos para a construção social de consensos em relação à necessidade de mudança do paradigma macroeconômico do Estado brasileiro operada pelos meios de comunicação de massa, na qual *Veja* ingressou ativamente.

Durante o período de transição para o regime liberal-democrático no país, diferentes periódicos "envolveram-se em disputas sintetizadas na contenda pela reversão do modelo de desenvolvimento, até então caracterizado pela intervenção do Estado na economia" (FONSECA, 2003, p. 84), de maneira que faziam desmontar, em seus discursos, os argumentos que defendiam o intervencionismo e a ideia de um "Estado-empresário". Como vimos, o processo de crise do desenvolvimentismo no Brasil não foi acompanhado de um processo anti-hegemônico. Ao contrário, produziu-se uma reforma da autocracia burguesa por meio da adesão das elites nacionais em torno do credo neoliberal. Em 23 de maio de 1990, já com Fernando Collor de Mello na Presidência da República, o editorial da *Veja* se prestava a confirmar que o veículo cobrava do candidato as ações que compunham a agenda neoliberal com a qual saiu vitorioso nas eleições do ano anterior, marcada pela crítica acirrada à "estatocracia", o combate sistemático da corrupção e a promessa de liberalização do comércio e da política monetária.

Não se negue ao governo Collor o crédito de ter tomado algumas medidas para reduzir a intervenção do Estado na economia, deixando-a entregue às regras do mercado. É o caso do fim das restrições

ao comércio exterior, da fixação apenas de um preço máximo para os combustíveis, do início do processo de privatização e, na semana passada, de ter passado a empregadores e empregados a tarefa de fixar os mecanismos de reajustes salariais. Mas essas liberalizações se perdem num oceano de intervenções do governo na vida econômica. Desde a posse, o Palácio do Planalto, o Ministério da Economia e o Banco Central vêm baixando em média oito resoluções econômicas ao dia, criando um festival de regras e contrarregras. 'Por seu comportamento errático e perverso, o Estado passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro', afirmou o presidente Collor no seu discurso de posse, para completar pouco depois: 'Compete primordialmente à iniciativa privada, e não ao Estado, criar riqueza e dinamizar a economia'. Até agora, só marginalmente o presidente e sua equipe econômica colocaram em prática essas ideias. Pode ser que o governo imagine que, para se chegar ao liberalismo econômico, o país tenha de atravessar uma fase de intervencionismo bruto, materializado em medidas e contramedidas de caráter assustador. Mesmo que o presidente esteja optando por esse caminho paradoxal, ainda assim ele deve explicar quando finalmente suas ideias se transformarão em prática: o governo precisa fixar um prazo a partir do qual o Estado abandona o papel de tutor e controlador-mor da economia.¹¹

A subida ao poder do primeiro presidente eleito diretamente pelo voto popular em três décadas

¹¹ "O prazo para ir da teoria à prática". Carta ao leitor. Revista Veja, 23 de maio de 1990. (Acervo Digital Online/Veja).

acompanhava altas expectativas por parte de setores da sociedade, uma vez que se esperava que a equipe comandada por Collor pudesse combater sistematicamente a hiperinflação e estabilizar a moeda, com potencial para atrair investimentos estrangeiros e nacionais, permitir a abertura econômica do país e, assim, moralizar o Estado e a economia, então objetos de descrédito pela sociedade brasileira (e pelo mercado internacional, do qual se esperava que investisse no país na medida em que encontrasse uma situação fiscal e cambial favorável aos negócios estrangeiros). É possível perceber a ênfase da revista em defender um combativo programa de privatizações das empresas públicas, na expectativa de que se superasse o "intervencionismo bruto" e de longa data da máquina estatal.

A mídia se comportava, neste momento, como uma espécie de "guardiã da coerência dos discursos tornados públicos" (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p. 89), denunciando a ambiguidade e a contradição das ações governamentais. Por extensão, fazia uma determinada agenda de assuntos da vida pública ser divulgada, elegendo prioridades em detrimentos de outras. *Veja* exercia papel social, simultaneamente fiscalizador e diagnosticador, das dificuldades que afligiam a população brasileira, cumprindo com o intento de contribuir para a melhoria de vida de todos os brasileiros e superar os percalços que impediam ou, no limite, retardavam o potencial produtivo e econômico do país. No entanto, suas perspectivas, políticas por definição, atravessavam relações de força e eram palco de imposição de determinadas visões do mundo social. Ao produzirem efeitos de neutralização da linguagem, estes meios de comunicação apresentavam seus preceitos afinados a uma visão liberal da economia e do Estado como verdadeiros, dissimulando, por vezes, o

particularismo das visões de mundo e programas de percepção que exibiam como autoevidentes e universalmente válidos e, ocultando, por efeito, o caráter impositivo e persuasivo de seus enunciados.

O que se via defendido nas páginas da revista (e nos demais grupos políticos que defendiam a abertura econômica do país, associados, em boa parte, aos veículos da grande imprensa brasileira) durante o final da década de 1980, em especial durante as eleições presidenciais de 1989 no Brasil e os processos que ratificavam a profunda crise pelo qual passava o modelo do "socialismo real", era uma perspectiva da reforma do Estado que indiciava uma particular visão de mundo, de matriz político-filosófica liberal. Isto é, uma maneira de conceber e projetar a sociedade, na qual a política tendia a ser vista como uma espécie de espaço no qual aflorariam, na maioria das vezes, interesses particularistas, não direcionados, contraproducentes, ineficientes na perspectiva técnico-científico e matemático, de tal maneira que, "do ponto de vista de interesses sociais objetivos, a verdadeira sede e melhor espaço de visualização seriam a vida econômica" (LATTMAN-WELTMAN, 1996, p. 78). A vida política cotidiana, ainda que necessária, seria entendida como uma espécie de estorvo, de tal maneira que somente os domínios da economia acolheriam as preocupações e os interesses mais "amplos e elevados". Sobrepor-se-iam, portanto, os interesses supostamente mais universalistas do mercado sobre os particularismos das ideologias. Sinônimos de uma alocação racional e eficiente de recursos, em detrimento do irracionalismo atribuído às utopias e às perspectivas mais exaltadamente "ideológicas", a capacidade de as economias se inserirem competitivamente no mercado mundial estaria vinculada também à sua capacidade de inovação.

Liberdade econômica e eficiência produtiva, na forma como eram manifestados estes ideários, confundiam-se com concorrência aberta e coexistência plural de ações no mercado.

Neste momento, consolidavam-se concepções e ideias diversas acerca da necessidade de redimensionar a administração pública e suas relações com o mercado, (profundamente internacionalizado e com dimensões mais globalizadas do que nunca): a temática da "reforma do Estado" passou a fazer parte da agenda política internacional, como uma resposta à situação de crise que tomou conta do cenário mundial nas últimas décadas do século XX, em especial após as sucessivas crises do petróleo na década de 1970 e o atribuído esgotamento do modelo do Bem-Estar Social inspirado nas ideias keynesianas e da defesa do Estado como promotor do desenvolvimento. A hegemonia neoliberal foi, sobretudo, perseguida mediante, entre outras medidas, a redução dos gastos sociais, a privatização facilitada das empresas públicas e liberalização dos controles financeiros e comerciais internos e externos" (VIZENTINI, 2010, p. 253). Tal debate, configurado primeiramente em países do capitalismo central, sobretudo desde a ascensão de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América, figurava com vigor durante o final do governo de José Sarney e as eleições de 1989, sendo adotado (ao menos parcialmente) como programa do governo eleito de Fernando Collor de Mello.

Exemplo da operação ideológica empreendidas pela revista *Veja* na construção de consensos em torno da hegemonia neoliberal aparece, com muito destaque, no editorial de 14 de março de 1990, quando o Programa Nacional de Álcool do governo federal, criado 15 anos antes em virtude da crise do petróleo (com incentivos

fiscais e empréstimos facilitados ao setor produtivo para produzir carros movidos ao álcool combustível), esgotava-se, em especial pela redução do preço do barril de petróleo no mercado global e a conseqüente fuga de capitais dos usineiros do mercado doméstico, além do aumento do preço do açúcar (MICHELLON; SANTOS; RODRIGUES, 2008, p. 3). Durante a sua implantação, os veículos movidos a álcool se tornaram maioria no país. Durante a década de 1980, o programa sofreu significativo declínio, agravando-se, a partir de 1989, uma crise de abastecimento. *Veja* ressaltava em uma de suas cartas ao leitor, a despeito de toda a conjuntura desfavorável enfrentada pelo programa, que a origem do problema era simples: o governo, com suas deficiências "conhecidas", havia cuidado das atividades de importação, prospecção e refino de petróleo e editado regras para os plantadores de cana-de-açúcar, metendo-se na distribuição de ambas as coisas, impondo preços, tentando coordenar a atividade econômica. Fixava-se exatamente o problema do programa nesta tentativa de coordenação total da economia, obstruindo-se a espontaneidade da ordem social e dos agentes individuais em detrimento do poder arbitrário estatal.

Essa confusão toda do álcool tem uma origem facilmente detectável: falta combustível porque toda a engenharia montada pelo governo com o objetivo de fazê-lo jorrar das bombas estava comprometida nos seus alicerces. Toda vez que o Estado tenta deixar suas atividades próprias para exercer funções estranhas a sua natureza o resultado é sempre o mesmo. Durante sete décadas, tentou-se a experiência de substituir as oscilações e os riscos do mercado pelo planejamento da economia na União Soviética, onde a ideia foi perseguida por

mais tempo, e o resultado é conhecido. No Brasil, país curioso que ainda não atingiu o estágio da plena economia capitalista, um sistema como o Proálcool parece ter sido gerado dentro de um daqueles planos quinquenais soviéticos.¹²

A estrutura do Proálcool estaria "comprometida já nos seus alicerces", à medida que o poder público exercia "funções estranhas à sua natureza". Nesta formação discursiva, como já ressaltamos, Estado e mercado possuem definições bem estruturadas, papéis definidos, "naturezas próprias": o Estado deveria se limitar a investir na infraestrutura econômico-social e fazer serem cumpridos os direitos civis, neutralizando os eventuais "embaraços que sua ação representaria para o redescoberto dinamismo do mercado" (REIS, 1993, p. 418). A mão-invisível do mercado deveria ser responsável por autorregular, de maneira mais eficiente, as (inter)ações e mediações de interesses dos diversos agentes sociais: o Estado garantiria a instabilidade institucional, a pluralidade constitutiva do regime democrático-representativo e os direitos básicos dos cidadãos, jurídicos e civis.

A revista não fazia nenhuma menção à situação enfrentada no mercado internacional, limitando-se a localizar o (suposto) axioma ideológico do problema de abastecimento: mais uma vez, o gigantismo estatal, a tradição autoritária e tutelar do Estado brasileiro. Havia falhas na própria cultura política nacional, ainda pouco liberal, em um país que ainda não havia atingido "o estágio da plena economia capitalista". "Pleno capitalismo" aqui concebido como um estágio de

¹² "Uma ilusão que acabou em filas". Carta ao leitor, Revista Veja. 14 de março de 1990 (Acervo Digital Online/Revista Veja).

perfectibilidade política; logo, um fim em si mesmo, reino de liberdade política (regime político liberal-representativo e Estado de Direito) e liberdade econômica (livre mercado). Uma cultura política estatizante, centralista, ainda autoritária, no qual imperavam os desmandos de grupos acoplados ao Estado, potencialmente corruptos, que, segundo constava, faziam-no desvirtuar-se de suas "funções naturais". Para *Veja*, afinal, era a "mão oculta smithiana do livre mercado que tinha de produzir o maior crescimento da 'Riqueza das Nações' e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela" (HOBBSAWM, 2009, p. 399).

A desqualificação de *Veja* dos programas de intervenção estatal não terminava por aí: deslizava-se ao modelo de planejamento da economia da União Soviética, onde havia se estabelecido uma desastrosa substituição das oscilações e dos riscos do mercado pela economia de comando. Dificilmente haveria um momento mais adequado para que se tecessem críticas acirradas ao socialismo de Estado do século XX, nascido sobre as asas da Revolução Russa e marcado delevelmente pelo modelo de uma economia de comando estatizante e controlada pelos quadros burocráticos do Partido, do que aqueles anos nos quais a falência do modelo de organização soviético se impunha com tanta força na opinião pública mundial, motivando a manifestação de uma onda de representações anticomunistas na grande imprensa brasileira. Pouco se poderia argumentar frente às evidências factuais: em 1990, quando *Veja* desqualificava o estatizante programa Proálcool, criado e expandido pelo regime militar e em falência já no momento de consolidação do novo regime democrático, o modelo pelo qual havia se organizado o "socialismo

realmente existente" nas últimas duas décadas esfarelava-se, sem alternativas imediatas para sua reconstrução, sendo substituído, dramática e não poucas vezes caoticamente, justamente pelo seu oposto, as "oscilações do mercado".

Ressaltava-se, nesta formação discursiva, a vitória histórica da ordem espontânea sobre o planejamento. Indícios da liberalização do comando central das burocracias, as "alterações na fisionomia do comunismo" indicavam o funcionamento de "Bolsas de Valores" e soluções tipicamente capitalistas para as crises enfrentadas pelos países do então Segundo Mundo. Proliferavam-se "urnas livres", "diversos partidos funcionando na legalidade", demonstrando, com isso, a superioridade moral e política das instituições liberais próprias do mundo ocidental, da pluralidade política sobre o monopólio partidário.

As alterações na fisionomia do comunismo soviético culminaram na semana passada com a abertura das urnas nas eleições mais livres desde 1917. Numa avalanche de votos, os soviéticos deixaram claro que não gostam dos burocratas do Partido Comunista e que os que defendem a liberalização merecem crédito. Esse vento de reforma na União Soviética, impensável até há pouco tempo, também sopra com vigor em praticamente todos os países comunistas da Europa. Na Hungria, há não só uma Bolsa de Valores como também dezenas de partidos funcionando na legalidade. Na Iugoslávia, em meio a uma acirrada disputa entre grupos étnicos, o governo vem defendendo, em alguns aspectos da economia, soluções tipicamente capitalistas. Num ritmo praticamente cotidiano, são promovidas alterações econômicas, manifestações da

rua e ziguezagues políticos nos países comunistas do Hemisfério Norte.¹³

Pode-se pensar: mediante os fatos, como sustentar a existência de medidas atrasadas, tal como o Proálcool, que obstruíam os mecanismos da livre iniciativa, produzidas e sustentadas pelos abusos do poder público? A representação das teses estatizantes como um anacronismo, uma ideia histórica vencida pelos fatos, ganhava força mediante estar se vivenciando a desestabilização de um modelo de organização coletiva em que as forças de uma burocracia estatal controlavam (ou intencionavam controlar) toda a vida social. O arquétipo de socialismo, em profunda crise que, deixando sua marca na história do século XX, era utilizado politicamente pelas forças anticomunistas (ou, ainda, contrárias aos ideários socialistas como um todo) para reforçar, pela força da palavra escrita, um triunfalismo inquestionável das economias abertas.

Coincidentemente ou não, *Veja* certificava que o governo brasileiro havia confundido "projeto com realização perfeita" (e podemos pensar que tal crítica, pelo teor utilizado na mobilização discursiva triunfalista da revista, não se limitava ao Proálcool, mas aos dirigismos centralizados e demais iniciativas de controle das atividades sociais). Podemos pensar: não era esse exatamente o mesmo problema central que havia se tornado uma aporia do "comunismo histórico" no século XX, como costumava afirmar *Veja* naquele momento? Os adeptos da ortodoxia marxista, arraigados na confiança e na cegueira utópica, não haviam recaído na prática imanentemente autoritária de projetar as transformações que achavam adequadas, por crenças

¹³ "Viagem aos países do comunismo em crise". Carta ao leitor, *Veja*. 05 de abril de 1989. (Acervo Digital Online/Revista *Veja*).

arraigadas na ideologia e não cálculos baseados na realidade? Um dos nós do Proálcool, segue *Veja*, era justamente a pretensão de resolver se os usuários dos veículos prefeririam um litro de gasolina pura "ou se o álcool seria o mais indicado". Era possível argumentar que o modelo de "socialismo real", conhecido pela administração planejada dos meios de produção e distribuição, havia padecido do mesmo problema, daí a comparação de *Veja* parecer adequada ao momento político em que era produzida e respaldada pelas evidências factuais, e não mero exercício de manifestação ideológica.

Mesmo Eric Hobsbawm (2009, p. 482), reconhecido intelectual da esquerda britânica, ao analisar a derrocada dos Estados socialistas, questionou se não haveria sido adequado o socialismo "levar em conta mais os desejos dos consumidores do que dizer-lhes o que era bom para eles?". Não parece ser inusitado o uso de metáforas do universo mercadológico na ordem dos discursos: a representação idealista do consumidor livre aparece devidamente associado à exaltação da iniciativa individual e do desejo, afogadas quando na existência de dirigismos que caracterizaram os regimes comunistas. Como argumentar, naquele momento, que tais governos construídos no século XX, baseados sob as ordens da planificação estatal e da liderança ideológica das burocracias dos Partidos Comunistas, poderiam produzir melhores resultados do que mercados autorregulados, com empreendedores e consumidores livres? Pode-se analisar, assim, que não havia fôlego, no horizonte de perspectiva de *Veja*, para a defesa de alternativas estatizantes, planos realizados "de cima" e tentativas de impor modelos de sociedade para grupos e indivíduos.

Não se ressaltava, no entanto, apenas o padrão autoritário dos regimes comunistas na economia ou nas instituições políticas. O editorial de 10 de abril de 1991, anunciando a cobertura da implosão do regime comunista albanês do correspondente Marco Antonio de Rezende¹⁴, tratava de explicitar uma fala do jornalista que, de volta ao país pela primeira vez desde 1975 como enviado de *Veja*, ressaltava que, na última visita, o policial do posto de fronteira que carimbava os passaportes o saudou com o punho fechado antes de desbastar "com rudes tesouradas" seu cabelo, considerado comprido demais para "os padrões do comunismo científico"¹⁵. Viajando para o país em tempos de abertura, Rezende relatou que, já no início da nova década de 1990, sua mala nem sequer havia sido aberta. O policial, por sua vez, tê-lo-ia cumprimentado com "o V da vitória, símbolo do Partido Democrático".

Indícios de mudanças rápidas e anunciadas no mundo comunista, que atingiam sociedades comandadas por autoritários regimes. *Veja* não deixava de noticiar, com euforia, a introdução da liberdade nos mais diferentes níveis destas sociedades em processo de emancipação, quando o Estado-todo-poderoso deixava de interferir nas liberdades pessoais, permitindo a diversidade de comportamentos, gestos, ações. Com todos os seus efeitos políticos, a representação da abertura de regimes comunistas não se limitava a enfatizar a transformações nas suas organizações macroeconômicas e à rápida adoção de mecanismos de mercado próprias do mundo capitalista, embora estas

¹⁴ Rezende era correspondente internacional de *Veja*; na época, escrevia da Europa e produzia reportagens para o noticiário internacional.

¹⁵ "Implosão em marcha lenta". Carta ao leitor. Revista *Veja*, 10 de abril de 1991. (Acervo Digital Online/Revista *Veja*).

indicassem a (imprescindível) prevalência da liberdade econômica. Deveria prevalecer, integrando-se à ela, o direito à autodeterminação dos destinos individuais; a diversidade de pensamentos e comportamentos. As metáforas políticas evocadas nas páginas dos editoriais de *Veja*, do indivíduo (potencialmente) consumidor sufocado pela intervenção do Estado à (inérita e livre) manifestação partidária do policial albanês, esvaziavam de legitimidade política quaisquer pretensões totalizantes. Fossem estas pretensões as imposições de um "comunismo científico" ou ingerências do poder público brasileiro, não havia espaço para elas em tempos nos quais sopravam, com força, aqueles ventos democratizantes.

1.2 O JORNAL DO BRASIL ENTRE REPRESENTAÇÕES DO PODER TOTALITÁRIO E O ELOGIO LIBERAL DA VARIEDADE

Similarmente aos anúncios de *Veja* no decurso da repercussão dos massacres militares aos protestos populares na Praça da Paz Celestial em Berlim, o *Jornal do Brasil* aproveitava o evento daquele final de século para apregoar a impressionante reviravolta nos regimes comunistas como um "espetáculo fascinante"¹⁶. Assinava-se, pela evidência dos fatos dos últimos tempos, "o atestado de óbito de um sonho", uma vez abstraídas tragédias como a chinesa: a violência do Exército Popular Chinês, perante a crise irreversível do comunismo histórico mundo afora, era uma exceção, uma curva fora da reta que apontava para o caminho de

¹⁶ "Polônia S.A.". Editorial. *Jornal do Brasil*, 09 de junho de 1989, p. 10. (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

implosão do modelo em torno do qual haviam sido construídos estes regimes. Uma das matérias do jornal, em junho de 1989¹⁷, endossava a fala do então secretário-geral do Partido Comunista Italiano, Achille Occhetto, líder do "maior e mais respeitado partido comunista do Ocidente", para quem, tendo em vista o que se passava da Polônia à China, podia-se decretar, "com todas as letras", que o comunismo havia morrido.

Ao leitor, talvez pudesse parecer que o centenário periódico brasileiro apenas noticiava uma síntese, com um grau notório de imparcialidade, da entrevista concedida pelo político ao *Corriere della Sera*, um dos jornais de referência na Itália naquele momento. No entanto, as operações de seleção e enquadramento da fala de Occhetto pelo discurso jornalístico evidenciam predileções ideológicas, no momento em que se manifestavam expectativas às relações políticas mundiais: para o *Jornal do Brasil*, "faltava alguém suficientemente autorizado e, sobretudo, insuspeito para proferir a sentença". O que se anunciava era, sobretudo, a falência de uma ideologia, que se considerava unitária e orgânica, ainda que as esquerdas italianas insistissem em ressaltar a permanência dos ideais socialistas. O que parecia novo revelava-se velho: *Jornal do Brasil* prenunciava o "óbito de um sonho".

No enquadramento discursivo aqui mobilizado, não poderia haver resistências ao diagnóstico "vanguardeiro" do PCI: a existência de uma ideologia comunista (entendida monoliticamente) confundia-se com a realização prática e historicamente datada dos regimes (supostamente) inspirados nestes ideários, fossem em sociedades distintas como a da China

¹⁷ "O comunismo morreu". *Jornal do Brasil*, 07 de junho de 1989, p. 7. (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

Popular reformada, das Democracias Populares do Leste Europeu ou das repúblicas do Império Soviético. Uni-las em torno de uma representação unitária de um projeto autoritário falido, baseado em uma única ideologia da História utópica: o ato de classificação política neste discurso jornalístico não é mero produto de uma síntese ou apresentação neutra do objeto de noticição (os acontecimentos condensados temporalmente tanto em torno de regimes inspiradamente comunistas), mas uma operação ideológica desqualificadora de todos os fenômenos históricos heterogêneos fundamentados na tradição socialista associada ao comunismo.

O anúncio da repressão aos cidadãos chineses como um ato fora da curva democratizante e liberalizante, como uma tragédia-exceção, ainda que a China comunista seguisse, já algum tempo, um caminho diferenciado de outros regimes e nações do mundo comunista, apenas reforça a ideia de que a formação discursiva apresentada pelo jornal dissimula as pluralidades e diversidades políticas concretas destas sociedades e suas instituições políticas para arrematar um ataque ao "sonho ideológico" que havia unido todos estes regimes. Um "sonho" utópico que, por efeito e extensão, faz serem desapreciados quaisquer das possíveis realizações positivas dos regimes às suas populações, ou mesmo as possibilidades (remotas ou não) de as lideranças políticas reverterem, ainda que parcialmente, a crise anunciada. Eram eventos para os quais já havia um desfecho anunciado: a irreversibilidade, a ineficácia comprovada, o fracasso definitivo do comunismo. Como se sabe, o tom triunfalista e anticomunista dos veículos da grande mídia ocidental, entre eles *Veja* e o aqui analisado *Jornal do Brasil*, ganharia ainda mais força no decorrer do ano de 1989.

Em julho do mesmo ano, o filósofo e pensador político italiano Norberto (1993), no mesmo país em que lideranças do Partido Comunista reforçariam o discurso da "morte do comunismo", escreveria sob o impacto também dos acontecimentos na China o que considerava o "reverso da utopia". Para Bobbio (1993), decorria-se, naquele momento, o fracasso de uma das maiores utopias políticas da história da humanidade. Utopia esta que teria fascinado pensadores, poetas, escritores; levado homens e mulheres a sacrificarem suas vidas, a enfrentarem sofrimentos, prisões, exílios, campos de trabalho forçado e extermínio; entregado suas vidas e esforços em nome das crenças em um futuro melhor e dos anseios revolucionários. Para o professor então associado à Universidade de Turim, os regimes comunistas se caracterizavam por terem impedido o aparecimento de democracias liberais, definidas pela lenta conquista histórica das liberdades ditas fundamentais da humanidade: o direito de ser julgado por regras penais e jurídicas bem definidas; a liberdade de imprensa e opinião, assim como de reunião e de associação; e a liberdade política, assinalada pelo direito individual de participar das decisões coletivas que lhe competem.

É inegável que o fracasso não é apenas dos regimes comunistas, mas da revolução inspirada pela ideologia comunista - ideologia que postulava a transformação radical de uma sociedade vista como injusta e opressora em uma sociedade bem diferente, livre e justa. O drama, que de modo sem precedente se percebe nos fatos dos últimos dias, é que não se trata da crise de um regime, nem da derrota de um grande poder invencível. Ocorre de maneira aparentemente irreversível, que a

maior utopia política da história sofreu uma reversão completa, tornando-se seu perfeito oposto (BOBBIO, 1993, p. 17).

A irresoluta assimetria entre liberalismo e comunismo revelava-se, assim, pelo fato de que os cidadãos da República Popular da China e dos demais países do mundo comunista pleiteavam o reconhecimento dos direitos à liberdade associados a este tipo de democracia: não se tratava de uma defesa da democracia popular ou de outros tipos de regimes autocaracterizados como democráticos, mas, em particular, dos direitos que formam os fundamentos das instituições liberal-representativas. É precisamente essa assimetria política, ancorada naquele momento tanto em opiniões políticas de personalidades importantes do campo político como em análises de grandes nomes da intelectualidade, que prefigurava os enunciados anticomunistas movidos pelo *Jornal do Brasil* naquele momento.

As estruturas do poder totalitário já estão fragmentadas, interiormente vazias, devido à sua incapacidade e impotência. Em qualquer regime, poder e oposição sempre existem. Mas o conflito, ainda que muito sério como na Polônia, nunca pode se resolver com a vitória definitiva de uma das duas partes. Seria falsear um fundamento do contrato social sem o qual um país não pode sobreviver. Não muito longe dali, no Kremlin, trabalha contra o tempo o fiador do contrato social da Polónia e de todos os países do leste europeu: Gorbachev. Só o sucesso das reformas de Gorbachev, apagando a má impressão da derrota da glasnost na China, poderá calar os apparatchiks da linha-dura polonesa. "Se

ele falhar", como disse um entusiasta das reformas, "nós naufragamos".¹⁸

Interessa-nos perceber como as crenças e os valores políticos integrantes da matriz político-filosófica do liberalismo eram reiteradamente mobilizadas a partir do momento em que se flagrava a grande crise do "socialismo realmente existente" (e se produzia, ademais, uma dada organização narrativa desta crise, profundamente ideologizada, pela força da palavra escrita). Assim como uma moral antiestatizante aparecia com legitimidade factual nas páginas da revista *Veja*, movendo-se contra uma tradição tutelar e corrupta do Estado brasileiro e o modelo de planejamento socialista, *Jornal do Brasil* afirmaria, com um (suposto) respaldo nos acontecimentos daqueles tempos, a superioridade incontestada da democracia liberal perante à crescente impotência das "estruturas do poder totalitário".

Ao nível discursivo, uma naturalização da legitimidade dos regimes liberal-representativos se fazia frequente. "Em qualquer regime, poder e oposição sempre existem", ressaltava um dos editoriais do *Jornal do Brasil*, fazendo menção às tensões existentes nos países do Leste Europeu com a então introdução de eleições universais e "urnas livres". Os conflitos, claro, nunca poderiam se resolver com a vitória definitiva de uma das partes: em uma democracia liberal, a oposição deve ser consentida legalmente e possuir direito à representação partidária, garantindo-se, com isso, o pluralismo institucional e a legítima (e aberta) competição entre diferentes concepções de sociedade. Ao monolítico e coercitivo poder totalitário dos regimes comunistas opunha-se frontalmente a fragmentação do

¹⁸ "Polônia S.A.". Editorial. *Jornal do Brasil*, 09 de junho de 1989, p. 10. (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

poder nos regimes democráticos: esvaziando-se as pretensões de uma soberania total, regida por leis consideradas naturais, divinas ou totais, mostrava superioridade o governo das leis racionais.

Para as diversas matizes da doutrina liberal, a pluralidade constitutiva dos regimes representativos é indicativa de um valor ético e moral fundamental: "o elogio da variedade" (BOBBIO, 2000, p. 27), pensado como parte integrante de uma proteção das próprias liberdades individuais. A positivação da diversidade política e da concorrência nos quadros partidários de um sistema de representação constituiriam condições próprias de uma aperfeiçoabilidade e de um desenvolvimento (técnico e moral) da política. Afinal, para as matrizes políticas associadas ao liberalismo, a variedade de comportamentos e propostas leva tanto ao aperfeiçoamento recíproco quanto à tolerância, mediante que se use, extensivamente, a razão. Ademais, é exatamente por isso que, para o *Jornal do Brasil* em meados de 1989, era fundamental não haver vitórias definitivas de um ou outro grupo nas batalhas resultantes da "fragmentação do poder totalitário" nos países do Leste Europeu ou no mundo comunista como um todo. As reformas lideradas por Gorbachev, indicando a democratização dos regimes e a *glasnost*, indicavam uma convergência desejável: a adesão à vida política aberta, à liberdade política que impediria o exercício abusivo ou ilegal do poder público e, na mesma medida, defenderia os indivíduos da arbitrariedade, garantindo direitos jurídicos e civis fundamentais, aqui incluídos os direitos à associação política livre, à partidarização e ao voto, à fiscalização do poder público.

Para *Jornal do Brasil*, era precisamente a introdução de um "contrato social", sob a forma do Estado de direito e representativo, que tentavam

executar os mecanismos de abertura pensados pelas lideranças dos regimes comunistas, especialmente por Gorbachev, na União Soviética. Malogradas as esperanças de uma *glasnost* na China, a já crescente liberalização econômica nos países do mundo comunista devia ser acompanhada com a vitoriosa abertura política e o processo de formação de Estados liberais, identificados com a progressiva extensão da esfera da liberdade dos indivíduos e a atribuída "emancipação da sociedade ou da sociedade civil, em relação ao Estado" (BOBBIO, 2000, p. 21).

A "democracia", preceituada em expectativas moralizantes pelo discurso do periódico, aparecia como condição também fundamental para a destruição do paternalismo e da tutela autoritária dos cidadãos, de maneira que, com isso, ganhassem fôlego o incentivo à variedade de pensamento e a existência (permanente) do contraste. Democracia, em que se pese, entendida como um ordenamento jurídico-institucional, opondo-se também a Estados providenciais, de bem-estar ou excessivamente intervencionistas. Na velha máxima liberal, exaltava-se o arquétipo de um Estado que deveria servir à sociedade (fazendo cumprir as leis, incentivando a liberdade dos agentes individuais ao invés de obstruí-la, garantindo direitos considerados fundamentais), e não a sociedade servir ao Estado e por suas instituições ser controlada (situação que regia, até pouco tempo, os decadentes modelos de socialismo).

O Jornal do Brasil é, também, um jornal de opinião, que se pauta em princípios éticos e morais que têm sobrevivido porque estão acima das pregações ocasionais. Os interesses da empresa nunca impediram que o jornal, a favor da lei e da ordem, denunciasse os desvios dos governantes. Os conceitos liberais que *enformam* a

crítica dos fatos políticos e econômicos são outra tradição da casa. A empatia do público com o *Jornal do Brasil*, que o elege como ponto de referência mesmo para discordar, demonstra que o jornal, ao completar cem anos, fez-se plenamente merecedor de seu nome. O *Jornal do Brasil* prefere ver seu centenário menos como conquista empresarial do que como vitória de toda a sociedade.¹⁹

Em função de seu centenário, na edição de 09 de abril de 1991, o *Jornal do Brasil* preparou para os seus leitores um caderno especial no qual comemorava o papel social do periódico na história do Brasil, exaltava os princípios "éticos e morais" que regiam sua existência como veículo da comunicação e se colocava como um porta-voz legítimo da sociedade brasileira. Um dos mais tradicionais diários da história republicana brasileira, *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891, na então Capital Federal, o Rio de Janeiro, como um dos poucos jornais lançados nos primeiros anos após a instalação do novo regime e a derrocada da monarquia. Conduzido por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, tinha a pretensão de ser um periódico diário e matutino. Nascera, contudo, com orientação monarquista, como uma oposição ao regime então instalado, e montado já como uma empresa com estrutura sólida. Nelson Werneck Sodré (1977, p. 251) lembra que, durante a Primeira República, uma vasta galeria de periódicos lançados na imprensa carioca não sobreviviam, com vários projetos sendo abandonados. Contudo, o *Jornal do Brasil* "chegava para enfileirar-se entre os grandes", trazendo significativas inovações editoriais, como um

¹⁹ "Um século de Brasil". *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, p. 10. 09 de abril de 1991 (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional)

sofisticado esquema de distribuição que permitiria à organização avultar significativos lucros, e com um grande número de correspondentes estrangeiros em sua equipe. Uma das marcas significativas do *Jornal do Brasil* foi, desde sempre, a intensa mobilização jornalística na cobertura do noticiário internacional, algo que, a despeito de todas as rupturas endógenas e exógenas ao periódico no decorrer de seu século de existência, chegava na virada entre as décadas de 1980 e 1990 ainda como uma referência na cobertura de temas e acontecimentos estrangeiros.

O periódico nasceu “distante dos jornais oitocentistas que se identificavam inteiramente com um dono de opiniões monolíticas” (LOPES, 2006, p. 333). Portanto, um veículo moderno da imprensa brasileira, abrangendo posições muitas vezes contrastantes (ainda que, como poderíamos facilmente pensar, estes fossem mais ou menos limitados por estratégias editoriais). Em meados de 1916, o parque gráfico do *Jornal do Brasil* já era considerado o maior de toda a imprensa brasileira (SODRÉ, 1977, p. 346). Nos anos 1950, com o início do processo de formação de uma sociedade de consumo brasileira, e o “avanço da industrialização e da consolidação de uma cultura urbana”, com seus gostos e hábitos fortemente influenciados pela cultura norte-americana (LIMA, 2006, p. 41), a produção jornalística iria se transformar profundamente, na esteira de um processo de modernização dos meios de comunicação que se consolidava no país. Estas mudanças adentrariam os anos de 1960 e 1970 em toda a imprensa.

As reformas iniciadas pelo *Jornal do Brasil* seriam bastante expressivas, no entanto, devido ao seu atribuído pioneirismo, motivo pelo qual se criou toda uma mitologia em torno da inovadora reforma realizada pelo

diário. Novos parâmetros eram colocados em prática a partir dos anos 1950, em relação aos métodos industriais de impressão, ao aperfeiçoamento da disposição gráfica dos periódicos, o enxugamento dos textos, à restrição das matérias às fórmulas de redação, à valorização crescente das fotografias. Um dado importante, para o qual devemos atribuir destaque, constitui-se na profissionalização crescente de jornalistas no país a partir de meados do século XX, principalmente por meio de cursos de graduação em comunicação implantados no país, algo que estabelece um paradigma de uma escrita pretensamente neutra, sob égide científica, com a “modificação definitiva de um jornalismo político-literário para outro, de cunho mais informativo, com pretensões de ser mais objetivo” (RIBEIRO, 2000, p. 29).

No editorial do caderno especial do dia 09 de abril de 1991, no então aniversário de 100 anos do veículo, o discurso do *Jornal do Brasil* faz questão de autoaclamar a sua longeva e reconhecida existência: faz-se menção ao recorde do periódico nos Prêmios Esso²⁰, exaltando-se o êxito do diário em sobreviver aos itinerários acidentados da política nacional, aos vários momentos de censura, autoritarismo e instabilidade na história republicana. Pôde, no entanto, contrapor as condições adversas a seu funcionamento pela suposta permanência de valores éticos e morais que, segundo atestava sua equipe, comprometiam-se com o respeito à liberdade e o incentivo ao pluralismo de ideias, tendo caminhado lado a lado do reconhecimento de seu público. A autoridade simbólica do *Jornal do Brasil*, desta forma, residia na capacidade de comportar o contraditório, absorver a divergência: ações

²⁰ Os Prêmios Esso se constituem como uma das mais prestigiadas distinções conferidas a profissionais de imprensa no Brasil, desde 1955.

pretensamente antiautoritárias, nas quais se reservava o direito à expressão livre e irrestrita, promulgando-se o jornal a uma espécie de canal privilegiado das diversas correntes de pensamento da sociedade civil.

Ademais, o *Jornal do Brasil* apresentaria representações do mundo confrontáveis e desmontáveis na idealização de uma competição política, algo similar à metáfora utilizada pela mitologia simbólica do universo do liberalismo para descrever o mercado (positivados os elementos da instabilidade e do confronto entre diversas agências individuais, resultando-se, com isso, o progresso e o aperfeiçoamento de competências e técnicas). Não se tratava de um espaço de verbalização monolítica de ideias ou de compactos ideológicos. Podemos pensar, entretanto, que *Jornal do Brasil* havia sido produzido como um *locus* privilegiado e de grande visibilidade pública no qual concorriam representações do mundo político pelo monopólio da enunciação legítima (BOURDIEU, 1996). Seu grande diferencial, no entanto, é que a luta por esse monopólio se perfazia, em suas páginas e também para além delas, de maneira aberta, comportando-se como parte de um mercado de bens simbólicos. Este conjunto de atitudes o afastava do dogmatismo. Tanto internamente, respeitando-se o pluralismo nas próprias páginas do jornal e a ausência de autocensura; quanto externamente, uma vez que muitos leitores, mesmo que desacordando das opiniões emitidas, continuaram a encará-lo com seriedade e legitimidade.

Como vimos, o elogio da diversidade integra um dos mais fundamentais valores na mitologia política liberal, uma vez que pressupõe que o mundo se apresenta justamente como um campo naturalmente desuniforme, no qual habitam variações múltiplas de comportamentos, caracteres, personalidades,

potencialidades. Do ponto de vista liberal, importa ressaltar a indissociabilidade entre a variedade naturalizada dos comportamentos individuais e a potencialidade da ação (movida por interesses particulares, ainda que interativa) destes indivíduos no mundo social; potência de ação que constitui, sobremaneira, a própria liberdade, o axioma da ideologia liberal no seu anunciado combate às tentativas de coerção e arbitrariedade ao indivíduo. O campo discursivo no qual operavam reincidentemente os enunciados do *Jornal do Brasil*, quando das comemorações de seu centenário, pareciam indicar justamente uma disposição em aceitar a concepção (fortemente orientada por princípios éticos) de posituação da "fecundidade do antagonismo" (BOBBIO, 2000, p. 28), contrapondo-se às possíveis tentativas de uniformização do pensamento. Disposição à aceitação da pluralidade que, constituindo-se como um "valor doméstico" do periódico desde o seu lançamento, na entrada do regime republicano, permitia-o colocar "acima das pregações ocasionais". Operando neste tipo de análise, a existência de um amplo canal comunicativo como o *Jornal do Brasil* podia ser percebida menos como uma conquista empresarial particular do que uma vitória para todos os brasileiros. Afinal, seria o veículo legítimo veiculador da diversidade de conhecimentos e opiniões, logo, um campo privilegiado da sociedade civil, naturalmente diversa. O consenso da (reconhecida) legitimidade do JB não havia se dado no sentido de reconhecimento consensual de suas opiniões, mas na construção da autoridade simbólica do jornal mediante constituir uma plataforma de tolerância.

Em um evidente paradoxo, os valores liberais, cujas evidências maiores pareciam ser autorizadas pelo divulgado reconhecimento do jornal, de público e de

crítica, de seus leitores e de premiações qualificadas, constituiriam valores universais no discurso jornalístico, sem que houvesse abertura para questioná-los. Poder-se-iam questionar as diversas opiniões, mas não a visão política do papel social legítimo exercido pelo diário fluminense. Eram valores, ademais, construídos mais no campo da reflexão ética e da moral, e muito menos no campo da política e da persuasão ideológica. Reconhecemos, aqui, a mobilização efetiva de elementos simbólicos das concepções de mundo levantadas pela matriz política-filosófica liberal, as quais fazem serem ocultadas as condições do particularismo que defendem para deixarem autoevidente e óbvia uma determinada visão das divisões sociais.

Por efeitos da neutralização da linguagem, ocultando as diversas mudanças de opinião e os acidentes conjunturais pelos quais passaram a política e a comunicação no Brasil e, portanto, a história do próprio jornal, ressaltando as grandes permanências em detrimento de rupturas, a produção discursiva destacava sua diligência quase que *a-histórica*, imutável. Em um país no qual às vezes parecem predominar por vezes "os interesses imediatistas", o *Jornal do Brasil* cumpriria o papel de defender valores considerados imutáveis, capazes de perdurar ao longo de cem anos, e a eles sobreviverem, praticamente intactos: quais fossem os temas abordados, evidenciavam-se as permanências do liberalismo.

Entre esses princípios ressalta o compromisso do jornal com a liberdade de imprensa, sem a qual a democracia não se sustenta. Chegam a ser heroicos certos recursos de que o jornal lançou mão, correndo riscos, para poder levar a informação correta a seus leitores - como nas edições que noticiaram o AI-5, em

1968, ou a queda de Salvador Allende no Chile, em 1973. Deve-se acrescentar que esta regra é também uma regra doméstica. Poucos jornais podem se orgulhar, como *Jornal do Brasil* se orgulha, de trazer dentro da casa a liberdade que quer para toda a sociedade. Uma característica do jornal tem sido a tolerância à livre circulação de ideias pelas suas páginas, mesmo quando se chocam com as suas próprias. Nunca existiu nenhum index ou qualquer tipo de censura interna no jornal.²¹

A despeito do discurso autorreferencial do jornal e de sua intenção comemorativa, não foram poucas, no entanto, as mudanças enfrentadas pelo *Jornal do Brasil*, inclusive na sua linha editorial. Segundo o historiador Márcio Santos Nascimento (2007), o veículo chegou a defender, como vários componentes da grande imprensa daquele momento, a deposição do presidente João Goulart, a partir de 1963. Dentro do seu círculo de influência, haveria ajudado a criar um clima de insegurança e insatisfação frente ao governo constitucionalmente legítimo de Jango. A motivação para tais ações estaria ligada principalmente a interesses materiais e políticos, pois os grupos ligados ao jornal (produtores, leitores e anunciantes) poderiam ser (ao menos em sua potencialidade) prejudicados por uma política conciliadora do governo, considerada perigosa aos direitos de propriedade e a certos privilégios de grupos sociais, que poderia abrir o país ao domínio dos comunistas e ferir a “ordem constitucional”. O jornal, finalmente, apoiou a deposição de João Goulart pelas Forças Armadas em 1964, mediante ter participado da

²¹ "Um século de Brasil". *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, p. 10, 09 de abril de 1991. (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

construção política da legitimidade de uma campanha pela “salvação nacional”, intensamente anticomunista, justificativa do golpe civil-militar deflagrado naquele momento.

Na edição de seu centenário, o veículo parecia fazer uma menção, mais ou menos camuflada, ao momento em que ajudou a apoiar um golpe de Estado que resultaria na instalação do regime ditatorial, acentuando que nunca nadou contra a corrente da opinião pública, ainda que tenha vivido "momentos de perplexidade", considerados "compreensíveis mediante a confusão dos fatos", de maneira que teria voltado sempre à "rota certa", aquela que o havia permitido caminhar junto com a sociedade. Fez as vezes de *mea culpa*, de uma maneira sutil que escapava facilmente, pode-se acreditar, ao leitor mais desatento. É necessário afirmar que posteriormente ao apoio ao golpe, ainda durante o regime militar, com o endurecimento da censura aos meios de comunicação pelos militares e o fortalecimento dos mecanismos ditatoriais, o jornal faria oposição moderada ao regime instaurado, gesto comum à parte significativa da grande imprensa brasileira daquele momento, quando os diários se tornaram também "um elemento-chave para a aglutinação das forças sociais na luta pela redemocratização" (ABREU, 2005, p. 81).

A partir dos anos 1970, o *Jornal do Brasil* começou a passar por uma crise financeira sem precedentes, perdendo a liderança do mercado no Rio de Janeiro (BARBOSA, 2010). Permanecia, contudo, entre o segundo e o terceiro lugar no *ranking* das tiragens diárias de jornais entre esta década e a posterior, com a concorrência acirrada de *O Globo* e *O Dia*. Ainda conseguia, é importante ressaltar, a preferência dominical em vários momentos, dado este

demonstrativo do prestígio do periódico, mesmo em momento crítico de sua trajetória. Em 1973, o jornal transferiu sua sede para um novo prédio, projetado para reunir todas as empresas do grupo. Pelas proporções do arriscado investimento, além de fatores administrativos diversos, os custos da construção de uma nova sede agravariam a crise econômica vivida pelo grupo empresarial.

Visualizamos no final dos anos 1980 e início da década de 1990, portanto, um periódico em plena e longa crise financeira, mas com grande campo de alcance sobre cidadãos brasileiros, uma vez constituído um grande prestígio sobre sua marca, a despeito da crise deflagrada por todo o grupo. Trata-se, notadamente, de situação contrária do que havia acontecido, financeiramente, com a *Veja*. Afinal, a revista semanal havia iniciado como um insucesso para a Editora Abril e, anos depois, haveria de se tornar um enorme êxito no mercado editorial. O *Jornal do Brasil*, pelo contrário, entrou em crise financeira que, como se sabe, seria irreversível, e conduziria o periódico a um grande declínio comercial. É notável, portanto, que em edições comemorativas lançadas em momentos de crise, o jornal ressaltasse o pioneirismo de suas ações na história da modernização da imprensa carioca e brasileira, o comprometimento com a sociedade brasileira e a credibilidade constituída em torno de sua marca, como forma de reforçar a autoridade de seus enunciados e do lugar político legítimo que ainda ocupava na imprensa.

A historiadora Claudia dos Santos Lobo (2004) lembra que o *Jornal do Brasil* desempenharia um importante papel no processo de redemocratização, mesmo com sua crescente crise financeira, "atuando como formador de opinião e como porta-voz da iniciativa

privada" (p. 1). Em suas páginas, expuseram-se frequentes críticas às diversas medidas estatizantes dos regimes militares, que faziam "estrangular o empresariado brasileiro". Pressionou, ainda que moderadamente, os agentes do governo pela abertura do regime ditatorial, acompanhando e visibilizando, com o relaxamento da censura, as crescentes mobilizações populares pela introdução de uma agenda democrática. Adentraria os anos 1980 com críticas acirradas à excessiva concentração de poder econômico e político no Estado (algo similar ao que fazia *Veja* ao final da mesma década), adotando um tom legalista, exaltando as virtudes da constitucionalidade, além da necessidade de consolidação de instituições sólidas em torno do processo da redemocratização, para que se evitassem, também, possíveis excessos e radicalismos sociais que oferecessem riscos de retrocesso. Precisamente, como já se afirmou, evidenciavam-se as virtudes da existência de um Estado Liberal de Direito e de um Estado Mínimo, contrapondo-se aos modelos do Estado autoritário e do Estado intervencionista ou desenvolvimentista.

Na entrada dos anos 1990, o *Jornal do Brasil*, como era costumeiro já no final da década passada, noticiava os episódios que, pelo menos desde a queda do Muro de Berlim, aprofundavam a crise do modelo do "socialismo realmente existente", com grande destaque para a Alemanha Oriental, então em vias de unificação econômica com o lado ocidental e capitalista. Em 09 de abril de 1991, em reportagem de grande destaque que ocupava espaço juntamente às comemorações do centenário do veículo, o *Jornal do Brasil* veiculava um texto no qual eram contrapostas as reações, os descontentamentos e os sacrifícios impostos à população destes países com a lentidão das reformas

que, então, transformavam aqueles Estados, suas sociedades e economias:

O caso soviético é característico da impaciência que se apodera dos povos quando, depois de uma longa hibernação autoritária, a abertura permite que o descontentamento venha à tona, mas não garante o milagre econômico que todos gostariam de usufruir num estalar de dedos. [...] A euforia suscitada pela reunificação jamais mascarou a realidade. Kohl sabia que a reunificação econômica era uma tarefa para alguns anos, mas, por motivos políticos, acelerou o impulso para transpor o obstáculo, numa só arrancada. [...] A verdade, no entanto, é simples: cinquenta anos de comunismo deixaram a antiga vitrine das democracias populares em desordem. A indústria ficou num estado lamentável.²²

É possível distinguir, nas produções discursivas jornalísticas que tentavam dar significação aos processos de desestabilização dos regimes comunistas, um arquétipo político, bipolarizado, bastante instituído e difundido pelos meios de comunicação: a imagem de populações oprimidas por um regime ditatorial; de massas populares colocadas sempre em contraposição ao poder totalitário encarnado pelo Estado - imagem do grande arquiteto do controle social e da vigilância policial constante. Estado, ineficiente tanto em seus resultados políticos quanto socioeconômicos, mas atroz na eficácia de seus mecanismos coercitivos, dominado por castas burocráticas que se comportavam como entraves ao desenvolvimento e ao progresso. Perante a ampla

²² "O Pote e a Sede", Jornal do Brasil, Primeiro Caderno, 09 de abril de 1991, p. 10. (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional)

intervenção do governo na vida de seus cidadãos, as massas dominadas por regimes comunistas (ou recém saídas do domínio destes) apareciam representadas como inertes diante do caráter repressor das instituições responsáveis por talhar as liberdades individuais. A planificação característica do socialismo de Estado, ou como se preferir, dos regimes comunistas, apoiar-se-iam em um mecanismo tutelar, que passaria "por cima da sociedade, que advém pura e simplesmente do Estado, como uma antítese da planificação à base da autogestão" (MEYER, 1991, p. 1).

A manifestação de um "exorcismo do stalinismo", quando da abertura de tais regimes permitia a crescente introdução da liberdade, reafirmava a oposição que o jornal fazia entre a população (ou a sociedade civil) e ao poder estatal (de um Estado oposto ao Estado de Direito; autoritário, paternalista, uniformizador). Tal concepção do poder ditatorial implica, evidentemente, em uma simplificação do processo histórico de instalação dos regimes comunistas e das chamadas democracias populares na União Soviética e no Leste Europeu, desfazendo-se da compreensão do papel de atores sociais na construção de tais regimes, excluindo-se as possíveis divergências, minimizando-se a dinâmica complexa das forças, ora correlacionadas, ora conflitivas, que operam no campo político. Como resultado, ressaltava-se a imagem de uma população vitimizada pelo "despotismo comunista", no caso dos habitantes do lado oriental da Alemanha "reprimidos por cinquenta anos de comunismo" e cujos parques industriais estariam completamente entregues à "desordem". De uma só vez, negavam-se as possibilidades de discordância, pluralismos ideológicos e comportamentos desviantes no interior do regime, tanto quanto os plausíveis e necessários consensos, negociações e

participações de setores da população no contexto das instituições ditatoriais. Concebe-se, com isso, a participação social como uma exclusividade de regimes liberal-representativos.

1.3 ASSIMETRIAS ANUNCIADAS ENTRE LIBERALISMO E COMUNISMO: A ATUAÇÃO DAS MÍDIAS E OS DOMÍNIOS DA POLÍTICA NAS PRESCRIÇÕES DA PALAVRA ESCRITA

Ao simultaneamente produzirem efeitos no mundo social e traduzirem relações de força, encerrando-se como meios e instrumentos de poder simbólico que atravessavam e constituíam os domínios da política, as palavras disseminadas pela grande imprensa acomodavam enunciações possíveis das condições da vivência de um determinado presente, contribuindo sobremaneira para que se barganhasse o triunfo de um ideário liberal sobre outras formas alternativas de organização social. As trocas linguísticas das quais participavam os agentes da imprensa portavam-se, por essa perspectiva, como um palco (ou um mercado) no qual se alicerçavam lutas pelo monopólio legítimo de enunciação do mundo social.

Desta maneira, as defesas acirradas da "liberdade política" e da "liberdade econômica", associadas a matizes do pensamento liberal, tiveram, na ocasião de uma anunciada onda democratizante a nível mundial, um momento privilegiado para que se apresentasse, em um tom agressivo e triunfalista, a superioridade incontestada dos regimes representativos, das vantagens da abertura econômica e da economia de mercado e da supremacia das liberdades individuais na organização da vida social. Esta perspectiva acerca da democracia, atendendo ao

universo ideológico de uma matriz político-filosófica, opunha-se com vigor tanto a ideários estatizantes e intervencionistas (como a tradição autoritária do Estado brasileiro, no caso de *Veja*) e a dogmatismos (como a militância pelo pluralismo e a concorrência de expressões, no caso de *Jornal do Brasil*) quanto aos ideários socialistas e às práticas reconhecidas da história dos regimes comunistas (ideais de justiça social apontados como antiespontâneos, coletivismos que pretendiam impor regras, monopólios ideológico-partidários). Em um momento no qual se combinavam as disputas em torno da agenda democrática nos novos marcos institucionais do país e de possíveis soluções para a crise econômica e fiscal com a desagregação do mundo comunista, a ideia liberal da "democracia", autocentrada a uma concepção ideológica de liberdade individual, aparecia com vigor nas páginas aqui apresentadas.

Ao tender a defender em suas páginas interesses empresariais, de anunciantes, publicitários e agentes do mercado financeiro, a imprensa contribuía para convencer diferentes atores sociais da contraposição sistemática ao "gigantismo" da administração pública brasileira, ao protecionismo e aos intervencionismos pesados do Estado, de maneira que se lançavam estratégias discursivas manifestadas, em especial, pela construção de consensos em relação à necessidade de colocar o país na rota do desenvolvimento; de inseri-lo no movimento vivo da história que, conforme já anunciava um centenário *Jornal do Brasil* e uma popular revista *Veja*, apresentava sinais, por exemplo, nos "ventos liberalizantes" que tomavam conta do Leste Europeu, da União Soviética, da China Comunista.

Afinal, graças à iniciativa espontânea e democrática de suas populações (e não só das camadas

populares como também de alguns líderes, como Gorbachev), os descontentamentos generalizados contribuía decisivamente para o fim das sanguinárias e anacrônicas ditaduras comunistas. Mais do que isso: tempos nos quais as pessoas aproveitavam as brechas do poder totalitário e queriam controlar seus próprios destinos. Eram tempos nos quais soavam "ecos de liberdade": nenhuma forma de organização social oferecia melhores resultados do que o capitalismo liberal, com sua capacidade dinâmica, seu potencial renovador, sua aptidão para adequar às crises, sua eficácia em gerar riquezas, sua inclinação a produzir inovação em virtude da configuração livre e competitiva de seus agentes.

As mídias ocultavam as condições justamente do particularismo, da parcialidade de suas opções políticas: suas prescrições frequentemente eram apresentadas como eminentemente democráticas, em uma perspectiva moralizante, que produzia o valor da "democracia" como uma autoevidência, eticamente superior, inquestionável. "Democracia" que, aparecendo como um conceito disseminado na sociedade brasileira e no próprio mundo comunista, poderia produzir efeitos consensuais naquela conjuntura, mesmo quando tal concepção de democracia revelasse, no entanto, uma indissociabilidade com a posituação da existência de um mercado, com a pluralidade e a imagem aberta da vida política, contra instâncias uniformizadoras ou tutelares, contra quaisquer condições de regramento excessivo, contra imposições de utopias de justiça ou bem-estar. Uma democracia associada à legalidade do regime representativo e à valoração fundamental da competição na organização da vida humana, retratados como fim em si mesmos.

Locus privilegiado de produção de riquezas, logo promessa de reconstituição da economia e de

redistribuição dos recursos, as prescrições do receituário liberal (ancorado em metáforas do universo mercadológico pelos periódicos) demandaria ajustes certamente danosos a muitas camadas da população brasileira. Empresários teriam que adequar-se a ambientes de livre iniciativa, sem o amparo do Estado. Indivíduos deveriam buscar a inovação, mediante sua inserção em um mercado que tem como característica fundamental a exigência de aperfeiçoamento e eficiência técnica. Mas tais ajustes eram urgentemente necessários: tanto *Veja* quanto *Jornal do Brasil* contribuíam, mais ou menos explicitamente, com as tentativas de convencer seus leitores de tais necessidades: participavam das construções de consenso em relação às medidas liberalizantes, à globalização ideológica (ARRIGHI, 2004), à hegemonia neoliberal e ao triunfalismo do capitalismo ocidental. Somente à medida que se perseguisse a estabilização da economia e, por efeito, a prosperidade e o incentivo à livre iniciativa, a visão de mundo (neo)liberal se confirmaria como uma solução eficaz (e, destarte, talvez o único horizonte possível) mesmo para os problemas sociais mais agudos.

O liberalismo oferecia, afinal, perspectivas moralmente superiores de organização da vida social, em que as populações poderiam se livrar de quaisquer mecanismos coercitivos que os afligiam. Esta mensagem não era ancorada em meros exercícios retóricos de imaginação, mas ancorados na factualidade das relações internacionais, mediante a derrota de outras formas de organização do mundo social evidenciada naquele final de século. A utopia, com isso, alicerçava-se não no futuro das contradições de forças produtivas, mas em um direito natural: a liberdade individual, pressuposto axiológico das diversas correntes de liberalismo. Nada

mais justo e racional, conforme anunciavam os veículos aqui analisados: assim poderiam ser desenvolvidas e aperfeiçoadas as capacidades e competências potenciais de indivíduos sem que, ao menos na teoria, precisassem estes se atrelar a limitações impostas pelo Estado, aos ardis particularistas da política. Sociedades abertas e competitivas seriam, afinal, condições intrínsecas do funcionamento de modelos de organização que poderíamos denominar de "democrático-mercadológicas".

A crença nas "capacidades regenerativas e morais do mercado" (LATMANN-WELTMAN, 1996, p. 8) fortaleceria a ideia de que partidarismos políticos jamais poderiam sobrepor-se aos interesses gerais; interesses que, por extensão, corresponderiam àqueles dos agentes e mecanismos mercadológicos eficientes, aflorando nos territórios da economia. A imagem sedutora que se apresentava, sobretudo às classes médias, era a de um capitalismo transnacional e globalizado, profundamente competitivo, no qual circulariam livremente pessoas, informações e mercadorias, resguardando-se a importância atribuída à inovação (política, científica, filosófica), à diversidade (de comportamentos, iniciativas), à configuração plural das iniciativas, ao potencial de aperfeiçoabilidade social oferecido pela competição.

O massacre da praça da Paz Celestial, que está completando 100 dias, encaixa-se no mesmo ciclo histórico, os jovens da China deram todas as demonstrações de que também gostariam de virar uma página, e de viver numa sociedade onde as pessoas não fossem simples números numa colmeia socialista. O libertarismo chinês foi esmagado pelos tanques, mas o regime que precisou de uma tal

demonstração de força passava a si mesmo, naquele momento, um atestado de senilidade e impotência. Na Europa, o quadro tem outras nuances - a partir do fato de que o vento reformista começou a soprar do palácio do Kremlin, instigado por um dirigente que queria experimentar ideias (e práticas) novas. Com toda a importância histórica da *perestroika* e da *glasnost*, entretanto, o que se vê agora é que a cuidadosa estratégia de Gorbachev pode vir a ser suplantada pelos movimentos impetuosos que a história registra periodicamente, sempre que há aspirações humanas longamente represadas.²³

Completados 100 dias dos massacres na Praça da Paz Celestial, em setembro de 1989, o *Jornal do Brasil* confirmava que, a despeito da tragédia chinesa, um verdadeiro atestado de "senilidade e impotência" para o regime autoritário chinês, um ciclo histórico democratizante era vivido mundialmente no final daquela década, de tal forma que o desejo de virar uma página, a do autoritarismo, generalizava-se: dos jovens chineses que reivindicavam democracia aos desejos de reforma do líder do império soviético, dos descontentes cidadãos de países do Leste Europeu aos vietnamitas que preferiam arriscar-se em campos de refugiados a "continuar a viver sob os sucessores de Ho Chi Mihn". As motivações do descontentamento, euforicamente exibidas em sua universalidade, atravessavam os diferentes povos liderados por aqueles regimes senis, constituídos por "semividas": exibiam-se sobretudo pelas

²³ "História em Movimento". Primeiro Caderno. *Jornal do Brasil*, 13 de setembro de 1989, p. 10. (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

"aspirações humanas longamente represadas". Cenário exuberante, que *Veja* já havia pintado como "tempos formidáveis", nos quais se redesenhava o mapa do mundo, em direção unívoca à democracia liberal.

Tanto *Veja* quanto *Jornal do Brasil* representavam os regimes comunistas como anacrônicos e estagnados temporalmente, marcados pela deficiência técnico-científica e tecnológica, a ineficiência produtiva, o isolamento do mundo desenvolvido e a ausência de quaisquer liberdades individuais para seus cidadãos. Fixavam-se críticas a concepções de mundo social que se queriam, de alguma forma, unitárias ou uniformizadoras. Fossem tais concepções de mundo modelos de Estados totalitários que arquitetavam o controle de toda a vida social, ausências de mecanismos representativos (eleições universais, imprensa apartidária, concorrência política) ou Estados nacionais isolados do mundo ocidental por crenças ideológicas e regimes que, inspirados nestas ideologias, acreditavam-se moral e politicamente superiores.

Insistindo na oposição entre a criatividade e a potencialidade dos indivíduos que a organização social das democracias representativas do modelo ocidental faz florescer e a hibernação autoritária que trancafiava as sociedades civis afogadas por regimes comunistas (e ademais, também nos modelos tutelares, estatizantes, intervencionistas), a formação discursiva mobilizada pela imprensa chamava atenção pela defesa acirrada da autonomia individual, desqualificando ideais de justiça social que, para se realizarem, deveriam impor-se a todos os grupos e indivíduos. É possível mesmo dizer que, ao menos nas representações apresentadas por *Veja*, uma simetria, ideologicamente orientada, colocava-se também entre os fracassados planejamentos socialistas e a tradição autoritária nacional de

intervencionismo estatal. O excesso de regramentos estabelecidos pelo planejamento de uma sociedade idealizada por seu alto nível de bem-estar coletivo (ou pela ausência de classes) ou a direção de comportamentos guiados pela crença em ideários futuristas coletivistas, operadas pelos regimes autoritários, apenas mostravam a insuficiência das intenções de excessiva regulação social.

O descontentamento dos povos controlados até muito recentemente pelos regimes comunistas, manifestação considerada uma condição fundamental para a superação da condição paralisante e para o desenvolvimento técnico e moral, apenas demonstrava a ineficiência dos poderes totalitários em promover o bem-estar das populações nestas nações. As indústrias destes países, deixadas em estado lamentável, denotavam a necessidade da concorrência em qualquer tipo de organização social. Mais do que isso, podemos pensar que o atraso material dos países que deixavam o socialismo de Estado evidenciava, para as leituras políticas aqui analisadas, que os estímulos à diversidade de ação e pensamento, uma vez libertos dos limites de ideologias totais, tornavam-se, malogradas as esperanças de milagres, uma condição imprescindível para o caminho da prosperidade.

CAPÍTULO 2 - DA DERRUBADA DA "BASTILHA DO SÉCULO XX" AO ESFACELAMENTO DO IMPÉRIO SOVIÉTICO: A FABRICAÇÃO DO COLAPSO DO

COMUNISMO COMO UM ACONTECIMENTO HISTÓRICO

Há muito tempo não se via nada de tão exuberante, no cenário internacional, como o movimento de populações que abandonam a Europa do Leste passando pelo "corredor húngaro" - alemães orientais que aproveitam a fronteira da Hungria para chegar à Alemanha Ocidental através da Áustria. Desde maio, dizia-se que a Cortina de Ferro estava acabando, a partir da decisão dos húngaros de eliminar concretamente os obstáculos instalados na sua fronteira com a Áustria. [...] De uma hora para outra, os húngaros simplesmente desistiram de criar barreiras ao êxodo alemão; e os milhares de turistas da Alemanha Oriental que se encontravam na Hungria, desfrutando as férias de verão, transformaram o que era antes uma operação arriscadíssima numa alegre "fuga para a liberdade". Há nisto muito mais do que um antigo problema europeu - e especificamente alemão: estamos ante uma virada da página da história, no fim de um período que foi marcado pela utopia do comunismo.²⁴

Naquele presente, as referências até então estáveis da política mundial se perdiam em um caldeirão de mudanças, percebidas e proporcionadas como um verdadeiro espetáculo oferecido à apreciação das massas midiáticas. Não era todo dia, afinal, que uma virada na página da história de tamanha magnitude

²⁴ "História em Movimento". Primeiro Caderno. Jornal do Brasil, 13 de setembro de 1989, p. 10. (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional)

podia receber cobertura e projeção dos meios de comunicação de massa de todo o mundo. Para parte da imprensa brasileira, inserida no fluxo informacional mundial do final dos anos 1980, tratava-se do fim de um período que havia sido marcado pela utopia do comunismo (e as críticas a ela dirigidas, o medo e a mobilização que seu projeto utópico fora capaz de angariar, ao longo do século, em virtude das promessas de construção de um mundo radicalmente distinto do que a humanidade já havia visto ou presenciado). O grande acontecimento internacional do final do século XX emergia no (e do) cotidiano se apresentando como um fluxo de forças percebidas, ou mesmo desejadas, em suas evidências de irregularidade e ruptura, indicando surpresas intempestivas, conferidos ineditismos do mundo social.

Projetado instantaneamente como um marco temporal, o final dos anos 1980 representava uma "virada da página da história" no cenário internacional, atravessando o noticiário de um centenário jornal brasileiro. Eram muitas incógnitas presentes naquele momento de generalizada perplexidade, reafirmava o jornal. Quais seria os destinos da possivelmente explosiva (e cogitada) questão da reunificação da Alemanha (e ainda mais, da Europa)? O que seria feito do (já obsoleto) Pacto de Varsóvia? Quais seriam os alcances dos ventos reformistas que varriam o mundo comunista da órbita soviética? Que cenários resultariam de uma possível dissolução do império soviético? Muitas incógnitas, pouca respostas, mas sobretudo muitos desejos e premeditações, lançadas à expectativa. Para o *Jornal do Brasil*, as dúvidas sobre os destinos daqueles marcantes fatos poderiam se avolumar, mas um fato histórico permanecia, digno de uma monumentalização, de uma *acontecimentalização*: o mundo já não seria

mais o mesmo depois deste "tumultuado, vibrante e sangrento 1989".

O término de um período marcado pela utopia política, pela existência concreta de regimes inspirados nestes ideários e pelos riscos da revolução social das massas indicava uma acomodação semântica e narrativa que antecipava o término daquele evento, marcando-o como histórico ainda em seu insurgir e elaboração. Como veremos, a ânsia preditiva dos meios de comunicação em significarem um evento ainda no desenrolar, desdobrando-lhes em destinos possíveis, futuros desejados, importâncias atribuídas, faz parte da própria elaboração social do acontecimento histórico na contemporaneidade. Este acontecimento que tem nos meios de comunicação de massa não só sua própria condição de publicidade e manifestação (possibilitados pela cobertura midiática), mas sua própria condição de produção e (primeira) significação, politicamente orientada, que produz seus efeitos na medida do enorme alcance da informação, da imagem, da disseminação da palavra escrita, como era plenamente possível de visualizar naquele fim de século.

Atores sociais trabalham no esforço de atribuir aos acontecimentos significados e densidade, nos limites da imprevisibilidade ou da impetuosidade nas quais emerge, impondo-lhe compreensões e explicações de seu sobrevoos e de sua manifestação tempestuosa, frequentemente marcada por uma percepção de aceleração ou condensação temporal. Acontecimentos se configuram, por vezes, como emergências quase que completamente inesperadas. Por outras, ansiadas insistentemente, ou ainda temidas, indesejadas ou desacreditadas. A ruptura que se assimila e se condensa no acontecimento se relaciona às expectativas sociais. É, portanto, no lidar com a dimensão de sua existência

no tempo histórico que são criados ou associados os lugares nos quais é demarcado, e nos quais residem suas condições de relato ou disputa.

Por possibilitar aberturas, rachaduras, fragmentações no tempo histórico, as tramas acontecimentais e suas inúmeras projeções jamais são tecidas em um plano pacífico. Trata-se, por definição, de um lócus de disputas e imposições. Tanto por sua irregular existência quanto por sua capacidade de, paradoxalmente, condensar significações dispersas do mundo social, o acontecimento abre-se à descontinuidade, aos diversos projetos e concepções de sociedade que concorrem em um determinado presente. Não concebemos o acontecimento como necessariamente a manifestação do “tempo curto, o evento pontual da chamada história factual ou da pequena narrativa cotidiana que é contada para um ouvinte” (BARROS, 2011, p. 8-9). Ele é distinto justamente pela sua qualidade semântica, pelo seu poder de transformação ou de intensificação no interior da narrativa que o inclui (e o expande).

Temos que o acontecimento é posto, desde o momento em que surpreende e/ou se torna necessárias e desejáveis sua comunicação e projeção, à dimensão da política, entendida nas manifestações de visões comuns de mundo que acomodam e expandem as tramas acontecimentais por meio da palavra escrita, sugerindo um conjunto de ideias e valores compartilhados e produzidos por determinados agentes sociais que possuem, em torno de revistas e jornais, um lugar privilegiado para manifestarem e divulgarem “suas representações da sociedade, o lugar que nela têm e a imagem que constroem da felicidade, ideias que compõem os elementos representativos das culturas políticas (BERNSTEIN, 2009).

Analisaremos, neste capítulo, uma modalidade de acontecimentos: os que não são fabricados por uma intelectualidade historiográfica; não partem de estudos produzidos em universidades ou centros de pesquisa científica, mas que são enunciados, primeiramente, pelos meios de comunicação, nos quais possuem, contemporaneamente, o seu lugar privilegiado de fabricação histórico-semântica e inicial projeção no mundo social. Serão analisados, como objetos de análise, textos diversos publicados tanto pela revista *Veja* quanto pelo *Jornal do Brasil*. Editoriais, dossiês, artigos de opinião, notícias de capa ou reportagens especiais: todas elas movendo a investigação acerca das tramas narrativas que compõem, no âmbito das mídias, o acontecimento histórico do tempo presente.

Cabe pensar como a escrita de uma história imediata de eventos como a crise dos partidos comunistas, as manifestações populares nos países à direita da Cortina de Ferro, a queda do muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e a dissolução da União Soviética, na imediaticidade em que ocorriam, não coube somente a agentes intelectuais ou de âmbito acadêmico: os escritos jornalísticos, com seu amplo alcance e facilitada difusão, produziram e manifestaram compreensões/explicações dos próprios acontecimentos em curso, atuando eles mesmos no desenrolar destes processos. Pierre Nora, já na década de 1970, lembrava-nos que a emergência do "acontecimento monstro" na era das mídias, e suas conseqüentes tensões com uma historiografia que não mais monopolizava sua fabricação e significação, impunham o deslocamento da atenção dos historiadores para suas virtualidades imaginárias e espetaculares; para a sua parte não factual, considerando as próprias tramas acontecimentais "menos pelo que traduzem do que pelo que revelam,

menos do que são do que pelo que provocam" (1979, p. 188). Inspirado pela ressonância de significações que o maio de 1968 fazia emergir em todo o mundo ocidental, e em especial na França, Nora teria observado esta nova modalidade de acontecimento a partir do papel social desempenhado pelas mídias, pela sua capacidade de amplificação de ecos, palavras, imagens, discursos, objetos verbais, de maneira que não seria mais possível conceber separadamente a produção e a difusão dos acontecimentos: a imediaticidade da comunicação teria tratado de uni-las irreversivelmente.

2.1 ENTRE A INFLEXÃO PESSIMISTA DA DEMOCRACIA CHINESA NO MASSACRE DA PRAÇA DA PAZ CELESTIAL E A DERRUBADA FESTIVA DO MURO DE BERLIM: SINTOMAS FACTUAIS DE UMA CRISE (JUNHO A NOVEMBRO DE 1989)

A ditadura chinesa optou por abandonar qualquer laivo de liberalidade. Com a carnificina em Pequim, ficou evidente que o comunismo, por uma via ou outra, vem fazendo água no mundo inteiro. Quando há alguma abertura, e se permitem eleições como as da União Soviética, em março, e na Polônia, na semana passada, a população vota em peso contra os candidatos comunistas. Quando saíram às ruas para, pacificamente, pedir democracia, os estudantes chineses foram vítimas de uma carnificina. O comunismo hoje é um símbolo - mas não de igualdade ou justiça social. É um símbolo de ditadura, de defesa de privilégios da elite dirigente e de ruínosa administração da economia. É contra esse anacronismo,

essa velharia histórica, que os povos se revoltam.²⁵

Sem demorar a demarcar a importância daquele ano para o campo da política internacional, evocando os eventos que, já na metade de 1989, marcavam a condensação de acontecimentos que pareciam apontar a intensificação das transformações substanciais sofridas pelos regimes e sociedades do Leste Europeu e da União Soviética, o editorial da edição de 14 de junho de 1989 da revista *Veja* não tardava a desqualificar o "comunismo", generalizadamente, a despeito das variantes de regimes inspirados na tradição socialista e/ou marxista que ainda governavam boa parte da população do planeta.

Segundo a estudiosa Marialva Carlos Barbosa, um dos objetivos dos veículos contemporâneos da mídia incide não em apenas informar o que acontece o mais rapidamente possível, mas possibilitar que o acontecimento seja mediatizado enquanto se desenrola (1999, p. 3). Não pareciam fazer diferente os agentes sociais responsáveis pela veiculação da carta ao leitor da *Veja* daquela semana, marcada pela repercussão mundial das violentas repressões militares às manifestações populares na China e, já naquele momento, notabilizadas e condensadas pelo "massacre da Praça Celestial", evento que seria cristalizado na memória histórica da contemporaneidade a nível mundial, deslizando também para a análise da historiografia oficial como um marco tanto na China comunista como no processo de crise de regimes comunistas que ganhava contornos dramáticos no final desta década. A expressão traz em cena a articulação

²⁵ "Ações anacrônicas contra a democracia". Carta ao leitor. Revista *Veja*. 14 de junho de 1989. (Acervo Digital Online/*Veja*).

narrativa da imprensa mundial, na qual se circunscreve também a notória revista semanal informativa brasileira (à época, já a maior do mundo, como analisado no primeiro capítulo), de tramas do vivido, enunciadas e analisadas nas páginas que adentravam os espaços privados e o cotidiano dos indivíduos brasileiros, com imagens de um país tão distante, mostradas de maneira solene em especial pela televisão, e palavras de rejeição ao emprego excessivo de violência.

Menos remoto, no entanto, constitui-se o ímpeto da revista em desqualificar a tradição política do "comunismo", denunciando suas contradições: o "reverso da utopia" (BOBBIO, 1993), sua incapacidade em legitimar-se como um produto de igualdade ou justiça social, como seus adeptos e formuladores haviam prometido ou mesmo profetizado, desde a segunda metade do século XIX. Não passava de "anacronismo", uma velharia. Em pauta, a representação de que os regimes despóticos são estáticos, paralisados, ineficientes: sua única dinâmica trata do emprego da força e da barbárie para defender os privilégios de seus déspotas, ação manifestada em especial pela arquitetura do controle da vida social pelo governo e da violenta vigilância aos cidadãos, no caso encarnada pelas instituições militares. A narrativa opõe heróis e vilões e uma clássica dicotomia entre o Estado ditatorial e a sociedade afogada na coerção e paralisada; entre a imobilidade das burocracias ineficientes e o desejo de libertação dos indivíduos; entre os agentes sociais de opressão e comando e os agentes sociais reprimidos e destituídos de autonomia e liberdade.

A um só tempo, o conjunto dos recentes gestos atribuídos à ditadura chinesa permitia à revista reafirmar a desmoralização dos regimes comunistas no plano de uma crítica política, triplamente temporalizada. De

um lado, o atraso do regime chinês manifestava-se na incapacidade de adequar-se aos "ventos liberalizantes" que abriam os regimes de todo o Leste Europeu, demonstrando, com isso, a "carnificina" destes regimes coletivistas. Por outro lado, opunham-se ao Estado e à burocracia a vitalidade, o espírito dinâmico, o potencial do povo, entendido aqui na sua acepção mais abstrata, sem rostos, sem subidentificações sociais. Povo, como sujeito histórico capaz de destravar os progressos da democratização, potencialmente transformador e inovador; apresentado, no campo de expectativas, como única força responsável pela futura queda do "socialismo de comando" e dos regimes comunistas de Partido Único.

No caso da China comunista, o grupo de estudantes que foi às ruas dos centros de Pequim, na Praça da Paz Celestial, estaria vocalizando os desejos de democracia. Ressalta a revista que tais jovens se dirigiam às manifestações de maneira pacífica: a cruel repressão seria desqualificada tanto em um plano moral marcado pelo discurso antiviolença quanto por um plano discursivo, profundamente ideologizado, que tendia a atribuir uma ação notavelmente coercitiva aos males do comunismo. Aqui estaria o terceiro plano da crítica temporalizada: o atraso total, irrestrito e possivelmente irreversível da "velharia histórica", contra a qual os povos (e não apenas os chineses) revoltar-se-iam, na busca e na conquista do exercício de uma mudança desejada.

Concorriam, portanto, temporalidades diferenciadas, evocadas nos limites de um acontecimento na remota China que possibilitava a escrita de reportagens e textos opinativos na brasileira revista *Veja*. China que, graças às tecnologias de informação e aos meios de comunicação, aparecia nas telas de televisores, nas páginas de jornais, nas imagens

e textos de revistas: país que, constituindo o centro das tramas acontecimentais daquela imediatividade, aparecia como profundamente significativo para o presente que se queria não apenas compreender, como habitar: agindo sobre ele, jogando expectativas ao pré-ditar, senão prever, mudanças no acelerado fluxo temporal que atingia o "comunismo" em todos os lugares nos quais permanecia de pé como projeto de sociedade: um sinônimo de ditadura e despotismo. Em junho de 1989, a despeito de todos os sinais encarados como de uma morte certa dos regimes comunistas, especialmente os da órbita euro-soviética, os acontecimentos eram lidos com certa aspereza e imprevisibilidade: por isso, as narrativas da imprensa, não poucas vezes, operavam na diluição de heterogeneidades, tais como a existência real de vários comunismos, a despeito de uma matriz comum a todos e a singularidade do acontecido na história da China, cuja enorme população e regime de governo pouco tinham a ver com o modelo de organização política ou a trajetória de implantação do comunismo nas democracias populares do Leste Europeu.

Esta síntese de heterogêneos na narrativa era marcada, muitas vezes, por certa contenção, ou controle, da instabilidade dos acontecimentos. Os processos de significação das tramas acontecimentais que emergem no mundo social trabalham, paradoxalmente, sempre nas margens da extrema provisoriedade dos conhecimentos e mensagens que lançam aos seus receptores. As mensagens podem ser imputadas a serem mudadas; as direções apontadas e preditas podem se tornar outras completamente distintas; as significações políticas e os enquadramentos narrativos podem não terem chance de se estabilizarem, frente ao incontrollável fluxo hermenêutico que se abre, a partir da emergência do acontecimento, ao devir e ao

agenciamento de sentidos, que passa então a ser incontrolável.

Marcada pela novidade da mensagem, a produção acontecimental se faz, por um lado, pela inconveniência do novo, que não pode ser mantido em um quadro de estabilidade, constância ou permanência em relação ao já instituído. Por outro lado, é necessário lidar com a aspereza do acontecimento: a brutalidade com que emerge; a incompreensibilidade inicial com que a ruptura se faz notável. De tal maneira, o acontecimento é produzido como um fenômeno que, por sua indiscrição e estranheza, assimila as novidades, domesticando-as. Acontecimento que evidencia, em si mesmo e na sua constante reelaboração, um conjunto de significações sociais que fabricam e evocam um antes e um depois, conformando-se como uma narrativa com certa unidade de sentido (KOSELLECK, 2006, p. 134), ou, ainda, um "fragmento de realidade percebida que não tem nenhuma outra unidade além do nome que se lhe dá" (FARGE, 2011, p. 71). Como veremos, o ato de antecipar-se ao futuro, na emergência do próprio acontecimento, faz parte de sua própria elaboração pelos meios de comunicação. É possível, desta forma, analisar os futuros presentes que se manifestam quando na emergência de uma história imediata produzida nesta era dos "acontecimentos monstros".

O povo não mediu esforços nem consequências. Tudo o que havia nos corações e nas mãos foi jogado sobre a mesa nesta aposta fantástica. Afinal, pior do que estava não poderia ficar. Não se tratava de penúria, de caos econômico. Com 17 milhões de habitantes, a décima economia mais poderosa do mundo, uma renda per capita de US\$ 9 mil, a Alemanha comunista está a anos-luz da combalida

Polônia, por exemplo. Certo, seus carros são obsoletos, o serviço público ineficiente e o abastecimento errático, mas ninguém morre por isso. A luta popular foi para não perder o bonde da história. Tratava-se de colher com as mãos o vento liberalizante que soprou da Polônia e da Hungria. E isso que o povo alemão conseguiu. É cedo ainda para garantir que não haverá retrocesso, mas já é tarde para afirmar que tudo poderá voltar a ser como antes. Sem violência, aos gritos, a Bastilha do século 20 foi derrubada.²⁶

Completava-se o primeiro bicentenário da tomada da Bastilha, marco simbólico do desencadeamento de um fulminante e violento processo revolucionário na França do século XVIII. O ano de 1989 se tornava, então, ocasião privilegiada para reflexões e debates sobre a herança e a memória da Revolução. Pano de fundo para reavivar traumas e orgulhos nacionais entre os franceses, tramas e enredos históricos da Modernidade Ocidental, usos políticos e interpretações do evento. Uma irônica coincidência, entretanto, não poderia passar despercebida. Nos últimos meses daquele mesmo ano, desmoronava também o muro de Berlim: prenúncio da extinção dos regimes comunistas no Leste Europeu, 28 anos depois da edificação da icônica fronteira, monumento e alegoria da Guerra Fria. Percebido e representado instantaneamente como um "acontecimento histórico", o processo de diluição da fronteira que até então dividira a capital alemã recebia uma extensa cobertura midiática a nível mundial.

²⁶ FERRAZ, Silvio. "A noite que exorcizou o stalinismo". *Jornal do Brasil*, 11 de novembro de 1989, p. 12 (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional)

Em reportagem do *Jornal do Brasil* veiculada no dia 11 de novembro de 1989, sob o efeito dos rápidos e intensos lances sequenciais advindos da derrubada do Muro, um correspondente comparava a despótica prisão real do Antigo Regime francês (tomada e derrubada no início da Revolução) ao símbolo máximo da bipolarização político-ideológica que caracterizava, até então, as relações internacionais posteriores à Segunda Grande Guerra. Como forma de produzir uma significação à narrativa de um evento do presente ainda em curso, estabelecia-se uma relação simbólica com o passado; com o marco de outro princípio revolucionário, há dois séculos. Pelas páginas do periódico, anunciava-se: "sem violência, aos gritos, a Bastilha do século 20 foi derrubada". Ao que se deveu, no entanto, a pressa da equipe do periódico e de outros meios de comunicação à época em estabelecer a queda do Muro de Berlim como um marco histórico, demarcando tal momento singular como um acontecimento histórico, no momento em que ele emergia na cena pública? E por que o correspondente do periódico em questão já comparava o novo evento a outro fato, cristalizado tanto pela memória quanto por uma tradição historiográfica sobre a Revolução Francesa?

Exibido e vendido como histórico quando ainda no seu insurgir, o desmoronamento do Muro de Berlim pode ser analisado, nas páginas do *Jornal do Brasil*, como uma espécie de acontecimento presentista, aquele que, simultaneamente expandido e engolido pela significação da atualidade, serve a ela: projetando-lhe, assim, um futuro antecipado, na ansiedade por previsões do desenrolar dos processos, quando não predições.

Antecipando os jogos e as forças do complexo histórico que envolveria um ainda em curso colapso do modelo de comando do socialismo "realmente existente",

as análises acerca da derrubada do Muro de Berlim, tentavam dominar, ainda que instantaneamente, o elemento do imponderável, possivelmente latente em seus vários e esperados desdobramentos.

Para François Hartog, a "economia midiática do presente" produz, incessantemente, uma modalidade de acontecimento que tem como característica particular desejar ser olhado, no mesmo momento em que se faz, como já histórico: como um já passado. Apoderando-se dos movimentos e das rupturas do mundo social, os meios de comunicação voltam-se, na textura do acontecimento, a um "olhar que será dirigido para ele, quando terá passado completamente como se quisesse 'prever' o passado, se fazer passado antes mesmo de ter acontecido plenamente como presente" (2013, p. 150). Pela insígnia desta aceleração das informações, na ânsia de apressar a descrição do ainda não ocorrido, antecipava-se a supressão dos regimes comunistas do Leste Europeu, já os assentando em um fim fulminante, não muito distante. Estas páginas autoritárias da história poderiam em breve, senão já naquele agora, ser destinadas a um passado, como resíduos obsoletos e anacrônicos. Resíduos que, quando ainda não "superados", deveriam ser rapidamente devorados pela velocidade implacável do presente: um presente habitado pela democracia liberal, pelos valores de um Ocidente que se conclamava democrático e "livre".

Antecipando os jogos e forças do complexo processo histórico, parecia-se tentar encurtar a distância com futuros possíveis - e desejados. Recusava-se, enfim, a dar lugar a outro tempo que não a este presente empoderado, onipresente, com arcabouço o suficiente para incorporar os passados que lhe convirem evocar, a fim de não apenas compreender como habitar a novidade. Transformavam, com isso, um evento em

aberto, ainda no curso de sua desordem e de seu caos, em plena e imediata história. Presente que, no entanto, possuía ligações profundas como outro passado revolucionário, encerrando uma grande era bicentenária de mobilizações contra todo e qualquer tipo de opressão.

A onda de protestos populares havia causado, segundo o jornal "espontaneamente", a abertura total das fronteiras na Alemanha Oriental. Dizia-se não ser possível se deparar com megafones, gritos de palavras de ordem ou faixas contendo slogans padronizados no momento do evento. Percebe-se, no *Jornal do Brasil*, um esforço de ressaltar, tal como fizera a revista *Veja* na cobertura das manifestações na China meses antes, as forças que derrubam o totalitarismo à população, sem rosto ou identificação de grupos, como um grande conjunto de atores sociais capazes de monopolizar e promover a ação revolucionária em pleno final do século XXI. Aqui, no entanto, o pessimismo desaparece. Entra, em seu lugar, o clima de festividade.

As esperanças desfeitas com o fracasso atribuído às lutas pela democratização na China e a incredulidade frente à barbárie atribuída ao Exército Popular contra a própria população chinesa, cedem lugar à glorificação da população alemã, aos desejos de reunificação e à glorificação de um "futuro presentificado", tido como certo. A incredulidade frente à teimosia da tirania chinesa contra os fatos contrastava, agora, com as certezas motivadas pela euforia e o otimismo, manifestadas por um desejo, realizado, de derrota dos despotismos e da "bastilha do século XX".

Segundo o *Jornal do Brasil*, os "gritos por liberdade e eleições" combinavam-se os protestos contra a "má qualidade dos produtos, a censura cultural e mesmo de asco à política de uma forma geral, ampla e indiscriminada". Com um tom eufórico, descrevia-se o

caráter genérico dos "sentimentos nacionais", marcados pela "saturação coletiva de ver tolhidos os sonhos e cortada pelo talo a esperança de dias melhores". Não seriam, contudo, expectativas de uma melhor qualidade de vida a única motivação dos protestos que levaram à derrubada do "muro da vergonha". Correspondentes demarcavam: não havia na República Democrática Alemã um caos econômico, pois a décima economia mais poderosa do mundo à época encontrava-se distante de outros países comunistas em penosa situação, como a "combalida Polônia". Embora o serviço público fosse apontado como ineficiente, o abastecimento como errático e a política tomada pela corrupção e o autoritarismo, tratava-se de uma "luta popular para não perder o bonde da história". O mérito estava nas mãos do vitorioso povo alemão, na consumação do que era chamado de um "exorcismo coletivo" do povo reprimido há 40 anos pelo regime stalinista. Uma ação, portanto, desejada por toda a população, ou, no mínimo, pela sua esmagadora maioria. Os discursos do jornal fabricavam, sobretudo, uma consonância harmoniosa e, por vezes romantizada, sobre as motivações da derrubada do icônico Muro.

"Sem violência, aos gritos, a Bastilha do século 20 havia sido derrubada", bradava o correspondente do *Jornal do Brasil* dois dias após o acontecido, em expressões de fundo emocional, devidamente espetacularizadas e dramatizadas, que buscavam, possivelmente, ressaltar que a queda do Muro de Berlim já podia ser considerada um marco, a ser exaustivamente analisado pela historiografia profissional na posteridade e profundamente marcado nos alicerces da memória coletiva. Mas ao que se devia a referência feita a outro conhecido marco político, a tomada da

Bastilha, remetendo ao desencadeamento da Revolução Francesa, 200 anos antes?

No esforço intencional de explicar um acontecimento contemporâneo, referenciava-se o passado como forma de remeter o evento, no caso do texto veiculado pelo *Jornal do Brasil*, a uma cadeia comparativa de processos históricos conhecidos, dando-lhe uma primeira significação temporal. O acontecimento emergia como uma novidade em relação ao instituído, com sua imprevisibilidade e rapidez ameaçadoras. Era imperativo, portanto, dar-lhe certo ordenamento, a partir do pensamento histórico, manifestado pela narrativa.

Segundo o teórico Jörn Rüsen (2001), o ser humano possui a necessidade de estabelecer um quadro interpretativo do que experimenta como mudança ao longo do tempo, para agir no seu decurso, orientando-se a partir de uma transposição que se dá sempre para além do que o sujeito e o seu mundo são a cada momento. A consciência histórica dos sujeitos operaria, afinal, na transposição do imediato, sendo concebida como "um conjunto, ordenado temporalmente, de ações humanas, no qual a experiência do tempo passado e a intenção com respeito ao tempo futuro são unificadas na orientação do tempo presente" (RÜSEN, 2001, p. 73). Nesta dinâmica sob a qual opera o pensamento histórico, produzir-se-ia um superávit de intencionalidade do agir humano, ou seja, uma capacidade de perceber as mudanças do mundo e de si mesmo a partir de uma articulação interativa do tempo como experiência e como intenção, a fim de motivar decisões e intenções da vida prática. A constituição do pensar histórico dos sujeitos, para Rüsen, ultrapassa os limites biográficos da vida humana e a autoridade do instante, mostrando-se uma intercalação entre o passado representado, o presente interpretado e o futuro projetado.

Sabe-se que os indivíduos e grupos incumbidos de formularem notícias sobre a queda do Muro de Berlim nas páginas do *Jornal do Brasil* investiam-se, nas narrativas, de usos do passado que alicerçavam a própria produção midiática. Possibilitava-se, a partir da presença simbólica do passado e de sua incorporação às explicações para o mundo presente, interpretar um agora em curso e, então, representá-lo para um público. Os textos produzidos por cada um dos responsáveis pelo periódico também constituíam, portanto, "narrativas históricas", uma vez que, conforme explica Rösen, tais indivíduos buscavam orientar ações, sujeitos e experiências no decurso temporal. Ao mesmo tempo, publicadas pela mídia impressa, tais narrativas intentavam contribuir para a construção de uma memória histórica sobre aquele (já atribuído) marco.

Ao difundirem discursos que se comportam como interpretações e representações factuais, os veículos da mídia temporalizam o acontecimento, entremeando-lhe a uma seleção de referências retrospectivas do passado, utilizada para dar-lhe significação na ordem do tempo; e a uma projeção, que se crê ser verossímil, de futuros presumíveis e prováveis no plano de um determinado presente. Eis a dupla dimensão atribuída às produções pelo periódico: conformam-se como tramas capazes de mobilizar temporalidades e costurá-las, para então produzirem suas narrativas que se comportam como produtos intelectuais apropriadamente históricos dos seus próprios formuladores; no entanto, tais produtos midiáticos também contribuem para a modelação da consciência histórica dos indivíduos que constituem seu público, uma vez que constroem uma determinada memória sobre os eventos, de grande circulação. Tais elementos de uma memória história constituída também

pela mídia fornecem elementos simbólicos para a orientação de homens e mulheres no tempo.

Por meio da apropriação dos textos e imagens produzidos pelos meios de comunicação, cotejados e somados a outras referências e saberes com as quais se deparam no mundo social, os indivíduos aliam, como se sabe, a experiência do passado à intenção com respeito ao futuro, intercalando-as na orientação do tempo presente. A necessidade existencial de interpretação da mudança temporal manifesta-se, assim, pelas "mediações dialéticas e narrativo-argumentativas no tempo" (RÜSEN, 2009, p. 168), de tal maneira que a consciência histórica é enriquecida por uma enorme quantidade de experiências e formas possíveis de apropriação, entre as quais figuram os meios de comunicação.

Compreende-se o uso argumentativo de um passado revolucionário nas páginas do *Jornal do Brasil* como manifestação de uma racionalidade histórica que intenta constituir um sentido sobre a experiência da mudança temporal, com o fito de "dominar o tempo percebido como ameaça, transformando-o" (RÜSEN, 2001, p. 61). Ao tratar de um recente acontecimento emergido na esfera pública, avaliado como "histórico" quase de forma instantânea, a narrativa veiculada pelo jornal tratava de unir significações aparentemente esparsas para constituir um sentido sobre o novo, domesticando-o. É possível afirmar que o vínculo com a Revolução Francesa constituiu-se em uma tentativa de dar-lhe certa regularidade, remetendo-lhe ao vivido anteriormente, buscando no já experimentado por homens e mulheres do passado um vínculo político com o ainda em constituição (no caso, os eventos que marcavam o final da Guerra Fria).

Afinal, tal como o fim do século XVIII marcou, na França, um pleno processo de desestabilização política e rupturas profundas na vida daquela população, a Alemanha passaria por um análogo processo revolucionário, pelo que indicariam as expectativas difundidas pelo periódico: o fim do "marasmo político" que assombrava os alemães-orientais por quatro décadas de domínio stalinista; uma possível reunificação de alemães ou mesmo europeus; um enterro definitivo das tiranias "totalitárias" que reinaram sobre território germânico - o nazifascismo e o comunismo. Enfim, uma redenção de um passado doloroso e traumático, relacionando-se à ponte para um futuro desejado pelo povo (ou pelo Ocidente Democrático), o qual não poderia ser senão um devir glorioso que começava a ser construído aos passos da "demolição de pedra por pedra daquela Bastilha do século XX".

A comparação do Muro de Berlim com a Bastilha Francesa veiculada pelo *Jornal do Brasil* compreendia uma tentativa de explicação de um novo fenômeno social e político a partir de outro, já conhecido, de grande impacto, ao qual se recorria para dar força simbólica necessária a este novo acontecimento, ainda em suas primeiras interpretações. A Bastilha, símbolo da arbitrariedade do poder real absoluto, prisão dos inimigos políticos no Antigo Regime francês, e sua tomada e posterior queda, remetem à derrubada de uma determinada ordem, de um *status quo*. Produzindo um nexos entre os dois monumentos, o jornal difunde a ideia de que a ação de derrubada do Muro de Berlim remete a um processo revolucionário em erupção. Mas se a na Revolução na França é marcada historicamente pelo uso indiscriminado da violência, de tal maneira que o ano de 1789 é considerado quase consensualmente o marco

inicial de um sanguinário conflito, a Revolução na Alemanha Oriental se dava de maneira pacífica.

"Revolução" é associada nas páginas do jornal àquilo que o historiador Reinhart Koselleck (2006, p. 61) considera sua ampla e moderna acepção. O conceito, modernamente (em especial após a Revolução Francesa), é associado a percursos e expectativas que projetam um futuro que rompe radicalmente – ou pretende romper – com um conjunto de experiências passadas. Profundamente determinado pela sensação de aceleração histórica característica da Modernidade, este conceito se confunde com os diferentes meios de legitimar um determinado caminho novo, com projetos diversos. O adjetivo "revolucionário", nestes parâmetros, remete a conflito, luta, debate, movimentação, revolta, de acordo com as expectativas de diferentes grupos que, em determinados momentos, protagonizam seus interesses num palco político, nas ruas, no cotidiano, a favor de uma mudança em algum quadro dentro do social.

Koselleck (2006, p. 61) já lembrava que o termo "revolução", profundamente integrado ao vocabulário político moderno, é empregado frequente e enfaticamente, com um campo semântico tão grande que poderia ser definido como um clichê. O objetivo das narrativas jornalísticas aqui, possivelmente, era caracterizar os movimentos populares no Leste Europeu naquele ano de 1989 como transformações que atingem profundamente o cotidiano, a fim de ressaltar a dimensão do espetáculo da ruptura social que aqueles eventos representavam. Conectadas as lutas contra o despotismo e a arbitrariedade na França do século XVIII e no final da Guerra Fria no século XX, os métodos utilizados para rupturas radicais da ordem instituída haviam se modificado.

Afinal, para incredulidade de muitos no mundo ocidental, a "nova Bastilha" havia sido derrubada sem violência, "aos gritos", em uma "aposta fantástica" do povo cansado de ser oprimido. A luta popular, tal como acontecera na França de Luís XVI, havia sido "para não perder o bonde da história": para não perder um sentido, uma evolução para o futuro, aquele que não aceita opções fora da órbita do capitalismo e das democracias ocidentais liberais. Um espelho do passado apresentava exemplos concretos de que as massas populares, quando saturadas dos despotismos (sejam quais forem suas formas históricas), irrompem perigosa e irreversivelmente.

Desta vez, para os alemães, tratava-se de "colher com as mãos o vento liberalizante" que já soprava do lado leste da Cortina de Ferro, vindo da Hungria e da Polônia, prestes a implodir com o marasmo e o anacronismo dos regimes comunistas. As narrativas que emergiam, neste momento do emblemático ano de 1989, tratavam da evolução de um plano linearizado e dicotomizado, que conectava politicamente a queda do Antigo Regime Francês e o desmanche do "socialismo de comando" no modelo euro-soviético: uma clássica aventura do Bem contra o Mal, com um triunfo quase providencialista do primeiro, graças às mobilizações populares e, em especial, aos descontentamentos.

2.2 O "ADEUS AO COMUNISMO" E A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA NA ABERTURA DA DÉCADA DE 1990: PERMANÊNCIAS COMO DESAFIOS, TRANSFORMAÇÕES COMO IMPERATIVOS

Sob a insígnia das contradições que havia criado em torno de si mesmo, o comunismo chegava ao final do

ano de 1989 mergulhado em uma crise terminal: tratava-se não apenas do fim de uma era, do fracasso de um determinado modelo ou do "socialismo real" que marcou indelevelmente o século XX, sob diferentes circunstâncias e tipos de sociedade. *Veja*, na última edição semanal de 1989, anunciava, sem floreios retóricos ou sinais de dúvidas, o fim da própria ideia de comunismo, que inspirou e forneceu ideais da ilha de Cuba ao Leste Europeu, do Sudeste Asiático aos territórios do antigo Império Russo. Um ideal de heroicas vocações, sob o qual se depositaram nobres valores no intervalo dos últimos 150 anos, havia se degenerado quando colocado "em prática". Perante os fatos, uma evidência maior, denunciada pela imprensa: o comunismo não funciona fora da órbita de suas ideias; não subsiste no plano material, como condição de possibilidade de transformação da sociedade, direcionada a valores igualitários.

Estaria encerrada, destarte, uma grande fase da História que havia se iniciado ainda no século XIX, com a criação do "socialismo científico", considerada a maior utopia política da modernidade, que, segundo as narrativas então veiculadas, caminhava "para a lata de lixo da História". Narrativas que concebiam o movimento histórico do comunismo levando em conta seus desfechos, abrindo-se pouco às dimensões não lineares do processo e a possibilidades perdidas mesmo às tentativas de reforma empreendidas na mesma década. Afinal, para *Veja*, 1989 era "um ano que só se vive uma vez a cada século".

Espantosos anos 1980, nos quais os sinais haviam sido trocados e o seu até então contínuo processo de expansão entrado em contradição fulminante: a década havia começado com o comunismo aparentemente no auge de sua expansão e teria

chegado ao fim da mesma década evidenciando sua incapacidade total em resolver os problemas em torno dos quais havia, historicamente, realizado suas críticas. Ressaltavam-se não seus feitos sociais, não sua capacidade de promover e impulsionar a melhoria das condições de vida das populações, não a promessa de liberdade, mas justamente o seu caráter ditatorial; os grilhões com que os regimes comunistas trancavam e exploravam os povos; as divisões e contradições de classe que não haviam conseguido solucionar e, pelo contrário, fizeram serem acentuadas, no plano de sociedades dominadas por burocracias estatais com enormes privilégios.

Ao operá-la em uma "síntese de heterogêneos" e, mais uma vez tratá-la de forma generalizada (como já havia feito quando do massacre da Praça da Paz Celestial, em junho do mesmo ano), a revista concebe a tradição comunista da modernidade como uma totalidade, pouco mutável tanto quanto pouco adaptável historicamente, por meio de uma universalização que desqualifica tais experiências. Para tal, tece a narrativa de uma "crise terminal da ideia do comunismo", frente aos fatos, fazendo-os parecer autoevidentes, por meio de acusações delegadas e ilustradas por testemunhos apresentados, críticas ferrenhas às suas autoridades, uma fabricação de evidências de argumentos e explicações que, no campo político, tentavam desestabilizar as próprias bases da existência do comunismo naquele século. Em geral, as narrativas produzidas pela revista *Veja* apagam ou fazem ser minimizados as condições de melhoria social e os feitos dos regimes socialistas, produzindo condenações totalizantes dos regimes comunistas. Trata-se da narração clássica da crise de um império após o auge de sua expansão, que determina seu fim, na espessura de

uma causalidade fechada, quase como se o Império Soviético estivesse destinado ao seu próprio declínio.

É irônico o fato de que a revista *Veja* utilize uma abordagem dialética, amparada na análise de uma espécie de luta entre classes sociais e no acirramento de suas contradições, para explicar a implosão e o desmoronamento previsto dos regimes comunistas na década de 1980 e, com mais ênfase, em 1989. Realizando um jogo de oposições, contrapõe a utopia à realidade; a promessa à concretude e à autoevidência dos (então) últimos fatos. A partir das mesmas oposições, descreve e analisa os comportamentos inatos a cada classe, determinando a ação tanto da burocracia estatal quanto das massas a partir de sua posição: os laços e as manifestações de identidades sociais só subsistem se atreladas à categoria fechada de classe a qual pertencem, de tal maneira que as condições macrossociais parecem orientar o comportamento dos grupos e indivíduos.

De um lado, permanecia o Estado todo-poderoso dos regimes comunistas, com suas castas "mais iguais que os outros", confortáveis em seus injustos privilégios, paradas no tempo, inflexíveis e ineficientes. Mesmo os reformistas mais apaixonados, mesmo os líderes menos compromissados com o autoritarismo, não seriam capazes de alterar a estrutura inflexível do aparato ditatorial apoiado em mecanismos de tutela e controle da sociedade; uma estrutura corrupta e irreformável. De outro lado, operando em um campo completamente distinto, estariam populações que perceberam que "havia alguma chance de se rebelarem com sucesso": sinais da plena vitalidade dos indivíduos e da sociedade civil, dos desejos de liberdade, de impulsos e ações contra-hegemônicos. Estas populações, durante a década de 1980, teriam aberto o espaço para o acirramento das

contradições nos quais estava entremeado o comunismo.

Ironicamente, nas narrativas produzidas e veiculadas pela revista, teriam sido justamente as enormes massas oprimidas as responsáveis por ativar a desestabilização política que trataria de "enterrar" os regimes comunistas; denunciando, universal e pacificamente, suas falhas e ineficiências, suas contradições irresolutas e irresolúveis advindas, em especial, pela decepção generalizada. A revista faz ser denunciada, basicamente, a ideia de que os regimes comunistas e, em especial, a União Soviética operavam por um "sistema de patronato, nepotismo e suborno" (HOBSBAWM, 2009, p. 458).

Ora, *Veja* trazia como um dos grandes anúncios da reportagem que marca a "retrospectiva dos anos 80", justamente a universalização dos agentes históricos da derrubada comunista: "o povo faz História sem intermediários e derruba a ditadura". Trata-se da imagem de uma multidão combatendo a barbárie endêmica em todos os países nos quais as ideias de Marx e Engels foram "implantadas": multidões sem rostos ou nomes, podendo ser descritas sem marcações nacionais, sem demais subidentificações sociais, tomando consciência de que havia chance de se rebelarem, como se estivessem anteriormente em um estado de descontentamento latente, semiadormecido. Que contradições afligiam os outrora poderosos e temidos comunistas! Os próprios métodos e instrumentos de lutas que promoveram durante toda a sua história - greves, passeatas, até armas no caso da Romênia - eram usadas contra eles mesmos. A multidão desfocada e quase homogênea, mas unificada no desejo de combater o mal que representava o comunismo em todas as suas versões e variações, contrapunha-se aos

ditadores, estes sim com rosto, identificação, a serem julgados por seus atos tirânicos, tal como Nicolae Ceausescu, fuzilado no único país do Leste Europeu no qual o fim do regime comunista se deu com grande violência.

Lembramo-nos, a partir dessas narrativas veiculadas pela revista *Veja*, que as estratégias narrativas e discursivas dos meios de comunicação passam por um compromisso autoatribuído com a democracia, entendido como uma atribuição legítima de autoridade simbólica para impor, "como se tivesse impondo oficialmente, perante todos e em nome de todos, o consenso sobre o sentido do mundo social que funda o senso comum" (BOURDIEU, 1996, p. 116). Para isso, os agentes sociais em torno da revista atribuem a si mesmos a função de denunciar as falhas de democracia; os gestos totalitários. Por isso, lançam-se de uma atribuída ausência de compromisso com as ditaduras, exteriorizando as ações dos regimes coercitivos por meio de uma visão social e política de mundo que enxerga os regimes de Partido Único do mundo comunista "sincronizando todas as organizações sociais, criando elites graduadas, atomizando e isolando o indivíduo, transformando a cultura em propaganda e usando o terror como ameaça permanente ao indivíduo" (ROLLEMBERG; QUADRAT, 2011, p. 20).

No comando do processo de reforma, por dentro de um sistema que constrói naves espaciais sofisticadas e televisores que explodem na cara do freguês, o líder soviético foi mudando, mudando tanto que minou os pilares mais reverenciados do socialismo do qual ele se pretende o revitalizador e deflagrou um processo incontrolável. Afinal, em que altar do marxismo-leninismo se pode enfiar a

ditadura do proletariado quando se começa a realizar eleições cada vez mais livres, com candidatos independentes, e o fim do 'papel dirigente' do partido é exigido nas ruas - e admitido para um futuro não mais distante? Onde se aninha o igualitarismo se a propriedade privada - fonte de todas as desigualdades, seguindo a doutrina - é não apenas aceita como incentivada e o próprio Gorbachev declara que 'não existe nada mais importante hoje do que levar o homem de volta à terra como seu proprietário'? Segundo a revista americana Newsweek, Gorbachev, o homem que não cansa de proclamar que 'não nos afastaremos um só passo do socialismo' confidenciou durante um encontro este ano com a primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher, com quem desfruta uma relação especial desde sua ascensão ao poder, que não tem mais certeza se é mesmo comunista.²⁷

Quando se ressaltava que talvez nem mesmo a liderança máxima do sistema soviético e do mundo comunista sabia se acreditava na ideia de comunismo, Gorbachev era apresentado como um homem que foi derrotado pela mudança implacável e inexorável na ordem do tempo, nas mudanças rápidas que acompanhou, testemunhou e participou na própria vida, na esteira das próprias contradições da "utopia concreta" na qual depositou suas esperanças; cujas ideias tiveram de se adequar aos novos fluxos da política, tornando-se "velharias"; resíduos a serem jogados no lixo. O (último) líder da União Soviética, não podendo resolver os problemas internos do império que comandava,

²⁷ "Adeus, comunismo". Revista Veja. 31 de dezembro de 1989, p. 107. (Acervo Digital Online/Veja).

desempenhou papel fundamental para conduzi-lo a um fim próximo. Seria um suicídio político, na sua dimensão tão metafórica quanto realista? A revista sugere a condição absolutamente singular de Gorbachev nas tramas acontecimentais: um comunista que forçou o comunismo a ser destruído. Gorbachev é justamente o problema que emerge como o ininteligível, o fora da narrativa em 1989: apenas a abertura do devir poderia decifrar seu enigma.

Os eventos que marcaram o ano de 1989 no noticiário internacional da imprensa brasileira induziram à ideia de um "tempo histórico condensado", com mudanças rápidas, intempestivas, surpreendentes pela intensidade com que emergiam, fazendo os regimes do mundo comunista serem completamente desestabilizados. Boa parte das narrativas produzidas tanto pelo *Jornal do Brasil* quanto pela revista *Veja* parecem apontar 1989 como um imediato marco temporal: seja como o "maior acontecimento do final do século", seja atribuído como a "maior reviravolta no mundo desde o final da Segunda Grande Guerra". O ano de 1990 ficou marcado pelas negociações diplomáticas, as mudanças na configuração das relações internacionais e as amplas expectativas em torno da reunificação da Alemanha, evento que parecia condensar ou encapsular "o fim de uma era". Ao contrário dos eventos que haviam marcado o ano anterior, a (re)criação de um único Estado já era esperada pelos agentes sociais que a ele se relacionavam e por toda a imprensa internacional. O evento oficial ocorreu no dia três de outubro daquele mesmo ano.

Podemos pensar, em diálogo com o filósofo alemão Jörn Rüsen (2009, p. 166), na ação proeminente que as intenções orientadoras de futuro jogam em sua

relação com as representações de passado, que se entremeiam em um determinado presente, tornando imperativa a fabricação de interpretações históricas. O pensamento histórico se funda e se manifesta como resposta a uma crise, uma "crítica experiência do tempo" que incorpora como desafio, confrontando-a. No limite, a crise constitui a própria experiência histórica, de tal maneira que, ocorrendo nos limites dos padrões culturais de sentido e significado de uma sociedade presente, impele a mobilização simbólica destes mesmos padrões, os quais, algumas vezes, precisam mesmo ser transformados de modo a corresponder (e responder) às contingências de um evento (p. 170).

Insurgindo na cena pública como um evento preditado, a reunificação alemã já havia sido parcialmente acomodada nas referências culturais e nos padrões de sentido: ou seja, já havia acontecido sua pré-emergência e, portanto, uma adequação semântico-política antecipada, responsável já por atribuições imediatos de sentido. Quando ela emerge, no entanto, manifesta carências de orientação dos problemas do (novo) presente e o devir em aberto que representa um conjunto de expectativas das quais ela mesmo é um marco. É não apenas possível como necessário, então, retornar às "vagas" de orientação de futuro que o problema crítico da reunificação alemã colocava para as duas populações, a partir daquele momento preparadas a se tornarem uma só, a partir de uma análise profundamente relacionada ao campo da experiência histórica. O *Jornal do Brasil* publicava, a partir deste momento, prognósticos acerca dos problemas que envolveriam a convivência e a acomodação política de dois grupos heterogêneos da (nova) população alemã. A reunificação aparecia, portanto, como uma "experiência contingente desafiadora" (RÜSEN, 2009, p. 170), a

lançar mão de uma relação significativa entre memória e intenção futura; entre passados, abertos para disputa e significação, e suas correlacionadas intenções de futuro.

Ganha, afinal, o merecido título de superpotência a nova Alemanha, unificada num processo democrático e inédito por sua velocidade e custo - financeiro e político. O resto da Europa terá que aprender a conviver com ela. Mas isto não será fácil, apesar dos laços poderosos que unem os 12 países da Comunidade Econômica Europeia. Há outros muros ainda a derrubar, e um dos principais é a desconfiança. Internamente, há que se derrubar o preconceito com que os alemães capitalistas olham para seus conterrâneos. Os alemães que emigraram do Leste, se foram saudados com champanhe e emoção, hoje são vistos como cidadãos de segunda classe. O abraço caloroso na travessia da fronteira que separava os dois países foi substituído por uma quase indiferença. Explica-se: numa sociedade competitiva como a alemã, onde 25,5 milhões de profissionais se empurram ombro a ombro em busca de melhor a lugar, a fusão representa o ingresso de milhões de profissionais capacitados na disputa do mesmo mercado. E os alemães não podem fazer com eles o que acabam de fazer com os poloneses: impor vistos de entrada, restringir o acesso ao mercado. Os alemães orientais de ontem são, a partir do primeiro minuto de hoje, simplesmente alemães. Sem quaisquer outras qualificações (FERRAZ, Silvio. O muro da desconfiança permanece. Jornal do Brasil. 03 de outubro de 2014, p. 14)

Derrubado o muro e, ainda, todas as barreiras oficiais que separavam a outrora dividida nação alemã, emergia um só país, uma só economia, das mais poderosas do mundo, e uma superpotência que, simultaneamente, haveria de desafiar os esforços de unificação europeia e ao mesmo tempo oferecer ao processo o seu grande potencial humano e financeiro. O mesmo jornalista que havia sido correspondente internacional há quase um ano, em novembro de 1989 (Silvio Ferraz), quando da queda do Muro de Berlim, analisava a nova sociedade, complexa e profundamente heterogênea, que se formaria a partir de uma nação dividida. Afinal de contas, "muros da desconfiança" permaneceriam: o que estava em jogo eram duas maneiras de conceber o mundo; dois modos diferenciados de relacionar e agir sobre a economia, as liberdades individuais, a competição e a coletividade. Aos desafios da incorporação da antiga República Democrática Alemã juntavam-se o preconceito; a convivência entre alteridades.

A percepção do longo campo de experiências desafiava o campo das permanências, das referências culturais cristalizadas pelas duas antigas populações, da pressão que o passado fazia na emergência de uma nova Alemanha. Logo, o campo de experiências entre duas formas distintas de perceber e construir a sociedade e o indivíduo, haveria de resultar em abismos políticos, sociais, comportamentais que teimariam em dificultar a unificação, a despeito das aparências formais e institucionais de unificação e de todos os desejos conciliadores. Afinal, como conciliar oportunidade e competição aberta, mercado e seguridade social, segurança de emprego e a selvageria competitiva? Como se comportariam os cidadãos alemães do Leste ao serem inseridos na lógica de mercado, destacando a

necessidade de suas agências individuais, até então limitadas à tutela do Estado-todo-poderoso? Arriscar-se-iam, empurrariam uns aos outros, "ombro a ombro em busca de melhor lugar", em disputa por postos de trabalho e chances? Pagariam os alemães do lado ocidental, através de aumentos de impostos e de impactos imediatos na economia, pela absorção do Leste, a garantir-lhe oportunidades para seus cidadãos terem condições de vida similares às do Oeste?

O jornalista vocaliza e incorpora na sua trama narrativa acontecimental, é claro, muitas das expectativas interrogativas dos múltiplos agentes sociais que se encontravam em relações de força naquele momento. Haveriam de acostumar-se e adaptar-se, no entanto, os antigos alemães orientais com os riscos da competição, com os potenciais inovadores do mercado, com uma sociedade baseada nas oportunidades individuais e na desigual distribuição destas oportunidades, à exaltação do "espírito empreendedor" e do sucesso individual. Mesmo reconhecendo as sedutoras vantagens do capitalismo, os habitantes do Leste incorporado sentiriam, era provável, segundo as narrativas publicadas pelo jornal, um sentimento de nostalgia em relação aos seus antigos estilos de vida: seriam efeitos, é claro, de décadas de separação; resultados e produtos de processos históricos inconciliáveis, senão contraditórios, desde o final da última guerra mundial.

A imprensa²⁸, no entanto, sugeria a comodidade, a falta de autonomia e o hábito dos cidadãos da extinta

²⁸ Cabe ressaltar que, mesmo concebendo a ação dos indivíduos como motores da sociedade, os sujeitos históricos que são constituídos no plano epistemológico das narrativas aqui analisadas parecem apresentar-se ainda como abstratos coletivos, determinados, antes de tudo, por forças pouco controláveis,

Alemanha Oriental pela "tutela autoritária do governo". Operava, com isso em um campo discursivo que sugeria a superioridade moral da conquista individual, da caça de oportunidades, do suprasumo do indivíduo e das aventuras empreendedoras. Imagem de um indivíduo ousado, flexível às demandas de uma sociedade complexa e dinâmica, que parecia melhor se adequar à competitividade selvagem do capitalismo, e dela tirar proveito. Imagem, tanto quanto, positivada do consumo "livre" e sem escassez ou limitações de estoque; dos avanços tecnológicos do Ocidente que o mundo comunista sequer conseguiu acompanhar; da qualidade de produtos e serviços. Imagem, é claro, de uma sociedade em pleno movimento, mudando constantemente a si mesma, contrastando-se ao marasmo da vida social talhada, ou mesmo perseguida e combatida, pelo extinto regime comunista alemão.

2.3 O COLAPSO DO IMPÉRIO SOVIÉTICO EM 1991 E O FIM ANTECIPADO DE UM SÉCULO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE MARCOS TEMPORAIS, O ESPETÁCULO HISTÓRICO-DRAMÁTICO E A POLÍTICA

Na prática Gorbachev foi deposto - e deposto pela segunda vez. A primeira, todos se lembram, foi em agosto, quando uma associação para delinquir reunindo milhares e velhos comunistas isolou na dacha onde passava férias, no Mar Negro,

extraindividuais, conjunturais, impessoais. A constituição de narrativas macrossociais constitui-se como um recurso adaptável ao pouco espaço e aos imperativos de síntese aos quais estão submetidos os jornalistas e diversos comentaristas.

e temeu restabelecer a antiga ordem e os antigos bons costumes. Mas há diferenças grandes entre um episódio e outro. No primeiro, tiraram Gorbachev do comando do país. Agora, tiraram o país sob o comando de Gorbachev. Outra diferença é que se o episódio de agosto foi liberticida, este atual, em princípio, é libertário. Na verdade, o poder vinha escorregando como água das mãos do último líder que teimava em ser soviético. Desde o desfecho do golpe de agosto, quando, ao descer do avião que o trazia de volta do curto exílio no Mar Negro, mostrava-se abatido e murcho, em contraste digno de compaixão com o líder confiante e cheio de energia que o mundo havia se acostumado, Gorbachev não acertou mais o passo com a História. (TOLEDO, Roberto Pompeu de. *Veja*. O fim do império, 18 de dezembro de 1991, p. 30).

Gorbachev havia caído no vazio da História: seu fim como líder do império construído sob as cinzas do czarismo e as asas da Revolução de Outubro produzia um espetáculo dramático intensamente explorado pelas mídias mundiais. O império soviético se desmanchava definitivamente naquele dezembro de 1991, retalhado em quinze repúblicas independentes. Para *Veja*, "História" era, conceitualmente, utilizada como sinônimo de um singular coletivo, um *continuum* no qual o passado da humanidade era monumentalizado a partir de significativos eventos, de validade universal, como grandes desfechos ou começos, transições ou escandalosas rupturas. Não era todo dia que se assistia, ressaltava a revista, ao desmoronamento de um império: estava-se diante de um que, embora mergulhado no caos social e com a economia completamente falida, tinha desempenhado um papel central nos negócios do

mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial. Evento digno, assim, de encerrar, de maneira antecipada, o século XX na entrada de sua última década.

Irônico, para *Veja*, que o próprio Gorbachev, incumbido de salvar o socialismo, tivesse precisado admitir a importância da propriedade privada e de elementos do capitalismo para o reestabelecimento da eficiência produtivo-econômica. Mais ainda, que tivesse constatado a impossibilidade de impedir processo de "reverso" da utopia comunista. Havia representado, e ele mesmo se tornado, o último sopro de esperança depositada em um conjunto de reformas que, pensava-se um dia, talvez pudessem ter levado à regeneração e reabilitação do socialismo "realmente existente".

As narrativas jornalísticas, no entanto, não comportavam ou admitiam o elemento dos vários possíveis que se encontravam no plano das expectativas e das intenções dos atores sociais que emergiam nestes anos. Já em 1989, limitavam o horizonte de expectativas desde os agentes sociais que conduziram as reformas até a conjunção de forças que teria determinado o processo, apagando outras possibilidades de ação. Uniformizavam o campo das intenções, representando um caminho unilinear, que não comportava outras vias ou caminhos de realização senão aquele que corresponderia ao "resultado final" que se apresentava ao final daquela década: o esgotamento de uma ideia que, implantada, havia criado novas castas de poderosos "mais iguais do que os outros", economias falidas e povos escravizados. O socialismo, nesta perspectiva, era um mal endêmico, marcado pela irreversibilidade de seu fracasso. Seu final estaria, afinal, destinado: os esforços de reformá-lo, reconstruí-lo, restaurá-lo em direção às promessas que falhou em

cumprir, jamais haveriam de entregar resultados consistentes.

O que estava em jogo não era apenas sua inviabilidade, mostrada em sua obviedade, universalmente diagnosticada em suas (supostamente) claras evidências, por leigos ou especialistas, e mesmo por quem um dia se fez apaixonar pelas suas previsões. Era também uma possibilidade de previsão e mesmo profecia, movida pelo desejo e pelas paixões políticas dos que escreviam pela imprensa mundial e brasileira. Estes, por sua vez, explorando "a possibilidade de mudar o mundo social modificando a representação desse mundo que contribui para sua realidade, ou melhor, opondo uma pré-visão paradoxal (utopia, projeto, programa) à visão comum que apreende o mundo social como mundo natural" (BOURDIEU, 1996, p. 118).

A palavra, por efeito, também constitui programas de percepção e ação do mundo social: sob a imprensa, confluíam prescrições de futuro e denúncias, mesmo que apresentadas apenas como descrições e enunciações; apontadas como "reflexos do real" em sua dimensão totalizante e heurística. Apoiar estes avanços "revolucionários", aparentemente distantes dos brasileiros, era um ato legítimo na medida em que se desejasse demonstrar as necessárias limitações do governo dos povos e os caminhos da liberdade humana. Denunciar, portanto, os laivos totalitários, o controle arbitrário dos Partidos sobre toda a vida social e política, as condenações à criatividade e à autonomia, concernentes ao campo da liberdade humana, diante de um sistema que abnegava e diluía os potenciais individuais e os recursos e talentos de cada sujeito.

O campo que outrora pertencia à convicção, à militância apaixonada, aos apegos incondicionais a uma utopia que havia prometido justiça social e igualdade,

cedia lugar ao elemento da dúvida e da incerteza, mesmo entre aqueles que construíram em torno de suas crenças e telos. Nada, segundo a revista, sobraria do comunismo, salvo alguns bolsões em países das periferias do sistema internacional e gestos isolados de atraso e anacronismo, de quem não havia aceitado sua derrota.

Mas desapareciam os até então convictamente comunistas? Seriam devorados pelas condições fatais do fracasso comprovado da utopia ou permaneceriam, cambaleantes, às margens do novo que emergia com grande ímpeto naquele final da década de 1980? Sobreviveriam justamente estes "bolsões de comunismo", de Cuba à Coreia do Norte, mundo afora? Teriam alguma legitimidade os partidos e agremiações associados à esquerda de inspiração ou matriz "marxista" no Ocidente e, a partir daquele momento, adaptar-se-iam às novas matrizes da mudança temporal? Eram dúvidas lançadas pela revista, que se encontravam no conjunto de expectativas de parte da população mundial naquele momento. Os elementos de dúvida da incerteza e imprevisibilidade são colocados pelas narrativas apresentadas, mas ainda assim minimizados e "abrandadas" por uma análise, que funcionava tanto como um exercício diagnóstico quanto um prognóstico, das "tendências" mundiais daquela atualidade.

Embora tendesse a linearizar e apagar as contradições e os "possíveis perdidos" no processo histórico, a imprensa admitia, em alguns momentos, o movimento histórico com suas aberturas para a incerteza. Ao sugerir que o futuro próximo abrigaria a emergência de "outras formas de governo diferentes de tudo o que veio antes", enfatizavam-se o ineditismo da situação e a abertura pouco controlável de

possibilidades: o que estava em jogo, a despeito das previsões, predições e toda a especulação simbólica operada pela mídia, era também o imponderável, a despeito de sua teimosa existência. O que surpreendia o mundo, e aparecia com força espetacular em todos os âmbitos da imprensa mundial neste momento, era a intensa rapidez dos acontecimentos, em efeito-dominó, em países nos quais o "aparente monólito se desagregaria numa velocidade desgovernada" (REIS FILHO, 1993, p. 74). A dissolução do império soviético, no ano de 1991, parecia apenas confirmar o que já aparecia em todas as suas evidências desde meados da década de 1980, processo acompanhado com cobertura extensiva da imprensa.

É notável a ênfase que tanto o *Jornal do Brasil* quanto *Veja* atribuíam ao campo da subjetividade, como desencadeador dos acontecimentos, como responsável pela saída das sociedades sob jugo tirânico de sua inércia e apatia. Embora apresentassem o campo das condições materiais que pesavam contra o comunismo (tais como a economia emperrada e a quase ausência de avanços na melhoria de vida da população geral pelo menos desde a década de 1970; população esta "escravizada" pela burocracia privilegiada que ocupava os altos postos do país), a emergência dos grandes acontecimentos aparecia quando da saturação; do descontentamento; da esperança generalizada e fortalecida pela possibilidade de ações concretas e coletivas; do cansaço de ver escapar sonhos de liberdade. Como já alertava Pierre Nora, este "acontecimento monstro", com seu drama e sua magia, seu mistério e sua poesia, seu poder de compensação e de identificação, apropria-se do fato cotidiano para espetacularizá-lo e potencializá-lo em suas dimensões emocionais: mistura, portanto, o cotidiano com o

maravilhoso, apropriando-se do drama, exigindo, no próprio acontecimento, a "participação afetiva das massas" (1979, p. 185).

Pela expansão da singularidade do momento imediato em que emerge brutal ou rapidamente, passando para a geração de sentidos e os trabalhos hermenêuticos que o capturam narrativamente, associando-o a outros cenários, espaços, personagens de outrora, o acontecimento apresenta-se em uma tensão dialética. Tensão entre sua aspereza e seu aprisionamento semântico, entre sua impetuosidade e sua acomodação narrativa, entre o que há mais de dramaticamente irreversível e irrepetível e seu paradoxal uso como marco temporal, sequencial, indicando uma continuidade. Por isso, os frequentes usos políticos do passado; a demarcação de um sentido histórico na sua já-insurgência; a imbricação profunda entre expectativas e experiências que partem do "presente acontecimental" e a ele agregam percepções, sentidos e euforias, motivando também os indivíduos a se localizarem frente à profunda mudança temporal. A interpretação e a compreensão se relacionam, com efeito, à ação: o estabelecimento da significação histórica, íntima à emergência dos acontecimentos, organiza o cotidiano, reordenando e reacomodando percepções e referências culturais.

As tramas acontecimentais, produzidas e ecoadas pelos meios de comunicação do tempo presente, constituem-se como aberturas de significações, em sua dimensão incontrolável, inescapável, indomável. Do teor singular e do signo do irrepetível que as constituem em sua emergência, passando pelas esperanças e pelos medos que conseguem fazer aflorar, faz aparecerem, no tecido do cotidiano, os paradoxos da mudança temporal. Ao surpreenderem o cotidiano e se abrirem a disputas

políticas intensas, no campo dos futuros possíveis daquele presente, os acontecimentos que irrompiam ao final dos anos 1980, fazendo implodir o outrora Segundo Mundo, em um golpe nas utopias e projeções de sociedade que moveram a humanidade durante todo o século XX, conjugavam uma tripla dimensão das tramas da existência humana. A subjetividade humana e todo o espetáculo dramático que a comoção pública em torno dos acontecimentos fazia aparecer e ser potencializada em suas virtualidades emocionais: tragédias e euforias, apatias e indiferenças, aspirações e necessidades. Paixões e afetos que faziam aparecer especulações simbólicas ou mesmo profecias, também do campo das tessituras narrativas, com suas construções e racionalidades plurais, com as fabricações e apropriações do tempo histórico. E, finalmente, e de nenhuma maneira concebida de maneira afastada das dimensões anteriores, as crenças, os jogos de convencimento e os dizeres passionais que, em última instância, constituem (também) domínio privilegiado da política.

CAPÍTULO 3 - A TRADIÇÃO SOCIALISTA EM (RE)AVALIAÇÃO: A QUALIFICAÇÃO DA EXPERIÊNCIA TEMPORAL E A NARRATIVA HISTÓRICA DAS MÍDIAS

Para os geroncratas do Kremlin, criados nos primórdios da Revolução, num país assombrosamente atrasado, sobreviventes de dois dos maiores horrores da História da humanidade - a carnificina stalinista e a II Guerra Mundial -, a União Soviética industrializada, com uma poderosa máquina militar, era nada menos que um milagre. Mais ainda, o "clube" do comunismo ou de seus simpatizantes atingia seu apogeu com a adesão do Vietnã, do Laos e do Camboja, no Sudeste Asiático, das ex-colônias portuguesas na África e, para coroar a década, em 1979, do Afeganistão, da Nicarágua e da pequenina Granada. Somando-se tudo, a maré vermelha estendia-se por uma área de quase 43 milhões de quilômetros quadrados, com mais de 1,5 bilhão de habitantes. Era para fazer qualquer Brejnev sonhar acordado com uma futura, não tão longínqua assim, vitória final. Dez anos depois, essas contas estavam todas embaralhadas. Em alguns casos, como na Hungria, o regime se autodissolveu. Na China, pioneira na liberalização da economia, os comunistas engrenaram uma marcha à ré violenta e se fecharam na ortodoxia com o massacre dos estudantes que pediam a democratização na Praça da Paz Celestial. [...] A Polônia, por exemplo, tem um presidente comunista, um primeiro-ministro católico, e quem manda mesmo, por sua liderança popular, é o ex-

eletricitário Walesa. A própria União Soviética é um caldeirão de contradições de embranquecer os cabelos do mais convicto marxista-leninista - se alguém ainda conseguir encontrar semelhante espécime.²⁹

Ao percorrer sua trajetória desde um longínquo Outubro de 1917 até o conturbado final dos anos 1980, a utopia política do comunismo solidificou uma "maré vermelha" de alcance e imponência mundiais, traduzida em um sistema de poder que se estendia do litoral caribenho ao Extremo Oriente. Longe de limitar-se ao cenário de uma Rússia onde, há sete décadas, havia se instalado o primeiro regime comunista duradouro, o comunismo chegara a governar um terço de toda a humanidade. Naquele fim de década, a expansão contínua e o poderio da tradição comunista revertiam-se, entretanto, em um "caldeirão de contradições". Grande parte das narrativas dedicadas por *Veja* ao colapso destes regimes ao final da década de 1980 não pareciam ter constrangimentos ou quaisquer hesitações em confirmar o quão insensata poderia soar a insistência na crença em um sistema que construía "naves espaciais sofisticadas e televisores que explodiam na cara do freguês"³⁰.

Haveria algo mais contraditório do que o fato de uma superpotência militar ser marcada pela baixíssima qualidade de bens de consumo produzidos pelo seu aparato estatal ou pela falta generalizada de estímulos para sua grandiosa economia? Aquele tipo implacável de regime comunista construído na história do século XX,

²⁹ Revista *Veja*, 31 de dezembro de 1989, p. 108 (Acervo Digital Online/*Veja*).

³⁰ Revista *Veja*, 31 de dezembro de 1989, p. 114. (Acervo Digital Online/*Veja*).

segundo a revista edificados sob uma mesma matriz marxista-leninista, impressionava pelo seu passado de conquistas, de ameaça constante aos seus inimigos, pela sobrevivência a tempos de agudas crises. Contudo, havia pecado pelo seu excessivo utopismo; por ter se firmado muito mais em promessas e profecias advindas das supostas leis do materialismo dialético, do que em cálculos racionais e ponderações/ações realistas. Lembrava *Veja* que os dirigentes soviéticos haviam fechado os olhos para os sinais de alerta de crise endêmica na economia, cegados pela crença ideológica. Almejando um paraíso de igualdade, eficiência e plena realização do potencial humano, o comunismo que outrora pretendia conquistar o mundo com seus ideais de justiça produzira povos escravizados e economias falidas. Ressaltava-se, por extensão, a enorme discrepância entre os objetivos iniciais prometidos pelos adeptos do bolchevismo (a democracia direta, o controle dos trabalhadores, o desgaste progressivo do Estado) e os resultados obtidos já nos primeiros anos da Rússia Soviética (Estado-partido onipresente, sistema político totalitário, "uma nova classe dominante, a perda de toda a autonomia por parte da organização dos trabalhadores)" (GROPPO, 2008, p. 122). Isto, é claro, na perspectiva anunciada pela maioria dos editoriais, reportagens e noticiários da revista semanal mais lida no Brasil.

Não deixa de chamar atenção o fato de que as narrativas apresentadas por *Veja*, analisadas nos capítulos anteriores e retomadas na discussão que aqui se segue, raramente retomam os possíveis efeitos positivos da modernização comandada pelos regimes comunistas para suas populações. Ao primeiro olhar, pode-se afirmar que *Veja* ressaltava a importância da "expansão vermelha" pelo mundo no último século,

inserindo os variados regimes de inspiração bolchevique e/ou marxista-leninista no interior de uma narrativa que intentava produzir uma explicação/compreensão temporal una para um império em plena desintegração naquele (conturbado) presente. Um império cujas maiores singularidades históricas eram, paradoxalmente, a falência generalizada de um modelo de sociedade e as evidências das diversidades que marcariam os trajetos pós-comunistas daquelas nações. Um passado comum às regiões onde, em algum momento, instalaram-se os sonhos de uma sociedade comunista, unido pelos fios da experiência do poder totalitário e do Estado-Partido controlador de toda a vida social, contrapondo-se a futuros cuja imprevisibilidade se impunha com força, frente às diversidades dos caminhos seguidos pelas sociedades que finalmente abdicavam do domínio tirânico da estatocracia comunista.

O avanço da história costuma ser tão imperceptível quanto o crescimento da grama: sabe-se que ele está acontecendo, mas ninguém consegue enxergá-lo a olho nu. O homem de 1989 teve o raro privilégio de ver a história explodir à sua frente, sem ter de pagar, para isso, o preço de uma guerra. Ficamos sabendo, em 1989, que a guerra acabou - aquela guerra não-declarada que começou com a rendição de alemães e japoneses e que foi batizada de guerra fria. Dois blocos disputavam o domínio do mundo. Um deles, que se dizia socialista, afirmava ter a seu lado as leis da história. Um filósofo alemão chamado Marx teria descoberto cientificamente essas leis; e esta nova ciência indicava a derrota inapelável das democracias burguesas pelas mãos do homem novo socialista. Foi esta guerra que acabou em 1989. O homem novo cansou-se do

reformatório em que vivia. Pelo espaço assim aberto precipitaram-se os alemães orientais - até então considerados os mais fiéis discípulos do sistema moscovita; e a corrida tomou um tal ímpeto que o Muro de Berlim - essa Bastilha do século XX - veio abaixo por inútil.³¹

Como equalizar e assimilar, na síntese jornalística, o "caldeirão de contradições" que se fixava no momento daquela anunciada virada histórica, assinalado por sua violenta ruptura, pela perda de referências estáveis, pelas intensas transformações nas referências políticas que, até pouco tempo, balizavam as relações internacionais? O centenário *Jornal do Brasil* se prestava a analisar a derrocada do comunismo como o fim de uma guerra não-declarada, na qual entraram em disputa sistemas inconciliáveis: nesta, não poucas vezes as democracias burguesas se viram, segundo as narrativas publicadas, desafiadas pelas mãos do "novo homem socialista". O novo homem teria cansado, no entanto, do "reformatório" em que vivia; da falta de liberdade em um projeto que intentava transformar os indivíduos em "meros parafusos de uma grande máquina". Frente aos novos acontecimentos no (então) mundo socialista, temas privilegiados nas coberturas dos meios de comunicação naqueles turbulentos anos, como conciliar, nos fios da escrita e do pensamento, as expectativas projetadas ao imprevisível futuro aos atos de um passado que necessita ser (re)visitado, em virtude dos novos eventos? Os acontecimentos narrados daquele final dos anos 1980 integravam o relato da ação humana significativa ao mundo social; ou seja, lidavam

³¹ "Surpresas da História". *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 31 de dezembro de 1989, p. 10 (Hemeroteca Digital Online/Biblioteca Nacional).

com as transformações temporais de um mundo comunista em plena desagregação, cujas ações eram percebidas como, de alguma forma, expressivas à vida social e dignas de serem acomodadas e condensadas narrativamente. Como vimos, o acontecimento produzido pelos meios de comunicação contemporâneos é um fenômeno social complexo: não o concebemos como uma expressão do "tempo curto", pois não é a extensão da duração que define o evento, "mas sim a sua qualidade, o seu poder de transformação ou de intensificação no interior da narrativa que o inclui" (BARROS, 2011, p. 8).

O filósofo Paul Ricoeur (2012, p. 300) nos ajuda a pensar na relação umbilical existente entre as matrizes da mudança temporal e as obras narrativas, uma vez que "os relatos adquirem sentido ao tornarem-se as condições da existência temporal". Ao projetar um mundo narrativo, o pensamento histórico emerge da fenda que se abre a partir das carências de orientação instaladas em um determinado momento, no qual as transformações temporais, percebidas como ameaças, não se adéquam às referências e construções simbólicas de então. Tornava-se necessário, a partir do final dos anos 1980, que a narrativa histórica integrasse, por meio de um *pôr-em-intriga* e de uma construção poética permitida pela linguagem, as rupturas anunciadas; domesticando, assim, a experiência temporal, do passado (re)perspectivado à espera de um futuro que pudesse, finalmente, começar a ser orientado, esperado, predito pelo pensamento que se lançava ao presente. A intriga constitutiva da narrativa histórica acontecimental mediava os eventos isolados, heterogêneos, dispersos, dando-lhes, simultaneamente, significado e totalidade.

Podemos dizer, com isso, que os meios de

comunicação produziam, naquele momento, mais do que uma enumeração de eventos em uma ordem sucessiva, mais do que incidentes dispersos colocados em cronologia. Na medida que punham em correlação eventos de um passado presente a intenções de um futuro também presente, combinavam, de maneira poética, os traços temporais daquele "caldeirão de contradições" em uma "configuração significativa" que, ao também ser interpretada, poderia se abrir a orientações na vida prática, à reflexão sobre as próprias condições de possibilidade da ação humana. A intriga constitutiva da narrativa permitiria, afinal, ler "o próprio tempo ao revés, como a recapitulação das condições iniciais de um curso de ação em suas consequências terminais" (RICOEUR, 2012, p. 305). Ora, interpretar as condições iniciais das experiências comunistas tendo em vista suas condições terminais, pondo-as em relação, impondo-lhes um significado, condensando eventos dispersos do século XX a um singular coletivo, algo ao qual se poderia denominar como a história de uma ideia que não deu certo: o comunismo, a enorme maré vermelha que se abateu sobre o mundo, o processo que conduziu o "reverso de uma utopia" que produziu o contrário do que prometia e profetizava, angariou milhões de adeptos e encontrava no final do século XX sua falência.

Neste capítulo traremos à tona a relação que a imprensa escrita estabeleceu (e estabelece) com a cultura histórica, indicando de que forma as carências de orientação daquele momento no qual se anunciavam um colapso dos regimes comunistas e uma transformação extremamente significativa do espaço político mundial foram respondidas na tessitura narrativa dos acontecimentos encontrados nas páginas, nas reportagens, nas palavras utilizadas, nas metáforas

lançadas pelos atores da mídia. Defenderemos a ideia, também, de que estas narrativas operadas pelos *mass media* se conformam como produtos intelectuais históricos, na medida em que estabelecem aproximações e distanciamentos com os diversos níveis da operação historiográfica. Enfrentaremos o desafio de discutir a natureza do pensamento histórico que se apresentava nas narrações sintéticas operadas pelos meios de comunicação.

Consideramos tanto os debates realizados por uma intelectualidade historiográfica quanto as produções da imprensa como narrativas de uma cultura histórica: um conjunto de práticas sociais pelas quais os sujeitos e grupos interpretam, comunicam e transformam seu passado. Ou seja, tanto o saber produzido pela historiografia profissional³² quanto pela midiografia conjugam reelaborações constantes, sucessivas e criativas feitas do passado e do presente, rerepresentado e conectado a um sistema sócio-comunicativo de interpretações e usos, no qual cada grupo aborda o seu passado de maneira peculiar e distinta (COSTA, 2009). Jörn Rüsen (2009) já nos lembrava que o pensamento histórico se estabelece como resposta a uma "crítica experiência do tempo", impelindo a reacomodação de padrões culturais e referenciais de sociedade. No que se aproximam e no que se afastam as diferentes formas de obras narrativas dos meios de comunicação impressos, em um momento de "crise" das referências estabelecidas no mundo político?

³² Não é nosso objetivo, nesta dissertação, realizar um balanço acerca da historiografia produzida sobre o colapso dos regimes comunistas e as sucessivas crises enfrentadas pela tradição política socialista, em virtude dos limites de um trabalho de Mestrado, embora estas ideias e pensamentos estejam na base da bibliografia mobilizada neste trabalho.

3.1 A CRÔNICA HISTÓRICA DO COMUNISMO ENTRE O FUTURO PRESENTE DAS MULTIDÕES REVOLUCIONÁRIAS E O PASSADO PRESENTE DITATORIAL DO STALINISMO

Muito sangue correu debaixo da ponte do comunismo soviético antes que ele se instalasse na Europa: Stálin assassinou cerca de 20 milhões de russos durante os expurgos terroristas e as coletivizações forçadas dos anos 30 e 40. Só com o final da II Guerra Mundial - quando morreram outros 20 milhões de soviéticos nas batalhas contra o nazismo - o comunismo se instalou na Europa. E se instalou não por vontade própria, mas porque em 1945, nas conferências de Yalta e Potsdam, a URSS de Stálin e os EUA de Truman (e depois de Roosevelt) dividiram a Europa em áreas de influência. Dessa divisão surgiu uma entidade geopolítica artificial, a chamada Europa do Leste, mas tremendamente palpável enquanto realidade econômica. A Europa Comunista é formada hoje por nove países com mais de 150 milhões de habitantes. Junto com a URSS, são mais de 430 milhões de pessoas vivendo numa região imensa, de amplos recursos materiais, e instalados bem no meio de um terremoto político e econômico. Nesse comunismo de feições ricas - pelo menos em comparação com os Estados marxistas da África, da Ásia e a vertente cubana - está acontecendo hoje, num ritmo vertiginoso, aquilo que Marx e Engels apontaram como característico do capitalismo no Manifesto: "Todas as novas relações se tornam antiquadas antes que cheguem a ossificar, tudo que é sólido desmancha no ar, tudo que é sagrado é

profanado". Na Europa Comunista tudo que é sólido desmancha no ar e tudo se transforma no seu contrário.³³

Ao interpretar as imediações de uma notícia espetacularizada pelos meios de comunicação, de um editorial, de uma reportagem especial ou de um conjunto de obras produzidas fora do âmbito da historiografia profissional como um campo de narrativas históricas, estamos considerando, com Jörn Rüsen (2001, p 54), que os produtos da ciência histórica e de uma intelectualidade historiográfica não são os únicos modos possíveis de manifestar os processos constitutivos da consciência histórica. Nas reflexões que gosta de denominar "meta-históricas", Rüsen parte de um fundamento antropológico que atravessaria a consciência humana em todos os tempos e culturas: o pensamento histórico se funda como uma forma básica e universal de geração de sentido acerca da mudança temporal. A consciência história seria, portanto, algo universalmente humano, "dada com a intencionalidade da vida prática dos homens" (p. 78). Por meio da narrativa histórica, o fluxo temporal é situado e controlado, a fim de facilitar, amaciar, estabilizar as ações humanas. A arquitetura acontecimental dos meios de comunicação podem ser interpretadas, a rigor desta perspectiva meta-histórica, como leituras e representações que colocam em cena carências de interpretação e orientação; desafios lançados à consciência humana em um presente. Uma carência de orientação da mudança temporal (que pode se apresentar como uma escandalosa ruptura ou um trauma coletivo, por exemplo) constituir-se-ia como um

³³ Revista Veja, 05 de abril de 1989, p. 43 (Acervo Digital Online/Veja).

desafio lançado ao modo como os sujeitos geram sentido para si mesmos, os outros e o mundo no qual habitam, impondo a necessidade de uma interpretação histórica. É necessário fabricar, para tal, um processo temporal organizado, domesticado, controlado, que possui estreita relação com o mundo prático e possa (re)orientar a consciência humana. Estamos ressaltando, portanto, a íntima conexão estabelecida entre pensamento e vida; entre a narrativa histórica e as representações que constituem e dão forma ao mundo social e ao movimento que constitui a cultura. Afinal, como aponta Estevão de Rezende Martins (2013, p. 66), a historicidade é própria à existência do agente racional humano, "sem cuja inserção no tempo e no espaço e sem cuja reflexão sobre a experiência vivida em dado tempo e em dado espaço, não se dá a apropriação *raisonnée*, pela e na cultura, do tempo vivido e do espaço transformado".

Partindo do Outubro de 1917 na tentativa de compreender/explicar os recentes acontecimentos no (então) Segundo Mundo, a revista *Veja* evocava aquele que se imprimiu no século XX como "o evento fundador e, ao mesmo tempo, o mito fundador do comunismo" (GROPPO, 2008, p. 115). Em um mesmo fio, o acontecimento produzido condensava, na espessura da duração, o passado presentificado (o Outubro de 1917) ao futuro esperado e também presentificado (o fim do comunismo e, no limite, a ordem pós-comunista). A Revolução Bolchevique, instalada e consolidada em meio a grandes expurgos caracterizados como terroristas, conhecidos atos de autoritarismo, coletivizações forçadas de terra, momentos de guerra travados com o (também totalitário) oponente nazista, perfazia retrospectivamente uma história sobretudo de sangue e morte, que se impôs e se alastrou como um

poderoso sistema de poder na segunda metade do século.

Dois fios heterogêneos eram justapostos na história do comunismo mundial apresentada pelos meios de comunicação: a ascensão surpreendente da pioneira e principal potência comunista - a União Soviética, erguida com altos custos humanos - e a revelia de ter-se tornado o epicentro de um "império do mal" de dimensões mundiais que, parece ressaltar *Veja*, confundia-se com a própria história contemporânea e fechava aquele período da humanidade afogado em suas contradições. Um império que, utilizando-se de métodos coercitivos para impor seu sistema de poder, tornava-se antítese-mestre histórica dos valores que poderiam ser democráticos e emancipatórios.

Ao analisarmos esta modalidade de narrativa sobre o império comunista de matriz soviética, não parece contraditório o fato de que o periódico se refira, não poucas vezes, ao comunismo bolchevique como "a mais longa ditadura do século XX". A identificação do sistema de poder instalado pelos regimes comunistas com a crônica stalinista pressupõe, por ela mesma, uma chave interpretativa que associa, política e temporalmente, o exercício arbitrário, ilegítimo e verticista do poder totalitário instalado e consolidado por Stalin a partir dos anos 1930 na União Soviética à história geral da trajetória comunista mundo afora. Isto é, o período em que o poder comunista se consolida sob o guia do partido e uma centralização de todas as decisões é tomado como referência universal, conduzindo à representação de uma permanência temporal que converte ditadura stalinista e comunismo em sinônimos. Ou seja, ao contrário de muitas interpretações de opositores e defensores do comunismo que sublinham os "aspectos que fazem do stalinismo

uma degeneração do marxismo-leninismo" (BOBBIO, 1998, p. 1223), *Veja* parece considerar stalinismo como a forma de expressão histórica mais bem acabada da utopia política comunista, colocada em prática como um sistema totalitário, graças à "presença de uma ideologia dogmática, à capilaridade da propaganda, à onipresença do controle policiesco" (BOBBIO, 1998, p. 1221).

Para *Veja*, não era apenas a experiência histórica e localizável de "regimes baseados no marxismo-leninismo" de matriz soviética e estatizante que estava em jogo, mas a própria relação entre a derrocada deste sistema e o fim do comunismo enquanto ideologia. Encontramos, nestes excertos, a associação de uma filosofia da História (materializada em uma doutrina política, de gênese atribuída aos alemães Marx e Engels) e a criação de um Estado Totalitário fundamentado e inspirado diretamente neste complexo ideológico. Não sobravam espaços, nestas narrativas, entre a ideia de comunismo enquanto utopia política e a experiência real, palpável enquanto "realidade histórica": uma se confundia com a outra. A mensagem política evidenciava-se: o ideal de uma vida social justa, fraterna, livre de opressões, certamente não seria oferecido por aquela doutrina política. A interpretação histórica que não encontra descontinuidades entre comunismo e stalinismo, desta maneira, desestabiliza a crença política remanescente na tradição socialista, a adesão ao "manual bolchevique"; desmobiliza, com isso, a defesa de uma doutrina que seria responsável pela mais longa ditadura do século.

Talvez Lênin fique na Praça Vermelha, mas pouco restará da sociedade revolucionária que ele julgou ter ajudado a criar. O império soviético acabou-se e o presidente da Rússia, Boris Yeltsin,

anunciou que a 'experiência marxista' é uma página virada na História do seu povo. [...] "Das regiões mais pobres da Sibéria aos gabinetes mais poderosos do Kremlin, dos monarquistas que se fantasiam de soldados do czar aos generais de verdade que duvidam das reformas de Mikhail Gorbachev, soviéticos ou secessionistas, todos estão de acordo com uma coisa: o que está aí não se salva e a solução é a economia de mercado, ou, como eles preferem, 'o mercado'.³⁴

Produzia-se, na tessitura de uma temporalização das experiências do comunismo histórico, um triunfalismo liberal-capitalista, que podia contrapor-se facilmente a regimes incapazes de se movimentarem sem serem sustentados por malhas coercitivas onipresentes, cercando todos os níveis da produção econômica e da vida social (MEYER, 1995). A epopeia do "socialismo real", esvaziada de quaisquer virtudes, alimenta-se de um anticomunismo fundamentado em narrativas lineares que se prestavam a analisar a trajetória coercitiva e a queda do "império do mal" associando tudo que diga respeito a socialismo à crônica do stalinismo (MEYER, 1991). Os passados convocados a prestar contas nas narrativas de *Veja* pouco (ou nada) dão atenção às participações das populações no interior dos regimes ou à construção social das "ditaduras totalitárias", concebendo-os sempre estáticos, iguais a si mesmos, presos à ideologia e ao terror.

Relaciona-se a esta dimensão do pensamento liberal o fato de a temporalização produzida pela *Veja* contrapor, na tessitura da intriga narrativa, um passado marcado pelo Estado-controlador a um presente futuro

³⁴ Revista *Veja*, 28 de agosto de 1991, p. 25 (Acervo Digital Online).

marcado por multidões, sedentas por liberdade. O "passado prático", como veremos adiante, é convocado nestas narrativas para dar sustentação a um argumento fundamentalmente político e que se guia tanto por um acirrado anticomunismo quanto por um dado triunfalismo liberal, explicável contextualmente (final definitivo da ordem bipolar conhecida como período da Guerra Fria). Trata-se de uma operação ideológica que intentava imprimir dimensão democrática ao capitalismo liberal, aberto e competitivo, por oposição generalizada à história do totalitarismo de vertente soviética. Uma oposição que, adiante, aparece ressaltando as virtudes de um capitalismo nascente, tempo de um futuro presente, premeditado, adiantado, marcado pela espontaneidade e pela legitimidade das multidões que irrompem no espaço público, contribuindo para a construção de uma nova ordem política.

Qualquer manual bolchevique ensina que uma greve geral bem-sucedida, manifestações populares nas principais cidades e barricadas com gente disposta a morrer são o caminho mais curto para o socialismo. Na semana passada elas foram a rota do retorno ao capitalismo, a alma da revolução anticomunista que começou na União Soviética. A Junta golpista tentou um acordo na cadeia. Solto, Gorbachev tentou armar um governo do tipo PFL e foi praticamente deposto: lelsin nomeou quem quis. Estátuas de ícones do bolchevismo vieram abaixo, jornais e sedes do Partido Comunista foram interditados e se iniciava a caça aos agentes da KGB, a polícia política. [...] Como em 1917, havia uma revolução em curso. Havia um outro ponto em comum com 1917, apesar da diferença radical de a primeira revolução ter implantado o

comunismo e a da semana passada ter colocado um ponto final do leninismo. Outra vez, era o povo, o movimento das multidões, que irrompia na cena política, extravasando o quadro das instituições. Havia o sopro libertário, o ideal de forjar uma vida melhor, fraterna, sem opressão. Conseguir realizar esse sonho, que só é possível dentro de um quadro de democracia e tolerância, é o desafio maior da revolução que explodiu o comunismo na União Soviética.³⁵

Irrompendo como imagem-síntese dos novos ares políticos em território soviético, lá estavam as multidões, o sujeito protagonista do processo histórico que *Veja* chamava de "segunda revolução russa". O desmonte do totalitarismo, prosseguia a revista, não se fazia do dia para a noite, mas já era possível dizer que o movimento das multidões extravasava o quadro das instituições, explodindo o sistema soviético, "construindo o futuro nas ruas". As massas iam às ruas, derrubavam estátuas, enterravam seus antigos heróis, esfacelavam o império soviético e "construíam a ordem pós-comunista". Entre 1917 e 1991, um ponto em comum: "outra vez, era o povo, o movimento das multidões, que irrompia na cena política". Mas, guardadas as similitudes, o que distanciava passado e futuro? O sopro libertário ao qual almejou um dia o ideário socialista, prosseguia *Veja*, só poderia ser levado adiante em um quadro de democracia e tolerância, sem manuais ideológicos, sem espaço para pretensões de totalidade. Encontrava na espontaneidade das multidões o próprio contraponto às massas amorfas dirigidas pelo regime totalitário. A história do comunismo

³⁵ Revista *Veja*, 28 de agosto de 1991, p. 19 (Acervo Digital Online/*Veja*).

do século XX seria, como já abordamos, também a história de como uma utopia política, convertida como detonador de um impressionante movimento de massas, transformou-se no seu completo reverso; um reverso antidemocrático, marcado justamente pela despolitização de massas controladas pelo monopólio do poder estatal; pela sobreposição das instituições coercitivas sobre as liberdades individuais.

Para *Veja*, era difícil dizer o que sobraria da primeira revolução russa, a de 1917. A revolução anticomunista que adentrava os anos 1990 parecia ser marcada por um desejo generalizado por liberdade, valor e direito pelos quais o despertar das massas para a ação política se fazia possível e desejável para a construção de uma nova sociedade. Encontrava-se o desejo disseminado destas populações de produzir o próprio futuro, que, na organização espontânea de multidões contra-poder, reivindicavam liberdades consideradas fundamentais. Encontrava-se, nas causas da revolução anticomunista, um dado ideológico: o "sonho libertário", adormecido pelo domínio totalitário. Lembramos, com o filósofo Chasin (2012, p. 2), que da rusticidade à sofisticação, sob qualquer de suas formas, "o conceito de totalitarismo traduz a ideia de monopólio de poder". A ideia de totalitarismo parece ser evocada, inúmeras vezes, para qualificar os regimes comunistas em desagregação. Lembramos que o passado vem à tona para cumprir uma função orientadora no tempo presente, quando é capaz de processar e qualificar a transformação temporal, na sua relação dialética com as permanências. Então, por este prisma, a evocação da teoria do totalitarismo cumpre, também, o papel de processar temporalmente o comunismo para (des)qualificá-lo.

Defendemos que o tempo histórico acionado pelas

obras narrativas veiculadas por *Veja* parece trabalhar com uma polaridade fundamental entre as massas amorfas e oprimidas do totalitarismo e as multidões criativas, espontâneas, sujeito político protagonista da segunda revolução russa. Associam-se, em contradição e associação (em um concordante/discordante, como preferiria Paul Ricoeur), o passado - marcado pela ação de um Estado opressor e que fabrica um indivíduo atomizado e despolitizado; o presente - marcado pela ação das multidões e o despertar do indivíduo para a liberdade, constituída como um potencial humano que enseja forças subjetivas atuantes na resistência ao poder totalitário; e o futuro, marcado pela expectativa política moralizante de consolidação de uma ordem democrático-tolerante-liberal.

Como podemos perceber, o antagonismo entre massas destituídas de ação política e multidões revolucionárias fundamenta a ação central da intriga narrativa constituída, quais sejam as forças que agem nas manifestações verdadeiramente espontâneas do antitotalitarismo, e que colocam em cena a capacidade humana de mobilizar-se contra a opressão e, com isso, "construir os próprios destinos", como a própria *Veja* já havia colocado. Esta construção de um futuro que pretende romper radicalmente com um conjunto de experiências passadas, como vimos, integra semanticamente a ideia moderna de "revolução", disseminada constantemente pela revista; ideia através da qual a narrativa atribui densidade política e legitimidade aos movimentos que varriam o comunismo euro-soviético.

Na semana passada, o povo na rua derrubou a ditadura, derrubou os ícones do regime e, se a situação não estivesse sendo conduzida para um esfriamento de

ânimos, possivelmente derrubaria o que mais lhe aparecesse na frente. Mesmo nesse clima de euforia, já surgiam avisos de que o processo de desmonte total do totalitarismo é longo. "Não devemos ter expectativas exageradas. O processo agora vai seguir em velocidade maior do que antes, mas há uma inércia enorme a ser vencida", avisava o analista político Rair Simonian. E sempre podem surgir novos candidatos às vagas abandonadas pelos totalitários de ontem. "Infelizmente, existem poucos democratas verdadeiros neste país", afirmou Vladimir Lukin, presidente da comissão de assuntos internacionais do Parlamento Russo. "Já podemos ver as raízes de um populismo cínico, com gente dizendo: 'Demitam esses aqui, confisquem aquilo ali, redistribuam aquilo lá'. Não é assim que se consolida a democracia". Mas é assim, aos saltos no escuro, que avançam as revoluções, obscurecendo heróis que pareciam insuperáveis, criando novos heróis que também podem vir a ser superados. Quando chefiou o "governo dos 100 dias", depois da queda do czarismo, entre julho e outubro de 1917, Alexander Kerenski parecia ser o homem que ficaria para sempre como um gigante da História do século XX. Equilibrando-se no furacão revolucionário, ele apoiou-se à direita (o general Komilov) contra a esquerda (Lênin e Trotsky). Um mês depois, quando Komilov tentou passar-lhe a perna, apelou a Lênin. Três meses depois, estava deposto. Morreu em 1970, aos 89 anos, esquecido em Nova York e deixou uma profecia: "O comunismo russo sucumbirá, não através da propaganda anticomunista, mas pela ordem natural das coisas". O comunismo sucumbiu numa revolução.

Como todas as revoluções, a de Agosto de 1991 liberta e democratiza, ao mesmo tempo em que busca o ajuste de contas com a ordem anterior. Em benefício da democracia, há limites para esse ajuste de contas, já que ele pode facilmente desandar em caça às bruxas, injustiças, opressão e autoritarismo. Pode, em suma, desandar numa sistemática típica da ordem derrubada.³⁶

Anunciava *Veja*: como todas as revoluções, o ato de 1991, que, como sabemos, iria culminar no fim definitivo da União Soviética, libertava e democratizava simultaneamente ao ajuste de contas que realizava com a ordem anterior. A revista não chega a se aprofundar no que reconhece como ajuste de contas com o passado, mas é possível inferir: trata-se de uma expectativa de ampla democratização da vida social - em que pese o valor da democracia, como vimos, estar atrelado a pressupostos axiológicos da cultura política liberal. Valor associado, portanto, ao culto da diversidade e da concorrência. Para defendê-lo, lançam mão de uma metáfora de mercado, associada a ideários que se dizem anti-intervencionistas, antipaternalistas, antimonopolistas; conduzindo, é claro, à defesa da democracia representativa; à noção de Estado como um contrato social, de poderes e atribuições reduzidos; à associação entre a liberdade do indivíduo, vista como um direito natural e inalienável, e a liberdade dos agentes mercadológicos. O risco de retorno (ou, ainda, de reatualização) do poder totalitário reconhecia a preocupação da narrativa em lançar a expectativa tanto de um longo desmonte do sistema anterior quanto da

³⁶ Revista *Veja*, 28 de agosto de 1991, p. 25 (Acervo Digital Online/*Veja*).

necessidade de introjeção de valores democráticos (como sugere o excerto recortado pela revista, no qual Vladimir Lukin aponta que ainda existiam poucos democratas na Rússia). A revolução dá seus saltos no escuro, avançando com seu teor imprevisível, alertava *Veja*. Ao lembrar da (obliterada) revolução de Fevereiro de 1917 e do líder Alexander Kerenski, a narrativa produzida alertava que era preciso cautela: nenhum grupo social ou ideia poderia reivindicar-se como liderança-suprema do processo revolucionário. Lembramos: manifestava-se, nestas narrativas, o temor pelo monopólio de poder característico do regime totalitário. Monopólio analisado como ausência de liberdades democráticas liberais, tais como alternância política e pluralismo partidário. Evidencia-se, aqui, o temor de uma radicalização política que revertesse as mudanças em andamento na União Soviética, tal como aquela radicalização que, em 1917, levou o projeto bolchevique a sobrepor-se sobre um projeto de consolidação de uma república de cunho liberal.

É importante ressaltar, como podemos perceber, que o *Jornal do Brasil* possuía um perfil nitidamente mais intelectualizado do que o de *Veja* naquele momento (final da década de 1980 e início da década de 1990). Além de trazer uma variação maior de textos, algo que se devia muito em parte em virtude do seu formato diário (e, portanto, sem ser atrelado à necessidade de um caráter mais sintético como *Veja*, revista semanal), o *Jornal do Brasil* trazia, frequentemente, economistas, sociólogos, historiadores, antropólogos, políticos, filósofos, entre outros especialistas e pensadores, para debaterem os temas em voga na época. Por esta característica, é possível dizer que o centenário jornal não possuía uma linha editorial centralizada e homogênea, tal como *Veja* apresentava naquele momento. Além do mais, como

vemos, *Jornal do Brasil*, apesar de se declarar, não poucas vezes, um veículo liberal e pluralista, defensor das liberdades econômicas e políticas, não deixa de veicular textos que propõem a renovação das ideias e práticas socialistas. Podemos dizer, assim, que o perfil político do jornal variava entre vertentes do liberalismo e do socialismo democrático. *Veja* possuía detidamente um perfil mais radicalmente anticomunista e liberal, sobretudo antiestatizante, como já percebemos nos editoriais analisados ainda no primeiro capítulo. Este perfil político comum à *Veja* aparece em textos contemporâneos do *Jornal do Brasil*, como o analisado acima, mas é possível distinguir uma variação maior de ideias, valores e prescrições, como veremos a seguir.

3.2 SOCIALISMOS RENOVADOS, DESAFIOS DE UM AMBIENTE PÓS-COMUNISTA E HISTÓRIAS DE UMA ORTODOXIA ESPARTANA

Toda a cultura introjetada pela prática de tantos anos embotou para parcelas importantes da esquerda a dialética da história, substituindo-a pelo dogmatismo. O caminho do progresso técnico construindo as condições para o florescimento de uma sociedade progressivamente autogestionária foi ficando para trás. Em seu lugar surgia algum tipo de despotismo de Estado: a reforma das relações de propriedade sem reforma política; a socialização dos meios de produção sem a socialização do poder político. Nas economias mais desenvolvidas, inclusive as socialistas, a generalização de um ambiente pós-industrial impôs a evidência das reformas. A iniciativa política dos setores liberais em alguns países

confundiu e inibiu setores da esquerda. A luta pela liberdade na sociedade moderna começou pelos aspectos individuais e morais. Partindo da mesma inspiração, os socialistas reafirmaram os valores da liberdade em função do que os homens têm de igual e não apenas em função do que os indivíduos têm de diferente. A arcaica censura das ideias volta a patrulhar. Os setores atrasados da esquerda não conseguiam e não conseguem separar as novas condições das velhas soluções.³⁷

Nas narrativas veiculadas por *Veja* observávamos um nítido traço comum entre bolchevismo e stalinismo, constituído por uma tessitura temporal que tratava de conceber o complexo comunista instalado no século XX como uma história de ortodoxia e totalitarismo, uma ideia que desde seu início viu-se afogada entre seus altos custos humanos e materiais e sua pouca eficácia em promover a justiça social. Ou seja, *Veja* apagava e desqualificava quaisquer possibilidades de renovação do socialismo ou da tradição política identificada com o repertório marxista. É possível encontrar, no entanto, análises materializadas pelo *Jornal do Brasil*, durante a mesma época, em que esta linha traçada entre socialismo e ortodoxia é revista e relativizada.

Partindo de um valor político-ideológico (e moral), substanciado na necessidade de renovação dos valores e das práticas do socialismo, Cesar Maia, economista e então deputado federal pelo Rio de Janeiro (PDT), preferia conceber a cultura política introjetada pela esquerda tradicional no último século, marcada por sua virada ao dogmatismo, como um conjunto de ideias que,

³⁷ MAIA, Cesar. A Crise do Socialismo. *Jornal do Brasil*. 03 de novembro de 1989, p. 11 (Hemeroteca Digital Online, *Veja*).

visivelmente, haviam se esgotado. Há um teor narrativo diferenciado dos excertos analisados anteriormente, atrelado a uma perspectiva político-ideológica que desconstruía a imagem radicalmente anticomunista da trajetória de expansão vermelha como a reprodução de um sistema estagnado, estático, quase imobilizado temporalmente. No lugar da ideia de um tipo de regime totalitário construído sob as asas de uma teoria científica que provou não funcionar na sua prática, surgia a ideia de um socialismo degenerado durante sua dinâmica trajetória, cujos ideais de justiça social que o motivaram (ao menos inicialmente) permaneciam vivos e insuperados, mas cujas velhas receitas não poderiam mais se adequar a um novo ambiente político e econômico, inóspito a um "contexto centralizado e fechado".

Fixando-se nas exigências de um "ambiente pós-moderno", ou pós-industrial, Maia destacava a necessidade dos debates acerca do indivíduo e da descentralização, tão pouco presentes nas correntes socialistas "dos últimos 100 anos". Contrapondo a sociedade moderna-industrial, este novo ambiente requeria ambientes descentralizados e integrados para que o desenvolvimento econômico e social fosse potencializado, em relação à velocidade da informação, à preeminência tecnológica, à imaterialidade de produtos centrais. As marcas indelévels da "ortodoxia-Estado" do socialismo tradicional (as pesadas estátuas da centralização, do partido único, do isolamento econômico, democracia representativa exclusiva) precisavam, nitidamente, ser derrubadas.

Ressaltava-se que a crise do comunismo expandido enquanto um poderoso e influente sistema de poder, marca do último século, não atingia apenas as sociedades nos quais se havia implantado aquele sistema

de poder marcado pela "ortodoxia-Estado-centralizador" de inspiração e modelo soviéticos, mas os ideários socialistas de variadas vertentes, implicando em derrotas das esquerdas em todo o mundo capitalista; impondo uma crise de identidade política para propostas que oscilavam desde reformismos moderados pensados dentro dos limites das democracias liberal-representativas até os projetos e utopias mais revolucionários. O que se colocava em questão era um enfraquecimento da própria tradição socialista contemporânea. Cesar Maria ressaltava que nem os liberais-conservadores nem a esquerda, na América Latina, entendiam o que estava acontecendo (a generalizada crise do socialismo). Parcelas da esquerda insistiam em visitar as mesmas estátuas, insistindo em um capitalismo estatizante e em uma autarquização econômica que, naquela análise, visivelmente já haviam, há tempo, se esgotado. Mas ao contrário da grande parcela das análises de *Veja*, que pareciam se afinar a vertentes do liberalismo conservador, Maia, no texto publicado no centenário *Jornal do Brasil*, afirmava que as reformas liberais-conservadoras eram inadequadas em um quadro que reclamava por reformas democráticas com aspectos liberais.

Condenando historicamente tanto o ortodoxia estatizante autoritária (de um passado em desintegração, mas que insistiam em habitar os valores e práticas políticas das esquerdas) quanto o ataque às virtudes e atribuições sociais atribuídas ao Estado (presente nas ideias neoliberais, na supremacia financeira e nas teses da globalização ideológica, então em pleno vigor naquele momento), Cesar Maia parecia encontrar uma terceira via política, profundamente crítica tanto ao socialismo tradicional quanto ao liberalismo conservador, mas combinando ideais comuns tanto à

tradição liberal quanto à tradição socialista, na busca de desafios democráticos que pudessem "fortalecer a sociedade civil". Para o economista, a busca de justiça social não deveria passar mais apenas pelo Estado, mas pela combinação da democracia representativa com a democracia direta; pelo encontro de formas intermediárias de propriedade, lançando mão de várias modalidades organizacionais que se poderia esperar que se constituíssem como resultados desta "fusão": propriedades comunitárias, fundacionais, autogestionárias, cooperativas. Por outro lado, defendia o "gasto público irrestrito" no desenvolvimento educacional, na ciência, na pesquisa, como forma de emancipação e equidade de oportunidades. Seriam estas expectativas, lançadas difusamente nas páginas do *Jornal do Brasil*, como esperanças de um "socialismo reflorado e de uma esquerda pós-moderna", de teor democrático-liberal.

É fundamental perceber a indissociabilidade entre uma dada leitura política do passado e os modos como esta interpretação simultaneamente é qualificada e qualifica as mediações do presente. Um presente que, como se pode perceber, congrega sentimentos e valores difusos, contentamentos, esperanças, aqui relacionadas ao campo da política. As palavras manifestadas pelo excerto narrativo de Cesar Maia, publicado em 3 de novembro de 1989, conceituavam e adjetivavam a trajetória da "maré vermelha" (então em crise e plena desintegração) em virtude das esperanças e crenças depositadas na construção de um socialismo substancialmente diferente daquele identificado no passado, autogestionário e democrático, adaptado a um ambiente pós-moderno, em que as liberdades individuais e a descentralização da atividade humana aparecessem como instrumentos e meios de atrelar o conceito de

justiça social aos de eficiência e democracia. Articular e significar a ação humana do presente por meio da consciência qualificada temporalmente é uma das características primordiais de uma narrativa histórica baseada no que o filósofo político Michael Oakeshott (2003) chamou de "passado prático", que "contém um depósito cada vez maior do que se supõe ser fragmentos que sobreviveram a um passado, não como um ferimento sobrevive em uma cicatriz, mas porque nunca pereceram" (p. 62). Desta maneira, estes excertos do passado, relacionados à vida prática e ao presente, estão agora disponíveis para serem ouvidos e consultados, para serem relacionados à nossa atual conduta. Podemos usá-los como informações úteis, usá-los em conselhos, formatá-los em imagens para expressar o que procuramos fazer, dizer, crer, convencer.

Para Oakeshott (2003, p. 62), a distinção básica do passado prático não é sua preocupação com a procedência verossímil no passado e a investigação crítica (justamente preocupações fundantes de sua contraparte, o passado histórico, mobilizado por intelectuais, historiadores). O passado prático se relaciona intimamente com um presente de "compromissos pragmáticos, [...] entendidos por suas qualidades e observados por seu significado e valor para a realização de nossos atuais propósitos, identificados apenas por pretenderem ser vozes do passado" (p. 62).

Nas narrativas produzidas e manifestadas por *Veja*, a desqualificação do comunismo pelo tripé experiência do bolchevismo, ideologia colocada em prática e fundação de regimes totalitários, por meio da evocação de um passado prático que nivelava contingências políticas de vários tempos, produzia-se por meio de um triunfalismo liberal-conservador e

profundamente anticomunista. Este triunfalismo ideológico produzia uma imagem pretensamente contraditória entre liberdade e totalitarismo por meio de uma evocação de objetos do passado: ações políticas e qualificadamente sanguinárias, violentas, ditatoriais, ortodoxas, associadas à epopeia do bolchevismo de matriz soviética. Ao evocar estes fragmentos temporais para justificar seus empreendimentos políticos práticos, montava uma autoimagem, de triunfo do mundo livre (leia-se, afinal, afinado às demandas de um liberalismo economicista, tecnocrata, antiestatizante), de derrota das tiranias no fim do século. Cesar Maia, ao escrever para o *Jornal do Brasil*, também se guiava pelas contingências da vida prática, por seu horizonte de expectativas lançadas pelas mais profundas convicções políticas, por seu caráter opinativo acerca das relações que moviam o mundo social naquele momento: afinal, como esperar um socialismo democrático e pós-moderno, no limite do combate à ortodoxia das esquerdas tradicionais, mas também ao liberalismo conservador?

Enquanto os conservadores não entendiam (e não entendem) o que está ocorrendo, parcelas da esquerda latino-americana insistiam (e insistem) em visitar as mesmas estátuas. Aquelas receitam reformas liberais-conservadoras num quadro que reclama reformas democráticas com aspectos liberais. Estas reagem de forma obscurantista às novas condições: insistem em um capitalismo de Estado e numa autarquização econômica que visivelmente já se esgotaram. [...] A luta permanente por mais liberdade e por mais igualdade expõe a esquerda a outro momento da História. Um momento que lança desafios democráticos na busca do fortalecimento em outro nível, da

sociedade civil. A busca de justiça social não passará mais apenas pelo Estado, porém pela combinação da democracia representativa com a democracia direta; pelo encontro e formas intermediárias de propriedade, comunitárias, fundacionais, autogestionárias, congestionárias, cooperativas...; pela defesa direta da qualidade de vida e nela do meio ambiente; pelo gasto público irrestrito com educação integrada, pesquisa e desenvolvimento. Bem vinda crise, se com ela reflorir o socialismo e uma esquerda pós-moderna.³⁸

Como alcançar efetivamente a igualdade e a liberdade, concebendo-as de forma conjunta, evitando tanto o descaso e o arrocho dos direitos sociais quanto a autocracia, o centralismo dirigente, a censura, a abnegação do indivíduo, a negação das diferenças? Ora, somente as imediações deste futuro presente poderiam evocar e integrar, na intriga narrativa, os defeitos de uma cultura política socialista esgotada (presa a velhos valores) às insuficiências do pensamento liberal-conservador (com suas também pretensões de totalidade). Afinal, a expectativa também (e sobretudo) se realiza no hoje, voltado para um *ainda não*, em um complexo no qual se misturam "esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade" (KOSELLECK, 2006, p. 310). Em novembro de 1989, ano do bicentenário dos marcos iniciais da Revolução Francesa e de grande mobilização da opinião pública perante os rápidos acontecimentos na órbita soviética e

³⁸ MAIA, Cesar. A Crise do Socialismo. Jornal do Brasil. 03 de novembro de 1989, p. 11 (Hemeroteca Digital Online/Biblioteca Nacional).

euro-comunista, a expectativa (e ela, sempre partindo do presente), estava explícita ao leitor naquela reportagem: para aquele deputado que escrevia para a grande mídia, o desejo, tanto quanto a necessidade, consubstanciavam-se no futuro presente da defesa de uma esquerda pós-moderna, que superasse os paradigmas da Modernidade e adentrasse o (já próximo) século XXI ultrapassando os marcos do dogmatismo que havia marcado (e, lamentavelmente, ainda voltava a marcar) as experiências socialista dos últimos 100 anos. Os objetos que constituíam estes "últimos 100 anos", compondo passados evocados em seus fragmentos para constituir uma narrativa inteligível e significativa, permitiam a reabilitação das tradições políticas da esquerda, em tempos nos quais os inimigos do socialismo pregavam "não só a extinção próxima dos regimes comunistas e sua substituição por regimes capitalistas, mas a eliminação de qualquer espécie de alternativa socialista ao capitalismo" (MILIBAND, 1993, p. 128), seguindo-se, com isso, a celebração do mercado, das virtudes da livre iniciativa, da resolução prevista dos problemas sociais pelas vias da abertura econômica.

Nesta modalidade de narrativas, o livre mercado não é utilizado como uma metáfora-central da virtude moral, da regeneração social e da capacidade de agenciamento dos indivíduos, como se fosse uma entidade natural e espontânea de organização social, superior aos demais tipos de dirigismos (inclusive aos desmandos burocráticos e das instituições do Estado). Narrativas veiculadas pelo *Jornal do Brasil*, diferentemente de muitas radicalmente anticomunistas que apareciam na *Veja*, encontravam virtudes no agenciamento do mercado na produção de riquezas e inovações, mas com seus respectivos limites, quando o

Estado teria uma forte função social, na medida em que se fortalecesse a sociedade civil.

Tornou-se demasiado visível que não é possível iniciar uma reforma econômica como a de 1978 sem balizá-la, ao longo do caminho, de modernizações pelo lado da política (mas a isto se opunha a ortodoxia partidária). O dengüismo permitiu o desenvolvimento de uma vitalidade social que agora quer manifestar-se em outros campos que não o da economia. A liberdade de imprensa avançou bastante em relação à China de Mao. [...] Tudo isso cria um caldo de cultura onde a ortodoxia marxista ou maoísta já não tem muito onde firmar-se. Um complicador especificamente chinês é a bomba demográfica que não cessa de latejar. A população da China dobrou desde a fundação da República Popular. Chegará ao ano 2000 bem mais numerosa do que se imaginava: o que gera problemas de logística administrativa inimagináveis num outro país. Mas o problema mais grave talvez seja o da definição do regime. A ortodoxia marxista serviu aos chineses para a criação de uma certa ordem social, depois que o país fora desestruturado pelas sucessivas intervenções estrangeiras, pela guerra civil, e, nos anos 30, pela invasão japonesa. O cidadão chinês foi submetido a um regime de vida espartano, e obrigado à obediência incondicional. Depois, a própria ortodoxia voltou-se contra si mesma, por ocasião do estranho fenômeno que foi a Revolução Cultural. Com Deng, a China recuperou um mínimo de bom senso e de normalidade. Obteve a permissão de abrir janelas para o mundo. Recebeu de volta um direito que os chineses prezam muito - o de ter iniciativa

e fazer bons negócios. Viu-se, então, a reaparição de velhos fantasmas - inflação, corrupção, criminalidade -, que não combinavam com o país utópico do período revolucionário. O país assiste agora ao choque entre duas linhas bastante distintas, que não podem chegar a um acordo: a alternativa é entre ir em frente ou voltar ao molde espartano do passado recente.³⁹

O excerto acima exemplifica e demonstra uma outra análise veiculada pelo *Jornal do Brasil* no ano de 1989 na qual se observa uma diferenciada interpretação do fenômeno do socialismo, fugindo da imagem teleológica de uma ideologia que produziu o seu reverso, condensando algumas das práticas mais totalitárias do século. O editorial de 20 de novembro caracterizava-se por uma narrativa histórica em que se superava, ainda, a linha maniqueísta entre a democracia livre dos moldes ocidentais e a ortodoxia socialista ultrapassada, pregando a superioridade incontestada daquela. Não significa que a identidade narrativa não se afixe na valorização de alternativas pluralistas, antiortodoxas, antiditatoriais, que se configuram em oposição (relativa, pode-se dizer) aos moldes espartanos ditados pelo controle do Partido Comunista Chinês durante os efeitos subsequentes do período revolucionário.

A narrativa outorga à "ortodoxia marxista" a criação de uma ordem social depois da desestruturação causada por anos de conflitos da guerra civil e pelas intervenções e invasões estrangeiras (sobretudo a japonesa), uma vez que, por assim dizer, o comunismo chinês era "ao mesmo tempo social e nacional"

³⁹ Terremoto na China. *Jornal do Brasil*. Primeiro Caderno. 20 de maio de 1989, p. 10.

(HOBSBAWM, 2009, p. 448), e atuou como elemento-chave da reestruturação do país, por meio da mobilização das massas, sobretudo rurais, que viviam então sob a condição da fome e da miséria. A Revolução Chinesa, contudo, teria tido também ela uma virada para a ortodoxia, constituindo um regime no qual o cidadão chinês foi submetido a um "regime de vida espartano", obrigado à obediência incondicional, à doutrinação ideológica, à coletivização de terras. Do mesmo caldo no qual floresceu o maoísmo autoritário e a Revolução Cultural, segundo consta a narrativa, veio justamente a obstrução à vitalidade social de uma China milenarmente responsável por constituir uma rica cultura.

Quando a convulsão social tomava conta da República Popular Chinesa ao final da década de 1980, os rostos marcantes das manifestações, dos protestos, das multidões ganhavam forma e eram explicitamente caracterizados no editorial do *Jornal do Brasil*: estudantes, e sobretudo eles, mas também uma classe média emergida no país desde as reformas econômicas de 1978, trabalhadores de todos os tipos e setores dentro dos próprios escalões militares. No processo histórico montado pela exposta narrativa, a crise social fazia parte de um processo que havia iniciado no final da década de 1970 quando a China recuperara "um mínimo de bom senso e de normalidade". Isto é, a abertura das janelas para o mundo, a flexibilização na economia, a modificação nos modos de produção, a adoção de mecanismos muito próprios das economias de mercado em um país controlado pelas forças do Partido Comunista. Esta situação paradoxal, no qual se dispõem, em contradição, economia e política, acentuadas simultaneamente pela abertura e pela ortodoxia, marcava a China daqueles tempos, na qual se destacava o aparecimento de uma vitalidade social que

agora queria "manifestar-se em outros campos que não o da economia".

Este era, precisamente, o ponto nevrálgico dos protestos de 1989, para este tipo de interpretação. Ao conquistar algumas liberdades fundamentais no campo econômico (de negociar, de ter iniciativa), o cidadão chinês não se contentava apenas com estes direitos: necessitava e precisava livrar-se dos "moldes espartanos" também na política, que insistia em ser ponto fundamental de controle do Partido Comunista, continuidade da ortodoxia revolucionária. Ressaltava-se, portanto, um dos piores "aspectos dos regimes comunistas: a sua aparente indiferença aos valores humanos, sua insensibilidade burocrática, seu recurso à ação arbitrária" (MILIBAND, 1993, p. 33). Precisamente, em nome da liberdade, do socialismo, da democracia popular, da revolução, ou de outros valores considerados ideológica ou pragmaticamente relevantes, os regimes comunistas produziam, toleravam, encorajavam ou acobertavam atos cruéis. Sobrepunha-se o poder estatal sobre o poder popular, aquele controlando constante e arbitrariamente este, sem que houvesse garantias aos cidadãos de direitos civis ou fundamentais liberdades de expressão, associação, iniciativa.

O "denguismo", segundo constava, havia consolidado a construção de uma nova China, cujas aporias se agudizavam na crise política de 1989. Por meio das reformas que marcaram o país após a morte de Mao Tsé Tung, a Revolução Cultural havia se afastado do horizonte, "com suas tonalidades sanguinárias". Para isso, no entanto, uma característica do caráter nacional chinês, um personalismo embutido historicamente na cultura chinesa, havia sido mobilizado. Para a narrativa do *Jornal do Brasil*, os chineses haviam sido, tradicionalmente, os maiores comerciantes da Ásia.

Tinham uma espécie de pré-disposição aos negócios e à livre iniciativa. As modernizações colocadas em prática na sociedade chinesa apenas ressaltavam este "dinamismo comercial" da cultura nacional, fazendo-o ser reabilitado do adormecimento em que se encontrava, uma vez afogados os direitos à iniciativa particular durante os períodos de convulsão imperial no início do século, violentos conflitos e posterior tomada revolucionária pelos comunistas.

O argumento mobilizado aqui se baseia em uma característica nacional tomada como um "direito negado" pela instalação do comunismo, em um cenário do passado recente no qual, sobretudo no campo, as fazendas coletivas tinham se consolidado como sinônimo de improdutividade. Trata-se de um passado prático, que se volta a elementos da cultura milenar chinesa, sobretudo a personalidade nacional marcada por um suposto espírito mercantil. Com isso, valoriza, a partir da narrativa histórica, a ordem natural de um indivíduo empreendedor, tratado como (também) responsável por reabilitar o fantástico aumento de produtividade da sociedade chinesa decorrente da recuperação econômica e do surto de crescimento observado com certo espanto pelos ocidentais durante os anos 1980.

3.3 TEMPORALIZAÇÕES PRODUZIDAS PELAS MÍDIAS E SUAS DIMENSÕES POLÍTICAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE GRANDE CIRCULAÇÃO

No decorrer deste capítulo, defendemos uma ideia: a de que não se pode deixar de reconhecer que determinadas narrativas sobre o passado ou o presente

produzidas por jornalistas possuem valor ou estatuto histórico. O historiador Mateus Henrique de Faria Pereira (2009) em estudo sobre as narrativas produzidas pelo Almanaque Abril, reconhece que o jornalismo contemporâneo é uma instância privilegiada de produção, reprodução e registro de testemunhos. Exerce, assim, uma primeira seleção, anterior à dos historiadores, do que deve ser notificado, esquecido, enfatizado ou condenado. Na instância jornalística, por meio de operações hermenêuticas, operar-se-ia uma primeira monumentalização de um presente a ser considerado, futuramente, histórico. O saber jornalístico é responsável por uma confrontação destes mesmos testemunhos. Como forma específica de construção epistemológica do passado/presente, o jornalismo impõe elementos de convencimento que intencionam impor a narração como indiscutível, fechando as dissonâncias e os excessos que possam impedir uma dada percepção de objetividade e neutralidade das publicações.

A História estruturada como disciplina inscreve-se em um complexo científico que, pelo menos desde o século XIX, organiza regras de produção e possibilidades de organizar ou hierarquizar seus objetos e temáticas. Administrada majoritariamente por profissionais associados às universidades, esta modalidade de História produz interpretações verossímeis acerca do *acontecido* por meio do processamento de fontes documentais e da convocação de normas interpretativas (teóricas), bem como princípios de divulgação/narração dos resultados investigativos. Reconhece, deste modo, os problemas sociais que podem ser interrogados na ordem do tempo, afinando-se a demandas coletivas variáveis. Não se pode dizer, portanto, que um determinado saber produzido por jornalistas no final da década não seja

histórico, na medida em que apresenta vitais semelhanças, a despeito de inúmeras distinções, com a narrativa historiográfica, uma vez que comungam, não poucas vezes, das mesmas carências de orientação, dos mesmos desafios à consciência humana. Assim, por mais que o saber histórico científico seja sempre verbalizado como algo que já aconteceu (ou, no limite, do espaço temporal e merece investigação temporalizada na ordem da duração), tanto seus enunciados como os produtos históricos dos meios de comunicação são produtos de um tempo presente e, portanto, concebidos a partir de suas expectativas e angústias, euforias e aflições, dúvidas e confianças.

Repensam-se, desta maneira, as distâncias repousadas entre uma história considerada científica e outra história "popular", vulgarizada, produzida fora dos institutos e universidades; dicotomia que, normalmente, reproduz certa hierarquia de valores. As tensões em relação à arquitetura acontecimental vislumbradas pelo estudioso acerca da escrita jornalística produzida no Almanaque Abril, põem em questão esta hierarquia entre as formas de interpretar o passado e um suposto monopólio dos historiadores profissionais sobre a produção do saber histórico. O que está em jogo são temporalidades que irrompem sempre como campos de disputa, cujas interpretações e representações são fabricadas no ritmo das transformações dos vários lugares sociais nos quais as leituras sobre o acontecido são pensadas, transformadas, recodificadas. Afinal, é o entendimento histórico sempre uma dada forma de qualificação da experiência temporal humana que se estabelece na fenda de um presente, induzida pelas carências de orientação, ou pelos desafios à consciência, que lança na vida prática, em direção ou à espera de um futuro.

O sistema socialista que queria desembarcar um homem na lua mostra-se, agora, incapaz de colocar o pão, o sabão e as lâminas de barbear ao alcance do cidadão soviético. O sistema simplesmente faliu, porque a sua fórmula mostrou-se equivocada: atribuir toda a iniciativa ao Estado, transformar os indivíduos em meros parafusos de uma grande máquina - como no *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin - produziu apenas a inércia, o alcoolismo, o desinteresse, a corrupção. A era Brejnev foi a apoteose dessa desintegração em câmara lenta. [...] Alvos de duas bombas atômicas, em 1945, os japoneses deixaram para trás o mundo da guerra fria: são os mais ágeis e os mais típicos arquitetos do futuro próximo, seguidos de perto pelos tigres asiáticos. Onde pretenderá situar-se o Brasil neste cenário? Desta vez, o problema é um pouco diferente: surge no Brasil quem queira simplesmente ignorar o que acontece no resto do mundo. Uma forma borolenta de socialismo, apoiada na crença ilimitada no estatismo, é exposta por vertentes sindicais da política e por uma espécie de eclesiástico que substituiu a Bíblia pela literatura marxista. O perigo aqui [...] é a anti-história.⁴⁰

Concebendo a história do meio século posterior à Segunda Guerra Mundial como uma guerra não declarada, como já se disse, travada entre as promessas científicas de um novo homem socialista e as virtudes da democracia burguesa, o editorial lançado no último dia de 1989 no *Jornal do Brasil* coloca, em cena, a

⁴⁰ Surpresas da História. *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, 31 de dezembro de 1989, p. 10 (Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional).

destruição do "mito soviético", responsável por produzir a inércia e demais problemas sociais em virtude da "forma borolenta de socialismo" que apresentava. Esse editorial, entre outros analisados anteriormente, utilizavam-se das investidas ao passado em função das "necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais, políticas" (SARLO, 2007, p. 14). Podemos ir além: não apenas necessidades como também desejos, esperanças, temores. Em um cenário favorável à defesa do modelo da "democracia burguesa", a história (aqui entendida como um modo de atribuir sentido à experiência do passado, de modo prático) fornecia elementos simbólicos para situar as expectativas para o Brasil, lançadas pelo jornal: o desejo ou a necessidade de afastar-se das crenças ilimitadas no estatismo, nas limitações individuais, na passada literatura marxista, ainda sustentadas por lideranças sindicais e partidárias.

O perigo da "anti-história" seria ignorar aquele passado que escravizava, oprimia: um passado que se escolhia não evitar, na medida em que a derrocada histórica do bolchevismo poderia fornecer uma ideologia que evidenciasse um *continuum* significativo e interpretável do tempo, marcada por um princípio teleológico: o sentido apontado como superação do novo homem socialista, a superação definitiva da ideologia em vantagem da razão, a flexibilidade e a democracia garantindo a superioridade moral frente às ideologias únicas e ortodoxias.

Podemos pensar, com a intelectual argentina Beatriz Sarlo (2007), que a imprensa e os meios de comunicação produzem narrações históricas de grande circulação (ou histórias de massa de impacto público), sensíveis às estratégias com que o presente torna funcional e significativa a investida do passado e considera totalmente legítimo pô-lo em evidência. *Jornal*

do *Brasil* colocava em evidência o passado de reconstrução da nação japonesa, contrastando a saída da Segunda Guerra e a devastação das bombas atômicas com suas atuais proeminências tecnológicas, capitalistas, prósperas, na medida em que deixavam o mundo da guerra fria para trás, como os típicos "arquitetos do futuro". Ora, a intriga constituída entre o passado catastrófico e presente próspero do Japão oferecia seu significado político à medida em que podia oferecer uma história de apelo moral aos leitores do jornal, compondo um modelo de organização social ao Brasil, na tentativa de persuadir. Certamente a nação japonesa não havia se constituído uma grande potência no último meio século com o receituário de um "socialismo bolorento", com a sedutora solução estatizante, com a ausência de estímulos e liberdades (ausência constitutiva do mito soviético, responsável historicamente pelo desinteresse, a indisciplina, a inércia generalizada).

Esta modalidade de história de grande circulação evoca um passado prático, constituindo narrativas espetacularizadas e frequentemente conjurando seus valores políticos, morais e ideológicos para constituir grandes visões globais que orientam o presente, permitindo qualificar e aguardar o futuro. Isto, no entanto, não a "torna pura e simplesmente falsa, mas ligada ao imaginário social contemporâneo, cujas pressões ela recebe e aceita mais como vantagem do que como limite" (SARLO, 2007, p. 13). Podemos entender, com isso, que o triunfo da cultura política liberal (em grande parte explicado e impulsionado pelo enfraquecimento das propostas comunistas, socialdemocratas ou nacional-desenvolvimentistas), a dimensão espetacular do acontecimento histórico midiático e a ênfase ao desmonte do poder totalitário estabeleciam-se como

condições da vida prática, dispersas nos atores sociais que participavam daquele momento, para que temporalizações da política se manifestassem em um momento de crise das experiências temporais estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mobilizados tanto no campo das paixões e dos afetos como no da racionalidade e do pensamento crítico, os acontecimentos desafiam as tramas e as trajetórias da existência humana nas sociedades em que insurgem e são produzidos, conhecidos e comunicados. Os relatos e as narrativas do acontecimento histórico emergem, portanto, na condição do incômodo e/ou da comoção que arrebatam. Neste trabalho, demonstramos como o acontecimento se manifesta, com suas dimensões políticas e temporais, nos espaços reservados pelos meios de comunicação de massa. Nosso estudo prestou-se a analisar que, mais do que um mero momento ou instante de irrupção, mas não menos do que um potencial lugar a partir do qual se percebem transições e surgimentos, desfechos e interstícios, o grande acontecimento das relações internacionais no final dos anos 1980 - a crise das tradições socialistas e o desmantelamento dos regimes comunistas na órbita soviética - possibilitava a manifestação de especulações, premeditações e prescrições relativas ao mundo político. As páginas apresentadas neste estudo dedicaram-se, sobretudo, a uma análise (possível) de um conjunto de pensamentos estabelecidos pela consciência humana em um momento marcado pelo colapso das experiências comunistas de inspiração e modelo soviéticos.

Na revista *Veja* e no centenário *Jornal do Brasil*, cantava-se a derrota de um modelo de sociedade e uma específica forma de regime econômico, marcados pela destituição da propriedade privada, o controle dos Partidos Comunistas na vida social, a estatização, a socialização dos meios de produção, a estagnação temporal, a abnegação do indivíduo e de seus sonhos.

No Ocidente e também em outras partes do mundo, pelo menos durante todo o pós-guerra, os riscos de uma revolução social perpetrada pelas massas e o alastramento daqueles referenciais políticos (especialmente inspirados pelo mito fundador de 1917) acirraram um anticomunismo, contrapondo-se sempre ao movimento revolucionário de tendência universalista e a um tipo de sistema de poder que chegou, no seu ápice, a governar mais de um terço da população mundial.

Ao final da década de 1980, os inimigos do comunismo não poupavam nem mesmo as variadas tradições socialistas, atacando mesmo propostas reformistas e pensadas dentro dos quadros das democracias liberais e representativas e demais alternativas anticapitalistas. É necessário afirmar que, tal como mostramos no terceiro capítulo, alguns comentaristas do *Jornal do Brasil* discutiam sobre a necessidade de uma esquerda renovada, de uma era pós-comunista, de reflorescimento dos valores socialistas (como a ênfase na justiça social) sem, no entanto, abdicarem da necessidade da configuração mercadológica na economia e da onipresença do modelo ocidental e liberal do capitalismo.

Entre os significativos elementos da investigação aqui efetuada, destacou-se a mobilização da cultura política do liberalismo nas páginas dos meios de comunicação, em tom muitas vezes triunfalista, especialmente nas páginas de *Veja*, interpretando a derrota do modelo soviético como a vitória definitiva dos regimes representativos, do Estado limitado e das "liberdades": individuais, políticas, econômicas. Manifestava-se, com isso, uma crença nas qualidades morais e regenerativas do mercado, associado a uma dada configuração livre e autônoma do mundo social, valorizando a diversidade e os valores democráticos,

produzindo a competição como forma de aperfeiçoamento, de incentivo à produtividade e à inovação.

Como observamos, a ênfase analítica no Estado como instrumento e meio de perpetuação do domínio totalitário compõe um dado ideológico fundamental para certas vertentes da cultura política liberal, especialmente para as manifestadas pelos veículos de massa aqui analisados, distintas por uma certa moral antiestatizante. A lógica totalitária da sujeição surgiria, nestas narrativas, como a impossibilidade da criatividade, da agência individual. O Estado-todo-poderoso do sistema soviético obscureceria, por assim dizer, a espontaneidade e a capacidade de criação, pois aniquilaria a possibilidade do pensamento-fora-da-ideologia, do agir e do pensar. Como sabemos, no pensamento liberal, frequentemente se confundem potencial de liberdade e possibilidade de competição aberta (manifestados, por exemplo, nas concepções de liberdade econômica, pensada tanto como ausência de interferências prejudiciais à ação espontânea dos agentes econômicas como nas imediações positivadas de uma concorrência permitida pelo autoequilíbrio entre oferta e procura). Competição, pode-se dizer ainda, também necessária na esfera da vida pública, nas condições de criação e de manifestação do pensamento, nos comportamentos, na vida político-institucional.

A despeito de uma variedade de narrativas apresentadas pelos veículos analisados nesta dissertação, três imagens comuns (e centrais) às coberturas produzidas por *Veja* e *Jornal do Brasil* puderam ser observadas, nas quais se comungaram os domínios da política e a qualificação da experiência temporal: as metáforas das virtudes do mercado, o desmonte espontâneo do poder totalitário por multidões

revolucionárias e o afogamento do "comunismo histórico" em torno das contradições que criou em torno de si mesmo. As crenças nas virtudes do mercado, com suas capacidades regenerativas, altamente produtivas e morais, lançavam questionamentos (e reprovações) a princípios e convicções que, em algum momento, perigavam, como o comunismo do século XX, obscurecer a espontaneidade humana ou tentar uniformizar comportamentos e ideias, como, segundo algumas narrativas da mídia brasileira e especialmente no *Jornal do Brasil*, havia acontecido na China Comunista, responsável por talhar a "vitalidade social" e afrontar o espírito mercantil do povo chinês. A inexistência das virtudes de um mercado marcaria a obstrução, ainda, do progresso e do avanço temporal nas sociedades dominadas por partidos comunistas, oprimidas por "regimes senis", abalados ou em desmantelamento, pela falta de incentivos.

A ênfase no desmonte do poder totalitário pela ação das massas enfatizava também as agências individuais para além do poder totalitário, o cansaço de ver "sonhos serem talhados" e a capacidade humana de revoltar-se sempre contra as opressões, em diferentes espaços, em diferentes temporalidades. A ação das multidões "sedentas por liberdade" aparecia no diagnóstico de uma "onda democratizante mundial" (análise praticamente onipresente nas coberturas internacionais), na representação dos manifestantes chineses de 1989 violentamente reprimidos como heróis mundiais na luta democrática, na ênfase à capacidade humana de "agenciar seus destinos", no valor atribuído à flexibilidade e à descentralização (em contraposição à "obediência espartana" e ao centralismo ditatorial), na festividade apresentada com a destruição do Muro de Berlim. O antagonismo temporalizado entre as massas

destituídas da ação política e sujeitadas à obediência nos regimes ditatoriais em desmantelamento e as multidões revolucionárias (metáforas de um futuro presente) fundamentava a ação central de muitas das narrativas analisadas, constituindo forças que agiam na pretensão de construir um novo mundo.

Por último, o afogamento da ideologia comunista em torno das contradições que teria criado em torno de si mesma era uma imagem que tomava conta das palavras, do universo conceitual, das metáforas que se apresentavam à opinião pública no momento de cobertura daquele grande acontecimento, percebido instantaneamente como histórico. O comunismo de matriz soviética era apresentado, em muitas ocasiões, como a construção do completo oposto do que profetizava. A narrativa apresentava o fato de as promessas de um mundo radicalmente oposto de tudo que a humanidade já havia visto (livre das opressões que se encarnavam em sociedades injustas, futuro de emancipação do ser humano) terem marcado o horizonte de expectativas de milhões de homens e mulheres; no entanto, segundo o que manifestavam muitas das narrativas dos *mass media* analisadas neste trabalho, a ideia do comunismo teria produzido o seu oposto (seja por uma degeneração na trajetória dos regimes comunistas ou por ter-se provado uma ideia errada): economias falidas, povos escravizados, castas de poderosos "mais iguais do que os outros". Conduzidas, finalmente, a uma contradição máxima, as experiências comunistas eram pintadas como a imagem-síntese da opressão, da sujeição, da imposição. Mais do que isso, convertiam-se no inimigo máximo da democracia (deve-se pesar, concepção de democracia associada ao pluralismo e ao funcionamento de instituições representativas) e do triunfalismo liberal, em tempos nos

quais se afirmavam, com euforia e por vezes agressividade, a onipresença do mercado, a posituação da competição acirrada e o individualismo. Tempos nos quais, ainda, destruíam-se as fronteiras pelas quais se dividiu o mundo após o desastre da Segunda Guerra Mundial.

Nosso desafio historiográfico se constituiu em pensar a dimensão política constitutiva da fabricação narrativa do colapso dos regimes comunistas: um momento privilegiado para a manifestação de temores, esperanças, prospecções e retrospectões acerca das questões filosóficas que, em último grau, são fundamentais às disputas travadas, de forma constante, no domínio político. A política se configurava em narrativas históricas que se produziam em um presente turbulento, a fim de orientar os sujeitos no fluxo acelerado do tempo. Ou, ainda, essas narrativas intentavam *fazer orientar* seus públicos, na medida em que as condições políticas das narrativas permitiriam convencer e persuadir os leitores da importância das concepções e prescrições que estabeleciam para experiências políticas e concepções determinadas do mundo social, construídos os argumentos sob dinâmicas e metáforas da mudança temporal.

Estes valores políticos desfilavam nos espaços dedicados pelos meios de comunicação à análise das grandes questões internacionais (da queda do Muro de Berlim às dificuldades encontradas pelo regime comandado pelo Partido Comunista Chinês, das manifestações nas "democracias populares" da Europa do Leste à desintegração do Império Soviético). Derrubada esta "Bastilha do século XX", a experiência comunista de matriz soviética, iniciada no mito fundador da Revolução de Outubro de 1917, condensava-se muitas vezes como a imagem-síntese do inimigo político

do Ocidente. Figurava como a antítese perfeita da democracia mercadológica, do suprassumo representado pelos valores do liberalismo, do individualismo (vendido como um valor universal e incontestado: a "liberdade individual"), de economias abertas e competitivas, de sociedades civis autônomas. Prestamos especial atenção, com isso, a uma perspectiva subjetiva da política, marcada e manifestada pelas euforias do acontecimento de um *então* presente, no qual se configurou uma batalha entre convicções, leituras e sobretudo expectativas do mundo social. Não descartamos, com isso, o papel do diálogo racional e do pensamento crítico na fabricação das narrativas. A pesquisa aqui efetuada parece confirmar a considerável relevância que, a despeito da importância do diálogo racional, apresentavam a arte do convencimento, a persuasão, a capacidade de agenciar narrativas sedutoras e, não menos, o apelo ao espetáculo, nos domínios de leituras temporalizadas da política perpetradas por meios de comunicação em busca de lucros materiais e simbólicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES DOCUMENTAIS

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital/Biblioteca Nacional, [1989-1991]. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/jornal-do-brasil>>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

VEJA. São Paulo. Acervo Online/Veja, [1988-1991]. Disponível em <<http://acervoveja.digitalpages.com.br/home.aspx>>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de. **A Mídia na Transição Democrática Brasileira**. Sociologia (Lisboa), v. 48, p. 53-65, 2005.

_____. **A Modernização da Imprensa (1970 - 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARRIGHI, Giovanni. Globalização e desenvolvimento desigual. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol 1, n. 1, 2007.

BARBOSA, Marialva Carlos. Imprensa e poder no Brasil pós-30. **Em Questão** (UFRGS), v. 12, p. 215-234, 2006.

_____. **História Cultural da Imprensa no Brasil. 1900-2000.** 1ª ed. Rio de Janeiro: MAUADX, 2010. vol. 1.

_____. Temporalidade: uma questão mediática. **Margem** (PUCSP), São Paulo, v. 1, n.9, p. 177-190, 1999.

BARROS, José D'Assunção. Paul Ricoeur e a Narrativa Histórica. **História, imagem e narrativas.** n. 12, 2011.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p.29-46.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a objetividade como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública** (UNICAMP. Impresso), v. 18, p. 22-43, 2012.

BOBBIO, Norberto. "O reverso da utopia". In: BLACBURN, Robin (org.). **Depois da queda.** O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. SP, Paz e Terra, 1993.

_____. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Liberalismo e democracia**. 6a ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. O que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1996.

BRESSER PEREIRA, Luís. A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e mecanismos de controle. **Rev. Lua Nova**, nº 45, p. 45-95, 1998.

_____. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, v. 23, p. 7-23, 2009.

CANDIOTTO, Cesar. Neoliberalismo e democracia. **Revista Princípios** (UFRN), v. 19, p. 153-179, 2012.

CARINHATO, Paulo Henrique. Neoliberalismo, Reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Revista Aurora** (UNESP Marília), v. 03, p. 37-46, 2008.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 227-250, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História no Brasil**. São Paulo: Contexto - EdUSP, 1988.

CASARÕES, Guilherme; SALLUM Jr., Brasílio. O Impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova** (Impresso), v. 82, p. 163-200, 2011.

CHAUVEAU, Agnès; TETART, Philippe; BECKER, J. **J. Questões para a história do presente**. Baurú: EDUSC, 1999.

CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. **Verinotio** - revista on-line de filosofia e ciências humanas. Espaço de interlocução em ciências humanas. n. 15, 2012.

COSTA, Fernando Sánchez. La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva. Pasado y Memoria. In: **Revista de Historia Contemporánea**, 8, 2009, p. 267-286

DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

_____. História do tempo presente e historiografia. In: **Tempo e Argumento** (PPGH/UDESC). Vol 4, n. 01, Florianópolis, 2012.

_____. **O renascimento do acontecimento**. São Paulo, Editora UNESP, 2013.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FERREIRA, Marieta Moraes. História do Tempo Presente: Desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 3, p. 111-124, 2000.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História** (UFMG. Impresso), v. 28, p. 43-59, 2012.

FONSECA, Francisco . A Grande Imprensa e a Constituição da Agenda Ultraliberal na Nova República. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 31, p. 83-105, 2003.

_____. Autoritarismo político e institucionalidade democrática: a grande imprensa e o conflito social. **Histórica** (São Paulo, Online), v. 17, p. 1-7, 2006.

_____. Mídia e Poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira. **Textos para Discussão (IPEA Brasília)**, v. 1, p. 7-60, 2010.

GROPPO, Bruno. O comunismo na história do século XX. In: **Lua Nova**, São Paulo, v. 75, p. 115-141, 2008.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. RJ: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Economia e política na reforma do Estado. **Lua Nova**. Revista de Cultura e Política, São Paulo, SP, n.37, p. 77-92, 1996.

_____. Imprensa e política no pós-Nova República: notas sobre a evolução recente da intervenção política da imprensa e sua investigação. **Cadernos de Sociologia e Política do IUPERJ**, Rio de Janeiro, RJ, n.1, p. 15-23, 1995.

LIMA, Patricia Ferreira de Souza. **Caderno B do Jornal do Brasil**: trajetória do segundo caderno na imprensa brasileira (1960-85). Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. Tese de Doutorado.

LOPES, Antonio Herculano. Do monarquismo ao "populismo": o Jornal do Brasil na virada para o século XX. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone. (Orgs.). **História e imprensa**: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. p. 332-345.

LUCA, Tania Regina de. Revista do Brasil (1938-1943): um projeto alternativo? In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (Orgs.). **Política, nação e edição**. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XIX. 1ed. São Paulo: Annablume, 2006, v. 1, p. 315-334.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990-1992). **Revista UFG** (Impresso), v. 11, p. 98-108, 2011.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.) **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207-232.

MARTINS, Estevão de Rezende. Cultura, história, cultura histórica. ArtCultura (UFU), v.25, p. 61-79, 2013.

MAZOWER, Mark. **Continente sombrio**: a Europa no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MEYER, Victor. O enigma do chamado "socialismo real". In: **Seminário do CEPAS** - Centro de Estudos, Pesquisas e Assessoria Sindical. Salvador, 1991.

_____. **Determinações históricas da crise da economia soviética**. Editora da UFBA: Salvador, 1995.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MICHELLON, E.; SANTOS, A. A. L.; RODRIGUES, J. R. A. Breve descrição do Proálcool e perspectivas futuras para o etanol produzido no Brasil. In: **Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, v. 46, 2008, Rio Branco: BNDES, 2008.

MILIBAND, Ralph. Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas. In: BLACBURN, Robin (org.). **Depois da queda**. O fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. SP, Paz e Terra, 1993.

NASCIMENTO, Márcio Santos. **A participação do Jornal do Brasil no processo de desestabilização e deposição do presidente João Goulart**. Programa de Pós-graduação em História Comparada/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação de Mestrado.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs). **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: TopBooks/Liberty Fund, 2003.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **A Máquina da Memória**: o tempo presente entre a história e o jornalismo. Bauru, SP: EDUSC, 2009.

PORTELA, Cristiane . Revistas semanais de informação geral no Brasil hoje - conceituações e definições. In: **XIV Colóquio Internacional de Comunicação para o Desenvolvimento Regional** (Anais de Congresso), 2009, São Bernardo do Campo.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O declínio das utopias socialistas. In: **História & Utopias** (Anais de Congresso): ANPUH, 1993, p. 73-86.

_____. Crise e desagregação do socialismo. In: Daniel Aarão Reis Filho; Jorge Ferreira; Celeste Zenha. (Orgs.). **História do Século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 3, p. 161-183.

_____. **As Revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 2000. (Tese de Doutorado)

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. Entre Tempo e Narrativa: Concordância/Discordância. **KRITERION**, Belo Horizonte, nº 125, 2012, p.299-310.

RIDENTI, Marcelo. **Vinte anos após a queda do muro**: a reencarnação do desenvolvimentismo no Brasil. Revista USP, São Paulo, n.84, dezembro/fevereiro, 2009/2010, p.50-57. Revista USP, v. 84, p. 50-57, 2010.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente?. In: CHAUVEAU, Agnès; TETART, Philippe; BECKER, J. J. **Questões para a história do presente**. Bauru: EDUSC, 1999.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

_____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SEGRILLO, Angelo. O fascismo como "totalizante": uma (herética) tentativa de inflexão marxista em um conceito eminentemente liberal. **Intellector** (CENEGRI), v. vol. 2, p. 8-23, 2006.

_____. Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens. **Projeto História** (PUCSP), v. 41, p. 63-92, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

VILLALTA, Daniella . Reflexos da modernização econômica brasileira no mercado editorial de revistas. **Comum** (Rio de Janeiro), v. 31, p. 117-143, 2009.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A vida após a morte: breve história mundial do presente pós-"fim da história". **Tempo** (Rio de Janeiro), número 16, 2004. p. 35-57.

_____. **História Mundial Contemporânea (1776-1991)**. Da independência dos EUA ao colapso da URSS. 2ª. ed. Brasília: FUNAG/MRE, 2010.